



RAQUEL DE FIGUEIREDO ANANIAS

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VISÃO DE BOLSISTAS DE
EXTENSÃO DA UFLA: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO
DAS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

**LAVRAS - MG
2022**

RAQUEL DE FIGUEIREDO ANANIAS

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VISÃO DE BOLSISTAS DE EXTENSÃO DA
UFLA: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DAS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE
PÚBLICA**

Projeto técnico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do título de mestre.

Profa. Dra. Viviane Santos Pereira
Orientadora

**LAVRAS - MG
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Ananias, Raquel de Figueiredo.

Extensão universitária na visão de bolsistas de extensão da
UFLA: subsídios para a compreensão das funções da universidade
pública / Raquel de Figueiredo Ananias. - 2022.

159 p. : il.

Orientador(a): Viviane Santos Pereira.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Universidade. 2. Sociedade. 3. Extensão dialógica. I. Pereira,
Viviane Santos. II. Título.

RAQUEL DE FIGUEIREDO ANANIAS

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VISÃO DE BOLSISTAS DE EXTENSÃO DA
UFLA: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DAS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE
PÚBLICA**

**UNIVERSITY EXTENSION IN THE VIEW OF UFLA EXTENSION SCHOLARSHIP
STUDENTS: SUBSIDIES FOR UNDERSTANDING THE FUNCTIONS OF THE PUBLIC
UNIVERSITY**

Projeto técnico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento e Extensão, para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em 8 de março de 2022.

Profa. Dra. Jacqueline Magalhães Alves – UFLA

Profa. Dra. Anna Carolina Salgado Jardim – IFSP/Campus São Roque

Profa. Dra. Viviane Santos Pereira
Orientadora

**LAVRAS - MG
2022**

Ao meu pai, Geraldo (in memoriam) e à minha mãe, Maria de Lourdes, os pais perfeitos para mim. Sou grata pela vida que passaram adiante.

A minha filha, Emanuela, amor incondicional. A minha vida em você renova e continua.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Marcelo e à minha filha, Emanuela, por compartilharem da realização desse sonho comigo. Amo vocês!

À minha mãe pelo carinho, incentivo e orações.

Aos meus irmãos e à minha irmã, como é bom saber que tenho com quem contar!

À professora Dra. Viviane Santos Pereira, pelo empenho, dedicação e leveza com que conduziu a orientação deste trabalho e pelas imprescindíveis contribuições.

Às professoras Dra. Anna Carolina Salgado Jardim e Dra. Jacqueline Magalhães Alves, por terem aceitado participar das bancas de avaliação e pelas relevantes contribuições.

Às/aos discentes bolsistas de extensão e representantes da PROEC que se disponibilizaram a participar e contribuir com este trabalho.

Aos demais familiares e às/aos amigas/os, pelo apoio, incentivo e compreensão durante esta caminhada.

À Universidade Federal de Lavras e ao Programa de Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE), pela oportunidade concedida para a realização do mestrado.

Às professoras e aos professores do PPGDE pelos conhecimentos compartilhados.

Às/aos colegas de mestrado pelo companheirismo e por tornarem a caminhada mais leve e divertida, em especial Maira.

Às/aos colegas de trabalho da PROEC pelo apoio e solidariedade.

Às pessoas aqui não citadas, mas que de alguma forma contribuíram e participaram desta conquista.

E a Deus, fonte inesgotável de amor, por permitir a presença de todas essas pessoas em minha vida e a concretização de mais um sonho.

Gratidão!

RESUMO

A extensão universitária, numa perspectiva contemporânea, possui o importante papel de articular a universidade com outros setores da sociedade, promovendo a construção de saberes, o aprimoramento da formação discente e a transformação da realidade social. A extensão universitária no Brasil passou por diferentes concepções e práticas, muitas vezes cercada por dicotomias e contrassensos. Tendo sua origem em práticas assistencialistas, atualmente busca consolidar práticas dialógicas, educativas e voltadas para o atendimento de demandas da sociedade. No entanto, percebe-se que a extensão não tem sido devidamente compreendida nas universidades. O que acaba por dificultar seu entendimento pelos/pelas discentes, que muitas vezes desconhecem ou conhecem de forma limitada a que refere a extensão e sua prática. Neste sentido, pretendeu-se nesse projeto técnico conhecer o entendimento dos/das discentes bolsistas de extensão da Universidade Federal de Lavras quanto à extensão universitária e sistematizar conteúdos sobre a temática considerando suas demandas. Para tal, buscou-se realizar um diagnóstico, por meio de uma pesquisa descritiva, utilizando dados quali-quantitativos, através da aplicação de um questionário semiestruturado aos bolsistas de extensão selecionados pelos Editais PROEC/UFLA nº 1/2021 e 4/2021. Os resultados do diagnóstico mostraram que a maioria dos/das bolsistas de extensão desconhece o conceito contemporâneo de extensão universitária bem como, as diretrizes, as ações de extensão e as metodologias participativas. Com base nesses resultados foi possível planejar e executar ações de intervenções no intuito de contribuir com a ampliação do conhecimento sobre extensão universitária dos/das bolsistas. A partir do diálogo com os/as bolsistas de extensão e demais atores envolvidos foi elaborada uma cartilha com os principais temas relacionados à temática. Por fim, realizou-se a avaliação do projeto técnico. Considera-se que os resultados desse trabalho reforçam a relevância de se pautar a extensão universitária nos diversos espaços da universidade de forma a contribuir para uma atuação mais efetiva e alinhada com a concepção contemporânea sobre extensão, tendo em vista a obrigatoriedade da curricularização da extensão. Espera-se que a cartilha se constitua num material de orientação e apoio as atividades extensionistas da comunidade acadêmica da UFLA.

Palavras-chave: Universidade. Sociedade. Extensão dialógica.

ABSTRACT

University extension, in a contemporary perspective, has the important role of articulating the university with other society sectors, promoting the knowledge construction, improvement of student education and the social reality transformation. University extension in Brazil has gone through different conceptions and practices, often surrounded by dichotomies and contradictions. Having its origins in welfare practices, it currently seeks to consolidate dialogical, educational practices aimed at meeting society's demands. However, it is clear that the extension has not been properly understood in the universities. This ends up making it difficult for students to understand it, who are often unaware or have a limited knowledge of what the extension and its practice refer to. In this sense, it was intended in this technical project to know the understanding of extension scholarship students at the Federal University of Lavras regarding university extension and systematize content on the subject considering their demands. To this end, we sought to carry out a diagnosis, through a descriptive research, using quali-quantitative data, through the semi-structured questionnaire application to extension scholarship students selected by PROEC/UFLA Public Notices n° 1/2021 and 4/2021. Diagnosis results showed that most of the extension scholarship students are unaware of the contemporary concept of university extension as well as the guidelines, extension actions and participatory methodologies. Based on these results, it was possible to plan and execute intervention actions in order to contribute to the knowledge expansion about university extension of the scholarship students. From the dialogue with the extension scholarship students and other actors involved, a booklet was prepared with the main topics related to the theme. Finally, evaluation of technical project was carried out. It is considered that the results of this work reinforce the relevance of guiding university extension in the various spaces of the university in order to contribute to a more effective performance and in line with the contemporary conception of extension, in view of the mandatory curricularization of extension. It is expected that the booklet will be a material to guide and support the extension activities of the academic community at UFLA.

Keywords: University. Society. Dialogical extension.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percurso histórico da Extensão Universitária no Brasil	29
Figura 2 – Localização da UFLA	46
Figura 3 – Localização da UFLA em relação às capitais de MG, SP e RJ.....	47
Gráfico 1 – Projetos de extensão por Unidade Acadêmica da UFLA em 2021.....	48
Gráfico 2 – Eventos de extensão realizados em 2021 por áreas do conhecimento	49
Gráfico 3 – Capacidade de diferenciar as ações de extensão	65
Gráfico 4 – Interesse dos/das bolsistas por ações de formação em extensão universitária	70
Gráfico 5 – Horário preferido para uma formação em extensão universitária	72
Gráfico 6 – Avaliação do Minicurso on-line sobre extensão universitária	80
Quadro 1 – Cursos da UFLA que possuem disciplina de extensão na matriz curricular.	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização da amostra	57
Tabela 2 – Ações de extensão conhecidas pelos/pelas bolsistas	64
Tabela 3 – Diretrizes conhecidas pelos/pelas bolsistas	66
Tabela 4 – Produtos técnicos ou tecnológicos citados pelos/pelas bolsistas	67
Tabela 5 – Manifestações de concordância dos/das participantes sobre o minicurso	81
Tabela 6 – Manifestações de concordância das participantes sobre a cartilha	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Objetivos	14
1.1.1	Objetivo geral.....	14
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
1.2	Justificativa.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	Universidade no Brasil: caminhos percorridos	18
2.2	Extensão Universitária no Brasil: um relato histórico.....	27
2.2.1	Diretrizes da Extensão Universitária	40
2.2.2	Classificação das ações de Extensão Universitária	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1	Caracterização do local de estudo	45
3.2	Etapa I - Diagnóstico	50
3.3	Etapa II - Planejamento e Intervenções	52
3.4	Etapa III - Avaliação	54
4	RESULTADOS	55
4.1	Diagnóstico.....	55
4.1.1	Caracterização dos/das bolsistas participantes	56
4.1.2	O que é Universidade?	59
4.1.3	Entendimento sobre extensão universitária.....	62
4.1.4	Interesse em participar do projeto técnico.....	68
4.2	Realização do planejamento e das intervenções.....	71
4.2.1	Minicurso on-line sobre extensão universitária.....	71
4.2.2	Construção da cartilha	75
4.2.2.1	Participação da PROEC.....	78
4.3	O processo de avaliação	79
4.3.1	Avaliação do minicurso.....	80
4.3.2	Avaliação da cartilha	83
5	INSERÇÃO SOCIAL.....	85

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE A	95
	APÊNDICE B.....	97
	APÊNDICE C.....	98
	APÊNDICE D	99
	APÊNDICE E.....	100
	APÊNDICE F.....	101
	ANEXO A	128
	ANEXO B	143

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as universidades possuem diretrizes pedagógicas e se configuram em instrumento articulador social e cultural, uma vez que têm por missão produzir conhecimento, gerar pensamento crítico, organizar e articular saberes, e formar cidadãos/cidadãs e profissionais (BRASIL, 1996). Logo, devem contemplar na matriz curricular de seus cursos, ações que venham estimular os/as discentes no processo de aprimoramento de sua formação, possibilitando-lhes novos ambientes de aprendizagem, aproximando-lhes da realidade social, a qual permite a construção de um conhecimento que se encontra fora da universidade, preparando-os/as para os desafios da vida profissional.

Para tanto, as universidades se fundamentam em três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão, conhecidos como o tripé da formação universitária brasileira, que conduzidos de forma articulada e indissociável, promovem a formação completa, profissional e cidadã, dos/das discentes, assim como uma interação efetiva entre essas instituições e a comunidade onde estão inseridas.

Nesse sentido, a extensão universitária, numa perspectiva contemporânea, possui o importante papel de articular a universidade com outros setores da sociedade, utilizando-se dessa parceria para validar os conhecimentos instituídos, onde são testados e reelaborados através das ações extensionistas. Assim, a extensão torna-se imprescindível na formação do/da discente, formando profissionais comprometidos/as com a transformação da realidade social, preservando culturas, zelando pelos direitos humanos e compartilhando o conhecimento (NOGUEIRA, 2013).

Ressalta-se que a extensão universitária tem potencial de contribuir significativamente para o novo paradigma curricular necessário à formação integral do/da discente, que ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos instrumentais em sala de aula para se transformar em espaço de construção do conhecimento, em que o/a discente é sujeito ativo, crítico e participativo e o processo de aprendizagem acontece por observações próprias e atitudes reflexivas decorrentes do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la (FORPROEX, 2006).

Dessa forma, a motivação para a existência das ações de extensão é o de envolver discentes, seja pela perspectiva acadêmica como pela social. Sendo que a proposição das

ações de extensão deve ser orientada no sentido de se buscar este componente formativo, tanto na perspectiva técnico-profissional, como de formação política e cidadã (FORPROEX, 2007).

No entanto, Paula (2013) argumenta que a extensão tem sido inadequadamente entendida e assimilada nas universidades, talvez por sua característica essencialmente interdisciplinar, por sua ocorrência fora das salas de aulas e dos laboratórios, por estar direcionada para o atendimento de demandas por conhecimento de um público vasto, difuso e heterogêneo ou talvez por ter sido a última das três dimensões acadêmicas a se consolidar como um dos tripés da universidade e desfrutar do mesmo *status* do ensino e da pesquisa.

Outro aspecto que pode contribuir para sua incompreensão são os fatores históricos que condicionaram a extensão universitária à duas vertentes: uma assistencialista e outra não assistencialista (GADOTTI, 2017) ou uma antidialógica e outra dialógica, respectivamente (FREIRE, 1983).

No Brasil, as primeiras experiências de extensão foram registradas nas décadas iniciais do século XX, realizadas por meio de cursos e prestação de serviços destinados às populações que se encontravam fora das universidades, numa concepção assistencialista e unilateral. Concepção referendada no primeiro registro oficial da extensão no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851 de 1931 e que se manteve na reforma universitária promovida pela Lei nº 5.540/1968, na qual a extensão passa a ser obrigatória nas universidades. E perdurou por todo período da Ditadura Militar no país, até 1985, no qual a extensão era utilizada para promover o ideal de desenvolvimento do governo ditatorial (BRASIL, 1931, 1968; FAGUNDES, 1985; SOUSA, 2010; NOGUEIRA, 2013).

Dessa forma, mesmo com o protagonismo de movimentos sociais, como o Movimento estudantil, e as influências de Paulo Freire na década de 60, que defendiam uma extensão mais comprometida com a sociedade, a extensão universitária era concebida como uma atividade eventual e meramente de difusão, desarticulada das atividades de ensino e pesquisa, caracterizava-se pela transmissão verticalizada de conhecimentos da universidade para a sociedade, utilizando-se de práticas autoritárias, antidialógicas, manipuladoras e com conteúdos pouco transformadores da realidade (DURHAM, 2003; PAULA, 2013; SERRANO, 2013; PIMENTEL, 2015).

Com a redemocratização do país a partir da década de 80 e a retomada dos debates sobre o compromisso social da universidade, a extensão universitária passa a ser compreendida como um processo educativo e científico, rompendo com as práticas anteriores e mais comprometida com mudanças sociais, busca adotar práticas dialógicas, educativas, produtoras de conhecimento e emancipadoras. Nesse período, a extensão se consolida como

dimensão acadêmica pela instituição do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Constituição Federal de 1988 e pela importância conferida às atividades extensionistas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1988, 1996; DURHAM, 2003; FORPROEX, 2012; SERRANO, 2013).

No século XXI, a concepção de extensão como instrumento de mudança social, uma extensão dialógica e participativa, é reforçada pelos Planos Nacionais de Educação de 2001 e de 2014 que determinam a inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação e pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 que regimenta e estabelece diretrizes para que essa inclusão ocorra em todas as Instituições de Ensino Superior do país, colocando a extensão universitária na centralidade das discussões pedagógicas (BRASIL, 2001, 2014, 2018a).

Porém, essas modificações teóricas não asseguram a mudança de paradigma na prática, pois apesar de serem resultados de construções democráticas, leva-se um tempo para a desconstrução de concepções e de práticas anteriormente adotadas, o que contribui para dificultar o entendimento da extensão universitária dentro da própria universidade.

Diante dessas questões apresentadas e a experiência da realização do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) na Universidade Federal de Lavras (UFLA), fui instigada a buscar conhecer qual a concepção de extensão universitária dos/das discentes da UFLA e a pensar em como poderia contribuir com a formação destes/destas a cerca da extensão universitária, uma vez que desempenho minhas funções laborais na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) dessa universidade e que desejava dar a minha formação profissional um destino prático, com a produção de conhecimento a partir de um problema vivenciado no dia a dia de trabalho como servidora técnico-administrativa da instituição.

Na UFLA são ofertadas bolsas de iniciação à extensão para discentes que desejem participar de programas e projetos de extensão universitária, que são ações mais complexas e estruturadas, com maior duração e que normalmente geram outras ações de extensão como: cursos, eventos e prestação de serviços, assim como elaboração e publicação de produtos acadêmicos. Uma forma da instituição incentivar o envolvimento do/da discente em atividades de extensão, contribuindo para o enriquecimento da sua formação.

Entretanto, percebemos que os/as discentes muitas vezes desconhecem ou conhecem de forma limitada a que se refere à extensão e sua prática. Essa falta de clareza pode levar a uma atuação contraditória, afastada de práticas que valorizem o diálogo e a participação efetiva do grupo social envolvido na ação extensionista, o que evidencia a necessidade de

aprimorar os conhecimentos teóricos e metodológicos dos/das discentes para uma atuação mais alinhada com a concepção contemporânea de extensão.

Diante de tal situação, elaboramos a seguinte questão direcionadora desse projeto técnico: Qual o entendimento e as demandas teóricas e metodológicas dos/das bolsistas de extensão da Universidade Federal de Lavras (UFLA) quanto à extensão universitária?

Optamos por escolher os/as discentes bolsistas de extensão mediante a necessidade de se fazer um recorte de exequibilidade para esse projeto técnico. Somamos a isso, o entendimento que os/as bolsistas poderiam ter maior interesse e predisposição em participar das etapas deste trabalho, por já estarem envolvidos/as em ações de extensão. Além disso, acreditamos que desenvolver ações direcionadas aos/às discentes que atuam em programas e projetos pode contribuir significativamente para as práticas de extensão universitária da UFLA.

Dessa forma, a construção desse projeto técnico possui relação com as vivências profissionais da autora na secretaria administrativa da PROEC. A partir da experiência cotidiana no ambiente de trabalho e dos debates e reflexões promovidas pelo mestrado, particularmente pelas disciplinas: Concepções Contemporâneas de Extensão: processos de mediação e novos atores sociais e Concepções e Experiências sobre extensão no Brasil foi possível um refinamento do olhar e o questionamento das possibilidades e limitações presentes nas atividades extensionistas realizadas na universidade. E pela disciplina de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente que possibilitou o entendimento que ações simples podem contribuir para transformar comportamentos e provocar mudanças na realidade, como também propiciou o conhecimento e a familiaridade com a produção técnica e tecnológica.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Conhecer o entendimento dos/das bolsistas de extensão da Universidade Federal de Lavras quanto à extensão universitária e sistematizar informações sobre a temática considerando suas demandas.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Realizar um diagnóstico para conhecer o entendimento e as demandas dos/das bolsistas de extensão;
- b) Planejar e executar intervenções sobre extensão universitária;
- c) Elaborar um material didático sobre a temática;
- d) Avaliar as intervenções e o material didático.

1.2 Justificativa

Acreditamos que é fundamental a apropriação e o alinhamento teórico-metodológico dos atores envolvidos nas ações de extensão para a consolidação de uma extensão universitária assertiva, alinhada com a Política Nacional de Extensão Universitária e com as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira.

Ademais, o PNE 2014-2024 estabeleceu para as Instituições de Ensino Superior através da estratégia 7 da meta 12, que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação deverá ser cumprida por meio da participação em atividades de extensão universitária (BRASIL, 2014). Obrigatoriedade regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que determina a inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação para todos/todas os/as discentes ingressantes no primeiro semestre letivo de 2023, processo denominado curricularização da extensão (BRASIL, 2018a, 2020).

Para cumprimento do disposto na referida meta, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, a extensão deverá ser inserida nos currículos dos cursos de graduação sob a forma de componente curricular, seja através de ações de extensão incorporadas a disciplinas ou desenvolvidas em programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços, contanto que desempenhem um papel formativo para o/a discente e envolvam diretamente a comunidade externa à universidade (BRASIL, 2018a).

Dessa forma, o/a discente precisará cumprir um mínimo de horas ligadas a atividade de extensão para concluir sua graduação, assim como já existe uma carga horária obrigatória para atividades de ensino (aulas) a ser cumprida. Neste sentido, um material didático (produto tecnológico no formato de cartilha) que sintetize as principais informações sobre extensão

universitária pode dar suporte a esse processo, facilitando o acesso às informações necessárias para o engajamento nas atividades de extensão, uma vez que, a UFLA está em processo de construção de sua política de extensão, não possuindo normativas próprias sobre a temática.

Além disso, na UFLA a maioria dos cursos de graduação não oferece aos/às graduandos/das disciplinas voltadas para a extensão, dos 37 cursos de graduação, somente 11 cursos possuem em suas matrizes curriculares disciplina sobre extensão, sendo que 2 cursos ofertam como disciplina obrigatória, 6 cursos como eletiva e 3 cursos ofertam disciplinas obrigatórias e também eletivas sobre o tema. Os demais cursos não possuem disciplina sobre extensão na matriz curricular, conforme pode ser verificado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Cursos da UFLA que possuem disciplina de extensão na matriz curricular.

CURSO	DISCIPLINA		
	Extensão Rural e Desenvolvimento	Fundamentos de Extensão	Extensão Universitária
Administração	---	Eletiva	Eletiva
Administração Pública	---	---	Eletiva
Agronomia	Obrigatória	---	Eletiva
Ciências Biológicas	---	---	Eletiva
Direito	---	Eletiva	---
Engenharia Agrícola	---	Obrigatória	---
Engenharia Ambiental e Sanitária	---	---	Eletiva
Engenharia Florestal	---	Obrigatória	---
Medicina	---	---	Eletiva
Medicina Veterinária	---	Obrigatória	Eletiva
Zootecnia	---	Obrigatória	Eletiva

Fonte: UFLA (2021a).

Percebemos que os/as graduandos da UFLA possuem poucas oportunidades de construir conhecimentos sobre extensão universitária através de disciplinas ofertadas pelos cursos de graduação para subsidiá-los em suas práticas extensionistas.

Portanto, ao elaborar e disponibilizar um material didático (produto tecnológico) sobre a extensão universitária, construído a partir de diagnóstico e levantamento de demandas dos/das discentes, ansiamos que os conceitos, princípios e diretrizes relacionados com a prática extensionista sejam melhor compreendidos pela comunidade acadêmica e que isso possibilite uma atuação profissional de maior qualidade e o enriquecimento da experiência

discente que favoreçam as ações de extensão da UFLA, principalmente, diante da obrigatoriedade da curricularização da extensão.

Assim, a realização desse projeto técnico se justifica pela proposta de intervenção educativa que se pretendeu executar, seja por meio da realização de uma formação sobre extensão universitária ofertada aos/às bolsistas de extensão ou pela elaboração de um material didático, no qual buscamos disponibilizar informações sobre extensão universitária para todos/todas discentes da UFLA, servindo como material de apoio as ações de extensão da universidade.

Feitas as considerações iniciais, divide-se este projeto técnico em quatro partes distintas além desta introdutória. A primeira, a revisão de literatura, traz o percurso histórico da criação das universidades no Brasil desde sua previsão normativa e expõe aspectos históricos e legais da institucionalização da extensão universitária com vistas a orientar a sua compreensão, bem como apresenta o conceito, as diretrizes e sua forma de organização, a segunda traz a metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho, enquanto a terceira apresenta a análise e discussão acerca dos resultados alcançados. Por fim, a quarta parte traz as considerações finais desse.

2 REVISÃO DE LITERATURA

No decorrer desse tópico, encontra-se a fundamentação teórica e documental que embasa o desenvolvimento desse projeto técnico. Primeiramente, encontra-se a breve discussão sobre a criação de universidades no Brasil no contexto econômico, político e social, posteriormente, a trajetória histórica da extensão universitária na conjuntura brasileira, onde buscou-se destacar sua conceituação e institucionalização, a legislação e as influências que moldaram a extensão até o momento da realização desse projeto, e por último encontram-se as formas de classificação das atividades de extensão universitária nas instituições.

2.1 Universidade no Brasil: caminhos percorridos

Faz-se inevitável refletir, primeiramente, sobre a própria universidade para se discutir a extensão universitária. Como instituição, a universidade está estabelecida em uma realidade histórica, condicionada pelas suas relações com a sociedade na qual está inserida e com seu projeto político. Dessa forma, contextualizar alguns aspectos sobre sua criação e relação com a sociedade podem contribuir para o entendimento da extensão universitária, objeto específico desse estudo. Para Nogueira (2013, p. 28), “discutir a extensão universitária é uma forma de discutir a própria universidade”, uma vez que, a extensão não pode ser abordada de forma isolada, como uma função realizada independente do ensino, da pesquisa e todo contexto universitário.

A criação de universidades no Brasil iniciou-se tardiamente, seja pela política de colonização adotada por Portugal, que controlava qualquer iniciativa que presumisse indícios de independência cultural e política da Colônia ou pelo desinteresse da própria população brasileira na criação de uma instituição como essa na Colônia, julgando mais apropriado que as elites da época realizassem seus estudos superiores na Europa (FÁVERO, 2006).

Dessa forma, as tentativas de criação de universidades nos períodos colonial e monárquico foram frustradas, mesmo com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil, permite-se apenas a criação de algumas escolas superiores e faculdades de caráter profissionalizante, elitista e orientada prioritariamente para a formação de profissionais para a burocracia do Estado. Pode-se concluir que Portugal influenciou significativamente na

formação das elites brasileiras até o final do Primeiro Reinado, em decorrência de seu interesse no monopólio do poder no país (FÁVERO, 2006).

Assim, somente na República é consentido aos estados instituírem universidades denominadas livres, dando origem as universidades estaduais de Manaus em 1909, de São Paulo em 1911 e do Paraná em 1912. Em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro torna-se a primeira universidade legalmente instituída pelo Governo Federal, pela junção da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da Faculdade de Direito, assegurando-lhe autonomia didática e administrativa. No entanto, sem maior integração entre elas, cada uma conservando suas características, sem qualquer alteração nos currículos, mantendo a orientação profissional dos seus cursos, tendo como único ponto de integração: a reitoria, tolhendo sua qualificação como instituição universitária (FÁVERO, 2006; MENDONÇA, 2000).

Apesar das polêmicas e incoerências em torno de sua criação, esse ato teve como aspecto positivo a intensificação do debate sobre os problemas universitários recorrentes no país, fomentados pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre os temas estavam à concepção de universidade adotada no país, a autonomia universitária e especialmente quanto às funções e o papel da universidade, com dois posicionamentos: a defesa da pesquisa científica como função básica juntamente com a formação profissional e a defesa da formação profissional como única prioridade. Sobressai ainda como desdobramento do primeiro posicionamento, a visão que a universidade deveria ser também foco de cultura e de disseminação do conhecimento produzido (FÁVERO, 2006).

Mas, essa visão de universidade não chega a ser concretizada nos anos de 1920, pois apesar das posições contrárias ao modelo de universidade instituído no Brasil pela esfera federal, ele foi adotado como referência para a criação de outras, como a Universidade de Minas Gerais, em 1927, pelo governo do estado (FÁVERO, 2006).

As mudanças ocorridas no período de meados dos anos de 1920 até fim do Estado Novo em 1945, caracterizado pela crise do sistema oligárquico tradicional, pelo processo de urbanização, pela incipiente industrialização do país e pela ampliação das funções do Estado, condicionam a instalação de um sistema de educação voltado para as massas (ensino primário) e outro preocupado com a formação das elites (ensino superior), que deveriam conduzir o processo de transformação da sociedade brasileira, via a reorganização da escola secundária como meio de homogeneização de uma cultura média e do ensino superior onde se formariam as elites dentro de projetos de teor nacionalista, para pensar o país e produzir o conhecimento imperativo ao progresso técnico e científico (MENDONÇA, 2000).

Dessa forma, as reformas de ensino secundário, superior e comercial implementadas por Francisco Campos, em 1931, tratavam de adaptar a educação escolar a um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006). Em vista disso, o Governo Federal promulga o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31), onde se observa a concessão de relativa autonomia à universidade e evidenciam-se, pela primeira vez, duas funções do ensino universitário brasileiro, ensino e pesquisa, como também faz referência à extensão universitária (MACHADO, 2009).

Contudo a Reforma, apesar de estabelecer a universidade como forma preferencial para a oferta de ensino superior, admitia a existência de escolas e faculdades autônomas. Além disso, essa legislação era extremamente detalhista e centralista como no período monárquico, não no sentido de monopólio da criação e manutenção das instituições, mas no sentido de controle burocrático pela normatização e supervisão (DURHAM, 2003).

A despeito de uma centralização cada vez maior nesse período, devido à política autoritária adotada, duas iniciativas antagônicas destacam no campo da educação superior: a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, surge com um caráter progressista, principalmente, quanto à inclusão da promoção da pesquisa e da vulgarização das ciências, das letras e artes (pelas instituições da extensão universitária) como suas finalidades básicas juntamente com o ensino; e a da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, um modelo inovador criado por Anísio Teixeira, nasce com uma vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país, buscando materializar as propostas empunhadas pela ABE e a ABC, na década de 20 (FÁVERO, 2006). A UDF era formada por cinco escolas que se propunham a desenvolver de forma integrada o ensino, a pesquisa e a extensão universitária (entendida prioritariamente na perspectiva da divulgação científica) nas suas respectivas áreas de conhecimento (MENDONÇA, 2000).

Na contramão dessas iniciativas, a instituição da Universidade do Brasil (UB), em 1937, pelo Governo Federal, representou o caráter conservador da reforma feita pelo Governo Vargas, que a instituiu como padrão a ser seguido pelas demais universidades (DURHAM, 2003). A criação do UB representa a imposição da tutela do Estado sobre a educação superior, reduzindo a autonomia das universidades, sendo essas invadidas primeiramente pelo autoritarismo e posteriormente pelo paternalismo do Estado (MENDONÇA, 2000).

Assim, o Brasil permaneceu atrelado ao sistema de escolas ou faculdades autônomas, voltadas para a formação profissional. A criação das primeiras universidades brasileiras, no início do século XX, não destruiu o sistema anterior. A força da tradição de escolas de

formação profissional, tanto escolas isoladas, como inseridas em universidades, permaneceu como a referência básica para os cursos superiores. Ainda hoje, após as reformas pelas quais passou o sistema, o ingresso continua a ser feito por carreiras, cada qual centrada numa escola ou faculdade em grande medida (DURHAM, 2010).

O período de 1945 até 1964, conhecido como de redemocratização do país, é caracterizado pela ampliação do número de universidades públicas, mas prevalecendo a ênfase na formação profissional, sem igual preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento, permanecendo a mesma estrutura anacrônica. Um período marcado pelo acelerado desenvolvimento do país devido à industrialização e ao crescimento econômico, tal como pela luta pela modernização do ensino superior tanto no meio acadêmico como fora dele, principalmente com a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (FÁVERO, 2006).

Sobressai neste contexto, a ampla e significativa participação do movimento estudantil, que evocava a universidade quanto seu compromisso social com as classes populares e questionava seu caráter arcaico e elitista. Entre suas reivindicações destacam-se: autonomia universitária, ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas, flexibilização dos currículos, representatividade docente e discente na administração universitária, entre outros (FÁVERO, 2006). No entanto, essas reivindicações não influenciaram a LDB, votada em 1961, pelo contrário, essa legislação se constituiu na preservação do sistema já existente e no estabelecimento do controle sobre a expansão do ensino superior e do conteúdo do ensino (DURHAM, 2003).

Somente, após a instalação de um novo período autoritário, com o Golpe Militar de 1964, o modelo de universidade é reformado e o sistema privado se desenvolve rapidamente com o estímulo governamental. No intuito de conter a pressão social exercida pela classe média, sobre a questão da ampliação das universidades, que enxergava no ensino superior o meio para conseguir emprego e ascensão social e de adequar o ensino superior às necessidades do projeto de modernização econômica que se almejava implementar no país, o Governo Militar sanciona a Lei nº 5.540/68, fornecendo o paradigma no qual a universidade brasileira se consolidou, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, destacando-se a indissolubilidade entre essas funções, especialmente entre ensino e pesquisa, sendo a pesquisa a característica própria da universidade (MENDONÇA, 2000). A extensão era vista como uma forma de atuação junto às comunidades desassistidas no sentido de direcionar a sua organização à nova ideologia desenvolvimentista (FAGUNDES, 1985).

Fávero (2006, p. 34) aponta as seguintes medidas propostas pela Reforma no intento de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade: “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação”. Essas medidas favoreceram a implementação gradual de uma rede institucional de pós-graduação, propiciando programas credenciados de treinamento e pesquisa, apoiados por agências federais, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que financiavam os projetos de pesquisa e concediam bolsas de estudo para a formação de mestres/as e doutores/as, no Brasil e no exterior (ALMEIDA FILHO, 2008). Essas medidas e suas consequências contribuíram para a mudança efetiva da universidade brasileira ao garantir, por um lado, o desenvolvimento da pesquisa, por outro, a melhoria da qualificação docente (MENDONÇA, 2000).

O próximo período se inicia com o processo de redemocratização gradual do país, em 1985, marcado pela Constituição de 1988, pela primeira eleição direta para a Presidência da República após o golpe de 1964, em 1989, por uma nova LDB em 1996 e por profundas transformações políticas, econômicas e educacionais, no qual o debate sobre os rumos da universidade foi retomado. O país passava por uma crise econômica e inflação crescente e o crescimento do ensino superior estava estagnado (DURHAM, 2003).

A Carta Magna de 1988 trouxe grandes avanços sociais e políticos, o seu artigo 207 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, consagra o “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e define no artigo 208, inciso V, o dever do Estado de proporcionar “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988).

Já na LDB de 1996, Lei nº 9.394, merece destaque seu artigo 52 que define as universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. Nessa perspectiva, a universidade brasileira constitui organização que além de atuar na formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento, também forma pesquisadores e pesquisadoras, desenvolve pesquisas e atividades de extensão, sendo responsável pelo avanço contínuo de todas as formas de conhecimento que a sociedade constrói (BRASIL, 1996). Essas peculiaridades e amplitude de suas atribuições a diferencia das demais instituições de ensino superior e ao mesmo tempo legitima socialmente a sua existência em função da complexidade da sociedade moderna.

Contudo, Almeida Filho (2008) destaca que,

Durante a redemocratização do Brasil (1981-1988), o sistema universitário público do país sofreu muito com a crise econômica que se abateu sobre a América Latina e com a crise política paralela ao processo de abertura democrática. Em especial para o sistema federal de ensino superior, foram anos de subfinanciamento, caos administrativo, crise de autoridade, desvalorização social, manifestos em longas, frequentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores (ALMEIDA FILHO, 2008, p.138).

Assinala-se, neste período, aquele que vai de 1995 a 2002, onde mudanças significativas sobre o ensino superior foram introduzidas pela política educacional adotada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Alegando-se combater a crise econômica, o governo imprime a reforma do ensino superior, consubstanciada na LDB de 1996 e em outros documentos legais complementares, associados com “uma política de congelamento de salários dos/das docentes das universidades federais, de cortes de verbas para a pesquisa e a pós-graduação, de redirecionamento do financiamento público” com efeitos preocupantes para universidade pública (MENDONÇA, 2000, p. 149).

Sob a retórica que as universidades deveriam exercer plenamente o preceito constitucional da autonomia universitária, propunha-se um orçamento global como instrumento dessa autonomia e estimulava à captação de recursos complementares junto à iniciativa privada e outras instituições públicas, por outro lado, editavam-se instrumentos jurídicos destinados a regulamentar a autonomia universitária, como a aprovação da Lei nº 9.192/95 que regulamenta a escolha de dirigentes das universidades (ALMEIDA FILHO, 2008). Assim, nota-se uma compreensão parcial do que seja a autonomia universitária, demasiadamente focada na dimensão econômica, coesa com a política de Estado mínimo adotada pelo Governo FHC, acompanhada de certo descompromisso com as universidades públicas, num movimento de privatização e mercantilização do ensino superior (MENDONÇA, 2000).

Para Marilena Chauí (2001), a inserção da universidade no setor de prestação de serviços não exclusivos do Estado, muda seu *status* de instituição social para organização social e confere um sentido bastante determinado à ideia de autonomia e introduz termos como qualidade universitária, avaliação universitária e flexibilização da universidade. Em suma,

A autonomia universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem “autonomia” para “captar recursos” de

outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas (CHAUÍ, 2001, p. 183).

Almeida Filho (2008) argumenta que nos anos 1990 houve um aumento na capacidade da rede de ensino superior devido a um processo extremo de desregulamentação do sistema para investimentos privados, concretizando no estabelecimento de uma quantidade enorme de instituições de ensino superior privadas¹. No entanto, a expansão da rede privada não se associou a qualidade de ensino, as universidades públicas consistentemente alcançam os melhores resultados nos sistemas de avaliação.

Sob o mesmo ponto de vista, Gomes e Moraes (2012) analisam que durante o governo FHC, formado por uma aliança liberal-conservadora, o Brasil adotou políticas claramente de corte privatista para o ensino superior, sendo sucedido pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, formado por uma aliança liberal-popular, contudo, mantendo a orientação privatista das políticas públicas de educação superior.

O Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2005 pelo Governo Lula, impacta diretamente na expansão da rede privada de ensino superior, ao ofertar bolsas de estudo integrais e parciais em instituições particulares de educação superior, destinadas a estudantes de baixa renda e professores/as da rede pública de educação básica (GOMES; MORAES, 2012). No entanto, Santos (2008) afirma que o Prouni representa um esforço diferente de promoção da expansão e o enquadra como uma política de ação afirmativa ao ser baseado em critérios racial e socioeconômico, e por contribuir para democratização do acesso ao ensino superior.

Contudo, nos anos do Governo Lula, 2003 a 2010, algumas iniciativas para a expansão da rede federal de ensino superior e oportunidades de melhorias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão demonstram que a relação entre governo federal e universidades federais muda, rompendo com a lógica e tratamento que se observou no Governo FHC, de precariedade dos recursos humanos e estruturais (GOMES; MORAES, 2012). Destacam-se o Plano de Expansão com Interiorização das IFES, de 2006, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, como também o reordenamento e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

¹ No Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Educação, através do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior e em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), viabilizou uma linha de financiamento de cerca de R\$ 750 milhões para instituições de ensino superior, com recursos provenientes de empréstimo do Banco Mundial. Estes recursos foram em grande parte canalizados para as universidades privadas. Desde 1999, o BNDES emprestou R\$ 310 milhões às universidades privadas e apenas R\$ 33 milhões às universidades públicas (SANTOS, 2008, p. 32).

Tecnológica, com robustos investimentos federais na universidade pública² (FORPROEX, 2012).

No entanto, Boschetti (2008 apud PEREIRA; KERN, 2017, p. 14) ressalta que as mudanças do ensino superior previstas na LDB de 1996, foram implementadas e operacionalizadas a partir dos governos de FHC e Lula, uma vez que,

Todas as medidas ali previstas – exame nacional de cursos, mestrados profissionalizantes, substituições dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino a distância em todos os níveis – seguem diretivas dos organismos internacionais, no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões.

Pereira e Kern (2017) afirmam que tendências privatistas e mercantilistas do ensino superior persistiram nos governos subsequentes e não há indicativos de afastamento ou rupturas até o momento.

Dessa forma, no século XXI a universidade brasileira encontra entraves de natureza estrutural e conjuntural, com financiamento incerto, “o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária; a estrutura acadêmica rígida, conservadora e, muitas vezes, elitista, que dificulta as mudanças nas direções demandadas pela sociedade brasileira”. (FORPROEX, 2012, p.24). O debate sobre os destinos da Universidade Pública é persistente e gira em torno do desenho das políticas educacionais e de seu impacto sobre a qualidade do ensino, a ampliação de vagas, o acesso e a permanência de estudantes (FORPROEX, 2012).

Para Santos (2008, p.13) a universidade contemporânea enfrenta três crises: a crise de hegemonia, “resultante das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que, ao longo do século XX lhe tinham sido atribuídas”, se por um lado deveria se dedicar a produção de alta cultura e conhecimento científico, indispensáveis à formação das elites, por outro passa a se exigir a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos técnicos necessários à formação de mão de obra qualificada para atender ao desenvolvimento capitalista (mercado). A crise de legitimidade,

provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da

² Segundo o Ministério da Educação, por meio do programa de expansão da educação superior foram criadas 14 universidades federais entre 2003 e 2010. Nesse período, a oferta de vagas nas universidades federais passou de 109,2 mil para 222,4 mil. Houve o aumento do número de professores de 40.823 para 63.112 e o número de técnicos administrativos subiu de 85 mil para 105 mil. O orçamento destinado às universidades passou de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 19,7 bilhões. Já os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), criado em 2007, aumentaram de R\$ 125 milhões em 2008 para R\$ 304 milhões em 2010 (BRASIL, 2010).

democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro; [e a crise institucional, resultante da] contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social (SANTOS, 2008, p. 14).

Essas crises são inter-relacionadas e dependentes e devem ser enfrentadas conjuntamente, no entanto, para o autor a fragilidade maior da universidade está na crise institucional, uma vez que sua autonomia científica e pedagógica assenta na dependência financeira do Estado, num momento em que se observa a perda de prioridade da universidade nas políticas públicas e conseqüentemente o esgotamento financeiro e a descapitalização das universidades públicas. A crise de hegemonia afeta diretamente o conhecimento produzido e disseminado pela universidade, que gera a crise de legitimidade ao expor quem se beneficia desse conhecimento produzido (classes dominantes), o que leva ao questionamento de que tipo de conhecimento deve ser produzido. Assim, a crise institucional acontece pela falta de identidade, autonomia e estrutura organizacional, ressoando nela a crise de hegemonia e de legitimidade (SANTOS, 2008).

Certamente é o caso do Brasil, em que a afirmação da autonomia universitária caminhou lado a lado com a privatização do ensino superior e o aprofundamento da crise financeira das universidades públicas, uma autonomia precária e até falsa (SANTOS, 2008). Neste sentido, Almeida Filho (2008, p. 194) afirma que a quase total desregulamentação da educação superior e abertura de mercado ao setor privado no Brasil, resultou em uma universidade “dominada por um poderoso viés profissionalizante, com uma concepção curricular simplista, fragmentadora e distanciada dos saberes e das práticas de transformação”. Assim, a oposição a essas crises deve envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização da universidade como bem público importante na definição e solução dos problemas sociais (SANTOS, 2008).

Nessa perspectiva, a extensão universitária mediante sua articulação indissociável com o ensino e a pesquisa tem exercido um papel único na transformação da sociedade e do próprio ensino superior, ao fortalecer o diálogo horizontal com outros setores da sociedade, a partir de um olhar cada vez mais sensível para as múltiplas realidades brasileiras, não furtando a universidade de sua responsabilidade de colaborar para a construção de um país mais democrático e menos desigual (DINIZ, 2020).

Ao estabelecer essa relação transformadora com a sociedade, voltada para os anseios da maioria da população, para o desenvolvimento social e para o aprimoramento de políticas

públicas, as ações de extensão universitária “surgem como instrumentos capazes de contrarrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham” (DEUS; HENRIQUES, 2017, p.88).

Como afirma Boaventura Santos,

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2008, 66-67).

Similarmente, Deus e Henriques asseguram que,

Sem dúvidas de que na atual estruturação da universidade brasileira, a extensão universitária tem um papel central para transformá-la e oxigenar o seu interior, mantendo a universidade em diálogo permanente com a sociedade contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural, a redução das diferenças com a inclusão de pessoas e setores, a recuperação da dignidade de homens e mulheres marginalizados por diferentes razões, a preservação dos direitos humanos, o aperfeiçoamento democrático (DEUS; HENRIQUES, 2017, p.89).

Assim, faz-se preeminente a valorização da extensão universitária, como dimensão acadêmica que incorpora o ensino e a pesquisa em prol do desenvolvimento da sociedade, tornando a universidade uma instituição que se faz necessária para a sociedade, somando esforços na luta em defesa da universidade pública, democrática e gratuita, capaz de contrapor os desafios que se apresentam no século XXI.

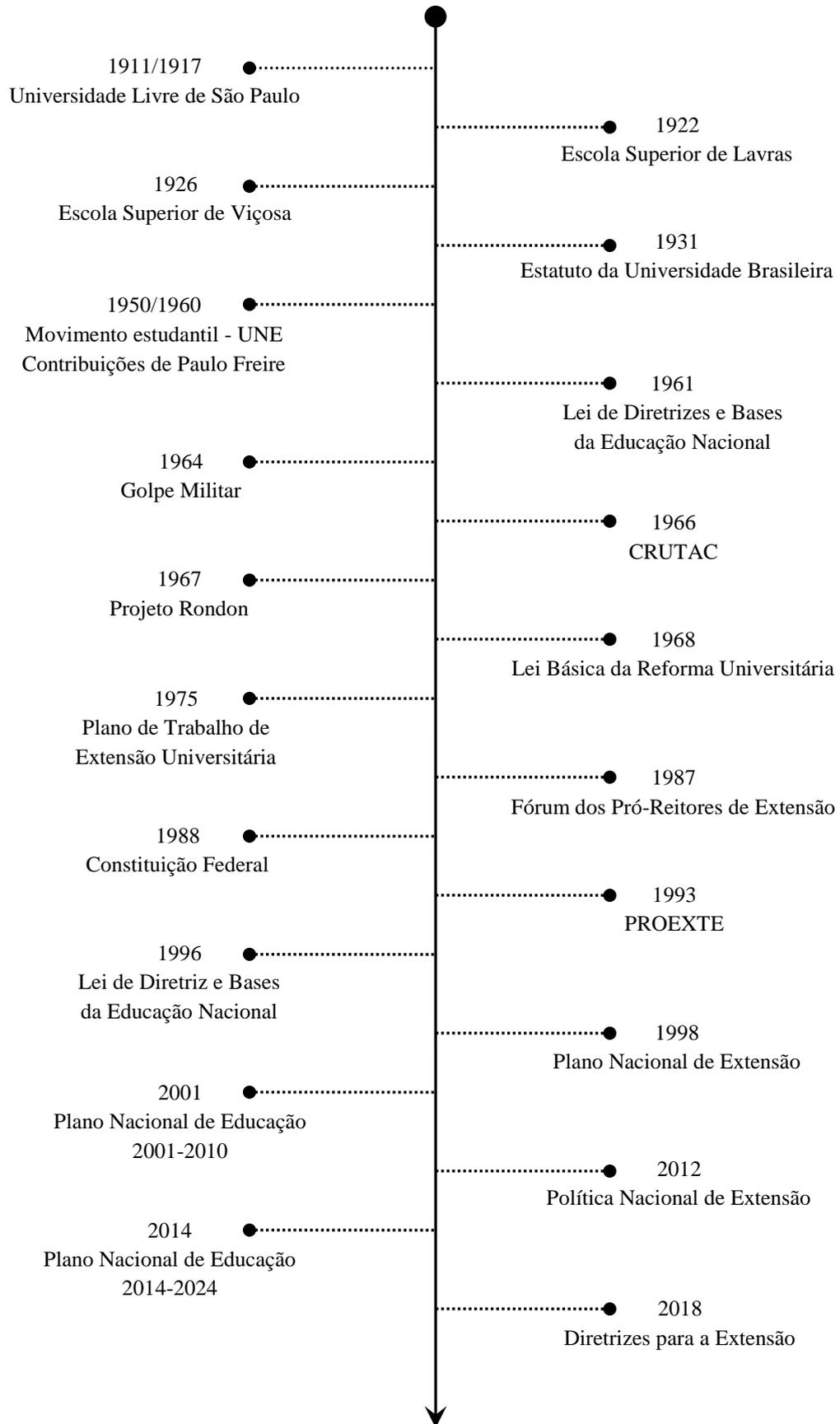
2.2 Extensão Universitária no Brasil: um relato histórico

De acordo com Serrano (2013, p. 1) ao longo da história o conceito de extensão universitária passou por várias linhas conceituais nas universidades brasileiras, indo desde a extensão entendida como curso, prestação de serviço, assistencialista, “redentora da função social da universidade”, via de mão dupla entre universidade e sociedade, ao mais recente conceito de extensão cidadã. Percebe-se no decorrer da historicidade da extensão sucessivas

tentativas de redefinição da extensão nas relações internas com as outras atividades acadêmicas e na relação com a sociedade.

Dessa forma, para compreender como a extensão universitária foi definida e redefinida ao longo do tempo, faz-se necessário discorrer sobre sua história no contexto sociopolítico nacional, revisitando os principais atos normativos e as influências históricas que marcaram sua evolução no Ensino Superior Brasileiro, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 - Percurso histórico da Extensão Universitária no Brasil



Fonte: Adaptado de Tschá (2011).

Cada um desses períodos foi assinalado por uma forma de fazer e de idealizar a extensão universitária que influenciaram em maior ou menor grau o conceito, as diretrizes e as práticas que são adotadas atualmente nas ações de extensão universitária. Assim, a seguir faz-se um breve relato cronológico do desenvolvimento da extensão universitária dentro da trajetória histórica da universidade brasileira, por períodos semelhantes aos já mencionados no tópico anterior, mas com ênfase na extensão, suas influências históricas, políticas e sociais, assim como, os marcos legais.

No Brasil, a prática de atividades de extensão coincide com a criação do Ensino Superior no país, no início do século XX, inspirada nas experiências das Universidades Populares europeias e dos *Land Grant Colleges* nos EUA, caracterizadas pela “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural”, respectivamente (NOGUEIRA, 2005, p. 16-17).

Assim, as primeiras experiências brasileiras foram através dos cursos e das conferências oferecidos à comunidade pela antiga Universidade Livre de São Paulo, de 1911 a 1917, sob influência do modelo europeu e também, da assistência técnica prestada a agricultores/agricultoras pela Escola Agrícola de Lavras a partir de 1922 e pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1926, ambas em Minas Gerais, atualmente Universidade Federal de Lavras e Universidade Federal de Viçosa, sob influência do modelo americano (NOGUEIRA, 2005). Segundo Nogueira (2013) esses dois modelos, europeu (cursos) e americano (prestação de serviços), estarão presentes na legislação e nas ações de extensão universitária em toda história brasileira.

De acordo com Paula (2013), essas duas vertentes de extensão universitária estão associadas ao modelo de desenvolvimento capitalista europeu que procurou legitimação e estabilidade por meio da implantação do Estado do Bem-estar Social, onde o comprometimento da universidade buscava oferecer contrapontos às consequências do capitalismo e ao modelo de desenvolvimento capitalista norte-americano de inclinação rigorosamente liberal, no qual a mobilização da universidade tinha como objetivo o enfrentamento de questões referentes à vida econômica, por meio da transferência de tecnologia e maior aproximação com o setor empresarial.

Oficialmente a extensão universitária tem seu primeiro registro no Decreto nº 19.851/1931, que dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras, caracterizada pela promoção de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário objetivando a difusão de conhecimentos da universidade para a sociedade (BRASIL, 1931; Sousa, 2010; NOGUEIRA, 2013). Nota-se nesse decreto a extensão universitária como instrumento de transferência de

conhecimento da universidade aos que não estão diretamente vinculados a ela, no intuito de diminuir as diferenças sociais e elevar a cultura da população.

Para Fagundes essa primeira referência legal à extensão universitária a expõe como:

[...] portadora de soluções para os problemas sociais e como veículo de ideias e princípios, pautados nos autos interesses nacionais, aos quais devem subordinar-se às aspirações e necessidades da sociedade como um todo. Nessas formulações, os interesses nacionais encobrem e, ao mesmo tempo, identificam-se com os interesses da classe hegemônica, que serve-se da educação para interiorizar seus valores nas classes subalternas (FAGUNDES, 1985, p.36).

Logo, o reconhecimento legal da extensão universitária através do Estatuto das Universidades Brasileiras, é caracterizado por uma concepção assistencialista e de cunho autoritário, concebida como instrumento de propagação entre o povo da ideologia da classe dominante (GERALDO, 2015).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a extensão universitária é tratada vagamente, apenas na forma de cursos, conforme se observa no artigo 69:

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: [...] c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (BRASIL, 1961).

Assim, a extensão universitária continuava sendo concebida como cursos e serviços necessários a transmissão de conhecimentos, uma atividade unilateral e desarticulada das atividades de ensino e pesquisa. Fraga (2017) aponta que essa legislação frustrou os anseios sociais da época, por não ter grandes inovações e até alguns retrocessos e se mostrar contrária à reformulação da educação superior no país, reivindicada pelos/pelas estudantes.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, nota-se o avanço na concepção de extensão na atuação do movimento estudantil, particularmente, da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse período, a UNE propunha a atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas do conhecimento junto à sociedade, aspirando à participação dos/das acadêmicos/as na vida social das comunidades, acenando para o caráter interdisciplinar da extensão (NOGUEIRA, 2013).

De acordo com Machado (2009), o período de 1937, ano de criação da UNE, até o Golpe Militar em 1964, dispomos de um momento de grande efervescência do movimento estudantil brasileiro. Influenciados pelo Manifesto de Córdoba³ os/as estudantes adotavam

³ O Manifesto de Córdoba de 1918, como ficou conhecido, representa a inserção dos/das estudantes no debate das funções e do papel da Universidade perante os conhecimentos que nela são produzidos e

uma postura firme no sentido de propor ações extensionistas com ênfase no engajamento da universidade com as classes populares e com o proletariado. No Manifesto a extensão aparece como:

[...] objetivadora do “fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais”. A extensão propiciaria, portanto, uma projeção do trabalho social da universidade ao meio e sua inserção em uma dimensão mais ampla (GURGEL, 1986 apud MACHADO, 2009, p. 24).

O movimento da Reforma universitária de Córdoba ocupou lugar de proeminência na história da extensão universitária devido ao seu caráter crítico quanto à universidade, propondo mudanças estruturais, até mesmo administrativas, que influenciaram o mundo e em especial a América Latina (SOUZA, 2005).

Merece destaque, na década de 1960, o trabalho realizado por Paulo Freire no Serviço de Extensão Universitária na Universidade de Recife, que demonstrou com clareza a eficaz integração da universidade às grandes questões nacionais à época, através da extensão universitária, alargando o que já vinha sendo feito pelos/pelas estudantes na luta pela Reforma Universitária. Dessa forma, sob a influência do pensamento de Paulo Freire a universidade descobre e desenvolve metodologias para aproximação com os setores populares, que possibilitam a interação entre o saber acadêmico e o saber popular (PAULA, 2013).

Paulo Freire contribuiu significativamente para o avanço na concepção de extensão em sua obra *Extensão ou Comunicação?* de 1969, escrita no Chile, onde se encontrava exilado, na qual o autor discute as bases de uma comunicação efetiva entre o saber agrotécnico e os/as camponeses/as chilenos/as, critica o extensionismo antidialógico e considera-o uma forma de invasão cultural, devido suas implicações unilaterais e invasivas, como também recomenda uma prática essencialmente dialógica, educativa e comunicacional (PAULA, 2013).

Nessa obra, Paulo Freire (1983, p. 13) analisa o campo associativo do termo extensão e indica que ele está relacionado significativamente com transmissão de conhecimento (entrega de algo a alguém), messianismo por parte do/da extensionista, mecanicismo na ação do/da extensionista, “superioridade do conteúdo de quem entrega, inferioridade dos que recebem, invasão cultural através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que superpõe à daqueles que passivamente recebem”, etc.

para quem são dirigidos. No manifesto, os/as estudantes de Córdoba lançaram os princípios que deveriam orientar uma verdadeira reforma universitária: representação discente e participação nos órgãos diretores, gratuidade do ensino, autonomia universitária, ingresso público para carreira docente, eleição dos/das dirigentes através de assembleias com participação estudantil e docente (COSTA, 2005, p. 2).

Dessa forma, para o autor, o/a extensionista comete a invasão cultural quando atua de forma autoritária, manipuladora, antidialógica e mecanicista, fazendo depósitos de conhecimentos ou prescrevendo a aplicação de técnicas na expectativa da rápida substituição dos conhecimentos empíricos pelos métodos considerados apropriados, desprezando e sobrepondo os valores e conhecimentos das outras pessoas envolvidas, subestimando suas capacidades de reflexão, desconsiderando-as como sujeitos/as da ação, domesticando-as. E recomenda que o/a extensionista atue na perspectiva da comunicação, que através do diálogo e da problematização do conhecimento em sua relação com a realidade, busca construir junto às demais pessoas um novo conhecimento para transformação do mundo, buscando a capacitação das pessoas através da razão e da crítica, emancipando-as (FREIRE, 1983).

Para Fraga (2017) esse foi um momento criativo e de muito ânimo da atividade de extensão, marcado por uma luta pela democracia no país e na universidade, próxima da luta do Movimento de Córdoba. Um período em que as reivindicações iam além da possibilidade de exercitar a extensão e de se aproximar da população, mas que clamava a necessidade de mudança da sociedade, onde a universidade, seja através dos/das discentes ou dos/das docentes, almejava uma sociedade mais justa e democrática.

Após a instauração do Regime Militar em 1964, a UNE foi extinta e passa a atuar na ilegalidade e as universidades, da mesma forma que outras instituições foram submetidas a um rígido controle ideológico (NOGUEIRA, 2013). Com o Golpe Militar, o Estado assumiu para si o papel de único coordenador de toda atividade de extensão na tentativa de neutralizar a participação dos/das estudantes, adotando uma concepção assistencialista, com a prestação de serviços às comunidades carentes (PIMENTEL, 2015).

Deus e Henriques (2017) apontam que havia o entendimento que a extensão universitária poderia representar um risco ao regime ditatorial, devido ao seu caráter emancipador, sendo então relegada a um plano secundário, considerada apenas em seu caráter assistencialista. Relatam, também, a existência de uma hierarquia nas universidades que colocava os conhecimentos acadêmico e científico acima dos conhecimentos técnicos e, por último, o conhecimento popular, assim, os saberes adquiridos da prática extensionista eram considerados inferiores nessa hierarquização de saberes hegemônica.

Nesse íterim, a criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), em 1966 e do Projeto Rondon⁴, em 1967 são apontadas pelo FORPROEX como as primeiras iniciativas significativas de institucionalização da extensão universitária. Esses

⁴ O Projeto Rondon foi extinto em 1989 e novas edições voltaram ocorrer a partir de 2005 (NOGUEIRA, 2013).

projetos tinham como objetivo colocar a serviço do Estado os/as estudantes engajados/as aos propósitos da política desenvolvimentista do governo militar (FORPROEX, 2006, 2012). “Com o regime militar a extensão assume a concepção nitidamente assistencialista e se incorpora ao ideal de desenvolvimento de segurança do território nacional” (Brasil, 2018b, p. 6). Contudo, esses projetos tiveram o mérito de proporcionar aos/às estudantes experiências importantes junto às comunidades rurais, possibilitando-lhes novos espaços para contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural (FORPROEX, 2012).

Com a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária, Lei nº 5.540/1968 instituiu-se a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, ao abordar a extensão como o meio pelo qual as universidades “estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (art. 20)”, tornando a extensão universitária obrigatória em todas as instituições de ensino superior (BRASIL, 1968; NOGUEIRA, 2013).

Essa Lei estabelece que,

Art. 40. As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais; d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (Brasil, 1968).

Para Nogueira (2013) esse texto normativo possui uma visão reducionista da extensão, por não considerá-la como dimensão acadêmica capaz de testar e reelaborar o conhecimento produzido e transmitido pela universidade, por meio da interação com a sociedade. Sobretudo, ao considerar a extensão como atividade a ser realizada apenas por discentes, sem participação de docentes e desvinculada de planejamento institucional.

Sousa (2010) pontua que no texto dessa legislação percebem-se influências do movimento estudantil, contudo a extensão aparece com funções diferentes daquelas propostas pelos/pelas estudantes, aparece como uma prestação de serviços desprovida de algum significado político.

Outra iniciativa importante para a institucionalização da extensão foi a elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária pela Coordenação das Atividades de Extensão

(CODAE/MEC)⁵, em 1975, avanços em relação às legislações anteriores são percebidos na conceituação de extensão universitária, por influência do pensamento de Paulo Freire, trazendo elementos novos como o estabelecimento da relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, onde cabe à extensão repensar as outras atividades e a troca de saberes através da comunicação entre a universidade e a sociedade, substituindo a transmissão de conhecimento unilateral (NOGUEIRA, 2013). Destaca-se como legado da CODAE a criação de estruturas administrativas para a coordenação das ações extensão dentro do MEC e das próprias universidades, contribuindo com o processo de institucionalização da extensão universitária (MACHADO, 2009).

O processo de redemocratização no Brasil proporcionou uma ampla discussão sobre o compromisso social das universidades brasileiras frente às classes menos favorecidas, fortalecendo o debate sobre a extensão universitária como dimensão acadêmica capaz de interligar o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, especialmente a partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)⁶, em 1987 (NOGUEIRA, 2005).

Desde então, o Fórum vem se mostrando como o principal ator extensionista em âmbito nacional, devido a sua atuação no desenho de políticas de extensão, na conceituação da extensão universitária, na construção de instrumentos de avaliação das ações extensionistas, favorecendo a articulação e a institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras (SOUSA, 2010; PAULA, 2013).

Entre as contribuições do FORPROEX destaca-se a conceituação da extensão universitária, um aporte decisivo à afirmação do caráter indispensável da extensão universitária para a plena realização dos objetivos fundamentais da universidade (PAULA, 2013). O conceito de extensão universitária cunhado em seu Primeiro Encontro Nacional tornou-se uma referência para as universidades e para políticas que envolvam a extensão universitária no país (NOGUEIRA, 2005). Exposto a seguir:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que

⁵ A CODAE foi extinta em 1979 durante uma reforma administrativa no Ministério da Educação/MEC (NOGUEIRA, 2013, p.37).

⁶ O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é uma entidade formada pelos Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos similares das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (RENEX, 2010). Atualmente, o Fórum é denominado Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).

encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p.11).

Assim, esse conceito expõe alguns princípios como: a concepção de extensão como processo; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a interação dialógica com a comunidade e a troca de conhecimentos acadêmicos e populares; a interdisciplinaridade; o reconhecimento da extensão como produtora de conhecimento e transformadora do ensino e da pesquisa e a noção de visão integrada do social (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020).

Para Serrano (2013, p.11) “[...] esta conceituação é expressivamente freiriana, nela encontramos a relação dialética, a sistematicidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, a apropriação pelo outro do conhecimento com liberdade para transformá-lo”.

Em meio a esse cenário é promulgada a Constituição Federal de 1988 e institui o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em seu artigo 207, decretando que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Com o reconhecimento legal da extensão, a universidade supera o limite educacional de ensino e pesquisa, e insere a extensão como uma dimensão acadêmica do ensino superior, constituindo o tripé universitário.

Em atendimento ao princípio constitucional da indissociabilidade, a LDB de 1996 define a extensão universitária como uma das finalidades da universidade, ao atribuir-lhe por meio do inciso VII do artigo 43 o dever de “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Como também, prevê a possibilidade de destinação de recursos financeiros do poder público, inclusive mediante bolsa de estudos, no entanto não define diretrizes específicas para sua realização (BRASIL, 1996).

Na análise de Machado (2009), essa legislação mesmo tendo ratificado a universidade como prestadora de serviços à comunidade, apresenta avanços significativos em relação às leis anteriores, principalmente, ao estabelecer que a extensão universitária deve ser realizada em uma relação de reciprocidade, numa perspectiva de relação dialógica entre universidade e comunidade.

Na década de 1990 a institucionalização da extensão foi marcada por diferentes encaminhamentos, com destaque para o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993, cujas principais contribuições foram o “financiamento da extensão universitária e à elaboração teórico-conceitual, especificamente a definição das diretrizes e objetivos da extensão universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação” e para o Plano Nacional de Extensão, em 1998, de autoria do FORPROEX e publicado pelo MEC em 1999 (FORPROEX, 2012, p.15). Em ambos observam-se a extensão universitária indissociável do ensino e da pesquisa e a indicação da interdisciplinaridade superando a prática das universidades de se fazer ciência de forma compartimentada (NOGUEIRA, 2013).

Em 2001, a Lei nº 10.172 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) com duração de 2001 a 2010 e estabelece como uma das metas para o ensino superior:

Meta 23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

Assim, no século XXI, a extensão passa a ser considerada legalmente como parte integrante projeto pedagógico dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, permitindo a flexibilização dos currículos.

Observa-se que o PNE (2001-2010) traz como inovação a valorização das atividades de extensão ao garantir que, no mínimo, 10% do total de créditos dos cursos de graduação sejam destinados a essas atividades, inserindo a extensão na formação profissional e no mais a ratifica como já concebida nas universidades e legislações anteriores.

No ano de 2012, foi definido um novo conceito de extensão pelo FORPROEX, debatido e desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais realizados em 2009 e 2010. O conceito original de 1987 é atualizado e passa a ser definido da seguinte forma na Política Nacional de Extensão (NOGUEIRA, 2013). Vejamos:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Logo, nesse conceito a extensão universitária mediante sua indissociabilidade entre ensino e a pesquisa ganha solidez constitucional. Além do mais adquire o brilhantismo interdisciplinar com caráter educativo, cultural, científico e político capaz de viabilizar a

materialidade transformadora da universidade e da sociedade. A função da extensão é tornar o conhecimento produzido na academia acessível a todos/todas a partir da comunicação com a sociedade, no intuito de promover os valores democráticos e a equidade; ao mesmo tempo em que enriquece o saber científico na medida em que permite a apreensão do saber comum por meio da dialogicidade que fundamenta a concepção de extensão que se pretende implantar a partir de então.

No entanto, ressalta-se que a consolidação desse conceito só será alcançada por meio da adoção de metodologias participativas, como por exemplo, no formato de investigação-ação ou de pesquisa-ação, que optam por técnicas que favoreçam o diálogo e a participação de todas as pessoas envolvidas, pois somente ações de extensão nesses formatos permitem a aproximação de valores que orientam as comunidades e a apreensão de práticas e saberes ainda não sistematizados, de modo que possam refletir sobre a realidade e os problemas sociais, produzir novos conhecimentos e encontrar coletivamente soluções que contribuam para a transformação social (FORPROEX, 2012).

A respeito dessa construção coletiva de conhecimentos, marcada pelo diálogo, Paulo Freire (1983, p. 36) ressalta que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.

Na Política de Nacional de Extensão reafirmou-se a necessidade de se fortalecer a extensão universitária nas universidades diante de um crescente cenário de questionamentos quanto ao compromisso social destas frente aos problemas sociais. O documento elege o poder público e as políticas de educação como fundamentais ao estímulo e fortalecimento da extensão nas instituições de educação superior (FORPROEX, 2012).

O PNE para o decênio 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, de modo igual ao PNE 2001-2010, reafirma na meta 12.7 o objetivo de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

No entanto, o PNE 2014-2024 avança em relação ao PNE 2001-2010 ao definir as atividades de extensão que serão creditadas, programas e projetos, ou seja, atividades mais complexas e duradouras, anteriormente constavam de forma generalizada, como ações extensionistas; ao orientar a atuação extensionista, principalmente, em áreas de grande pertinência social e por outro lado, ao ampliar a obrigatoriedade da inclusão da extensão para

todos os cursos de graduação no país, deixando de ser exclusiva para as instituições federais e passando a ser para todas as Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Essa meta convoca as Instituições de Ensino Superior à flexibilização dos currículos, incluindo a extensão universitária no projeto pedagógico dos cursos acadêmicos, por meio da integralização de ações de extensão, reconhecendo-a como elemento essencial no processo de formação profissional e de produção do conhecimento, promovendo a curricularização da extensão (FORPROEX, 2012).

Em 2018, o Ministério da Educação através da Portaria 1.350, homologa a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, essa normativa estabelece conceitos, diretrizes e princípios para a extensão na educação superior no país, bem como estabelece parâmetros de avaliação, registro e planejamento das ações extensionistas. Estabelece, ainda, que se cumpram os dispostos na meta 12.7 do PNE 2014-2024, como também define o prazo de três anos para que as Instituições de Ensino Superior façam a implantação da extensão no formato estabelecido pela Resolução, ou seja, dezembro de 2021⁷ (BRASIL, 2018a).

Segundo o relator do projeto de Resolução, Gilberto Gonçalves Garcia, o documento vem preencher “a lacuna de uma diretriz nacional que promova a unicidade e a consensualidade de concepções e propostas em torno das políticas, das estratégias e das ações pelas quais a extensão universitária brasileira possa ser institucionalizada e implementada” (BRASIL, 2018b, p. 4), pois, mesmo que a reivindicação pela extensão no ensino superior venha de longo prazo, a temática ainda não dispunha de diretrizes específicas legalizadas e publicadas pelo Governo Federal. Embora o FORPROEX tenha publicado em 2012 a Política Nacional de Extensão Universitária, a Resolução regimenta o disposto na Meta 12.7 do PNE 2014-2024, tornando obrigatória a implementação da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Para o relator as diretrizes emanadas nessa normativa “[...] permitem conceber a extensão universitária como função potencializadora na formação do/das estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico (BRASIL, 2018b, p. 4)”.

Na Resolução CNE/CES nº 7, de 2018, a extensão universitária é concebida como:

Art. 3º [...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional,

⁷ O Parecer CNE/CES nº 498/2020, de 6 de agosto de 2020, prorrogou o prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, entre elas, a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Com isso, a data limite para implantação da extensão nos currículos dos cursos de graduação das IES brasileiras passa a ser 19 de dezembro de 2022, ou seja, para discentes ingressantes no primeiro semestre de 2023.

cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018a).

Essa Resolução representa um marco regulatório para a extensão, é a materialização, por meio de uma lei, dos princípios e das diretrizes orientadoras das ações de extensão, bem como coloca a extensão na centralidade das discussões pedagógicas em todas as Instituições de Ensino Superior do país. Uma lei construída coletivamente por membros do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e por representantes dos distintos fóruns nacionais de extensão das instituições públicas, das comunitárias e das particulares de ensino superior.

Dessa forma, essa normativa deve orientar as práticas extensionistas de todas as instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas, promovendo uma coesão para a curricularização da extensão universitária no âmbito do sistema de ensino superior brasileiro, em prol da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o atendimento de forma mais efetiva ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.2.1 Diretrizes da Extensão Universitária

A Política Nacional de Extensão Universitária de 2012 reitera as diretrizes estabelecidas pelo FORPROEX que devem orientar a formulação e implementação das ações extensionistas nas universidades, quais sejam: a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o impacto na formação discente e o impacto e transformação social (NOGUEIRA, 2013). Explicitadas brevemente a seguir de acordo com FORPROEX.

Interação dialógica: diretriz que orienta o desenvolvimento das relações entre a universidade e a sociedade por meio do diálogo e da troca de saberes, estabelecido em uma ação de mão-dupla, onde todas as pessoas envolvidas participam e contribuem com a produção do conhecimento. Trata-se da interação com movimentos sociais, organizações e setores da sociedade para produzir um novo conhecimento com vistas à superação da

desigualdade social e à construção de uma sociedade mais justa, ultrapassando o exclusivismo acadêmico (FORPROEX, 2012).

Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: essa diretriz busca a combinação de conceitos e metodologias de várias disciplinas e áreas do conhecimento, como também a interação de setores, organizações e profissionais, para obter a consistência teórica e operacional necessária à efetividade das ações de extensão, diante da complexidade da realidade social (FORPROEX, 2012).

Indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão: essa diretriz reafirma que as ações de extensão são mais efetivas quando vinculadas “ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa)”, sendo que a relação com o ensino coloca o/a discente como protagonista de sua própria formação, na qual adquire aptidões profissionais e uma consciência cidadã. Já a relação com a pesquisa permite a apreensão de conhecimentos ainda não sistematizados, dos valores que conduzem as comunidades e dos problemas sociais sobre os quais se deseja atuar, propiciando uma produção acadêmica mais alinhada com a transformação social (FORPROEX, 2012, p. 32).

Impacto na formação do/da estudante: essa diretriz atribui às ações de extensão o dever de contribuir de forma significativa para a formação dos/das discentes, seja através da ampliação do horizonte que as envolve ou do contato direto com grandes questões da atualidade. Tais fatores possibilitam a melhoria do conhecimento do discente em termos teóricos e metodológicos e reitera o compromisso ético e solidário da universidade. A participação do/da estudante em ações de extensão deve estar amparada em iniciativas que permitam a flexibilização curricular e a integralização de créditos obtidos (FORPROEX, 2012).

Impacto e transformação social: essa diretriz possui um caráter essencialmente político e situa a extensão universitária como o meio no qual se estabelece “a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora”, tanto da sociedade como da própria universidade. Trata-se de uma atuação voltada para os interesses e necessidades da coletividade e que promove o desenvolvimento social e políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário e democrático (FORPROEX, 2012, p. 35).

Na Resolução CNE/CES nº 7/2018 as diretrizes nacionais da extensão universitária, aparecem como:

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (BRASIL, 2018).

Reafirmando as diretrizes propostas pelo FORPROEX, onde fica evidente a relação dialógica que deve existir entre a universidade e a sociedade, além da troca de saberes que favorece o processo de formação profissional e cidadã dos/das discentes. Logo, essas são as diretrizes que devem estar presentes em todas as ações de extensão universitária na Educação Superior Brasileira, as quais serão expostas no próximo subtópico.

2.2.2 Classificação das ações de Extensão Universitária

As ações de extensão realizadas pelas instituições de ensino superior devem atender aos fundamentos do conceito de extensão universitária e às diretrizes de extensão, sendo classificadas em cinco modalidades: programa, projeto, curso, evento e prestação de serviços, o que pode incluir ações como palestras, conferências, ensino à distância, eventos culturais, feiras, campeonatos, campanhas educativas etc. (FORPROEX, 2007). Caracterizadas a seguir:

Programa é compreendido como um “conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.

Projeto é entendido como uma “ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. O projeto pode ser vinculado a um programa (forma preferencial) ou não vinculado (projeto isolado).

Curso é qualificado como uma “ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos”.⁸

⁸ A classificação dos tipos cursos e suas definições podem ser verificadas no quadro 5 do livro 6 da Coleção Extensão Universitária do FORPROEX (2007, p.37).

Evento é caracterizado como uma “ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade”.⁹

Prestação de serviço é a “realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem”¹⁰ (FORPROEX, 2007, p. 35-41).

Visando a sistematização das ações de extensão para facilitar a realização de estudos, avaliações e monitoramento das atividades de extensão universitária, o FORPROEX padronizou uma classificação por áreas e linhas temáticas, as quais todas as ações extensionistas das universidades deverão seguir.

A classificação em áreas do conhecimento deve ser realizada conforme as oito áreas propostas pelo CNPQ, que servem de parâmetro para os procedimentos de avaliação dos cursos, quais sejam: “Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia/Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes” (FORPROEX, 2007, p. 23).

Quanto às áreas temáticas, as ações de extensão devem ser classificadas em oito áreas condizentes ao objeto ou ao tema da ação, no intuito de favorecer os estudos sobre a extensão universitária em agrupamentos temáticos e a articulação de extensionistas que possuem o mesmo enfoque de atuação. São elas: “comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho” (FORPROEX, 2007, p. 24).

Complementarmente, as ações de extensão podem ser classificadas também em linhas de extensão que especificam e detalham os temas para a nucleação das ações de extensão, não estando essencialmente ligadas a uma área temática específica. São importantes para a constituição de programas, possibilitando o agrupamento de projetos afins. As ações de extensão podem ser classificadas em 53 linhas de extensão¹¹ (FORPROEX, 2007).

Cabe à extensão universitária articular e incentivar internamente a inteligência da universidade nessas áreas temáticas e mobilizá-la no sentido do enfrentamento dos problemas sociais contemporâneos, num esforço conjunto onde são sujeitos tanto docentes, técnicos

⁹ A classificação das modalidades de eventos e suas definições podem ser verificadas no quadro 7 do livro 6 da Coleção Extensão Universitária do FORPROEX (2007, p.39).

¹⁰ A classificação das modalidades de prestações de serviço e suas definições podem ser verificadas no quadro 8 do livro 6 da Coleção Extensão Universitária do FORPROEX (2007, p.40-41).

¹¹ A classificação das ações de extensão universitária em linhas de extensão e suas formas de operacionalização mais frequentes podem ser verificadas no quadro 4, do livro 6 da Coleção Extensão Universitária do FORPROEX (2007, p.28-34).

administrativos e discentes, quanto as pessoas destinatárias das ações de extensão (PAULA, 2013).

As ações de extensão podem gerar como resultados de suas atividades publicações e outros produtos que são utilizados “para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica”, e são caracterizados como “livro, anais, capítulo de livro, artigo, comunicação, manual, jornal, revista, relatório técnico, produto audiovisual, programa de rádio e de TV, aplicativo para computador, jogo educativo, produto artístico e outros”. Ainda que não sejam ações de extensão, carecem ser registrados na Pró-Reitoria de Extensão ou órgão similar da instituição de ensino superior (FORPROEX, 2007, 44).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos desse projeto técnico, a metodologia se divide em três etapas: diagnóstico, planejamento e intervenções, e avaliação. Logo, esse tópico está dividido em quatro partes, a caracterização do local de realização do estudo e as três etapas citadas anteriormente.

3.1 Caracterização do local de estudo

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é uma instituição de ensino superior, fundamentada como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação.

Sua história inicia-se em 1908 quando foi fundada a Escola Agrícola de Lavras. Em 1936 passou a integrar o quadro das escolas de nível superior do país, passando a se chamar, em 1938, Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL). Pela Lei nº 4.307, de 23 de dezembro de 1963 a ESAL foi federalizada, assim deixou de ser propriedade do Instituto Gammon e passou a incorporar o patrimônio da União. Transformou-se em Universidade Federal de Lavras pela Lei nº 8.956 de 15 de dezembro de 1994. É constituída pelo campus Sede no município de Lavras/MG e pelo campus Paraíso no município de São Sebastião do Paraíso/MG (UFLA, 2021a; 2021c).

Destaca-se em seu Estatuto que sua finalidade precípua é

a melhoria das condições de vida das pessoas e da coletividade, por meio da formação superior de cidadãos éticos com alta qualificação profissional e da produção e difusão de conhecimento filosófico, científico, cultural, tecnológico e inovador, integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, em harmonia e interação com a sociedade (UFLA, 2021c, art. 5º).

Percebe-se em sua finalidade e missão a preocupação com o aproveitamento social do conhecimento e com a melhoria da qualidade de vida da população, assim como o anseio de formar profissionais com visão integral de sua área de atuação e com forte compromisso social.

A UFLA apresenta em sua estrutura organizacional, além dos órgãos de assessoramento e apoio, oito Pró-Reitorias, com suas respectivas coordenadorias e diretorias, e nove Unidades Acadêmicas com seus trinta e dois departamentos didático-científicos que

oferecem trinta e dois cursos de graduação presenciais e cinco na modalidade à distância, e quarenta e três cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em diversas áreas do conhecimento, somando um total de 12.950 alunos, 766 docentes, 581 técnico-administrativos e 591 funcionários terceirizados no ano de 2019 (UFLA, 2021a).

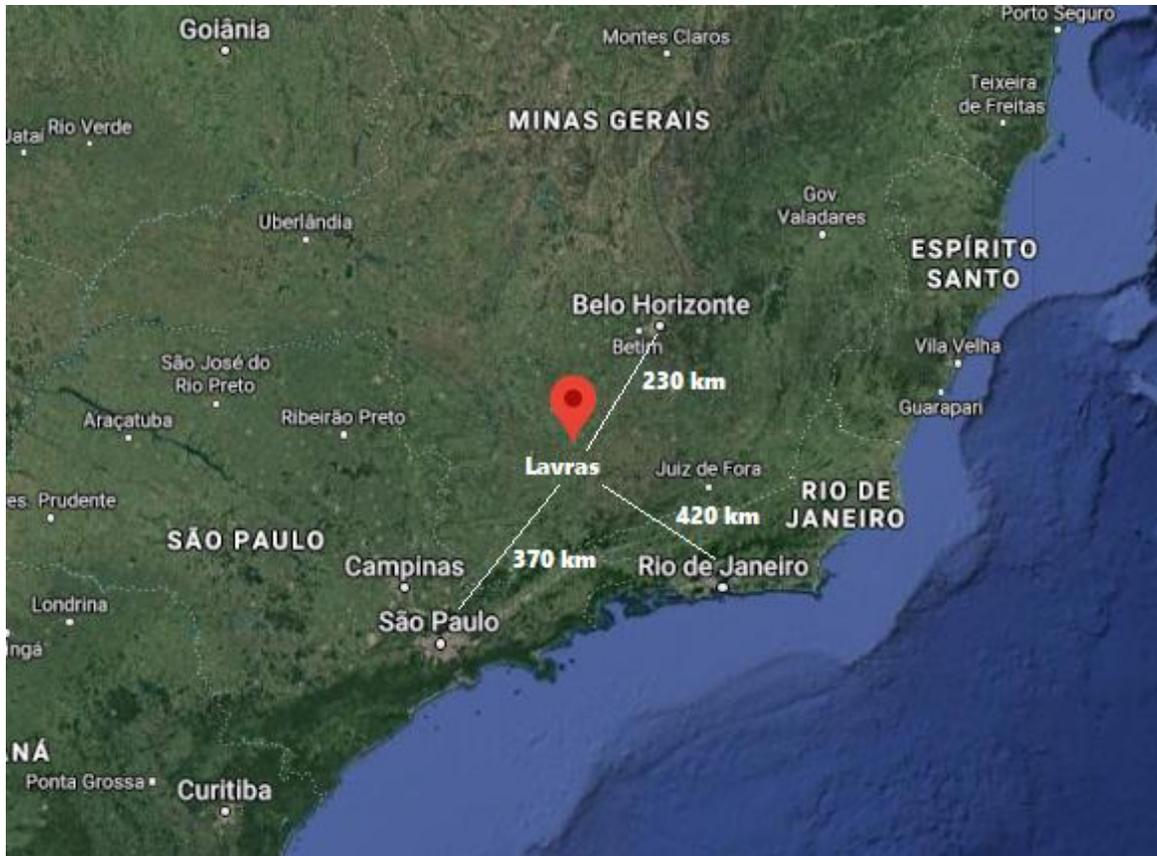
O campus sede da UFLA, onde o estudo foi realizado, possui uma área física de 600 hectares, sendo mais de 250.000 m² de área construída e conta com duas fazendas experimentais, uma em Lavras/MG e outra no município de Ijaci/MG que fica a 10 quilômetros do campus. Situado na cidade de Lavras/MG, a 230 km de Belo Horizonte/MG, 370 km de São Paulo/SP e 420 km do Rio de Janeiro/RJ, no entroncamento dos três principais grandes centros do país, conforme demonstram as Figuras 2 e 3 (UFLA, 2021a). O município de Lavras está localizado no Sul do estado, na região conhecida como Campo das Vertentes, possui uma área de 564,744 km², com densidade demográfica de 163,26 hab/km² e sua população estimada é de 104.783 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 2 – Localização da UFLA



Fonte: Google Maps (2021)

Figura 3 – Localização da UFLA em relação às capitais de MG, SP e RJ



Fonte: imagens adaptadas do Google Maps (2021)

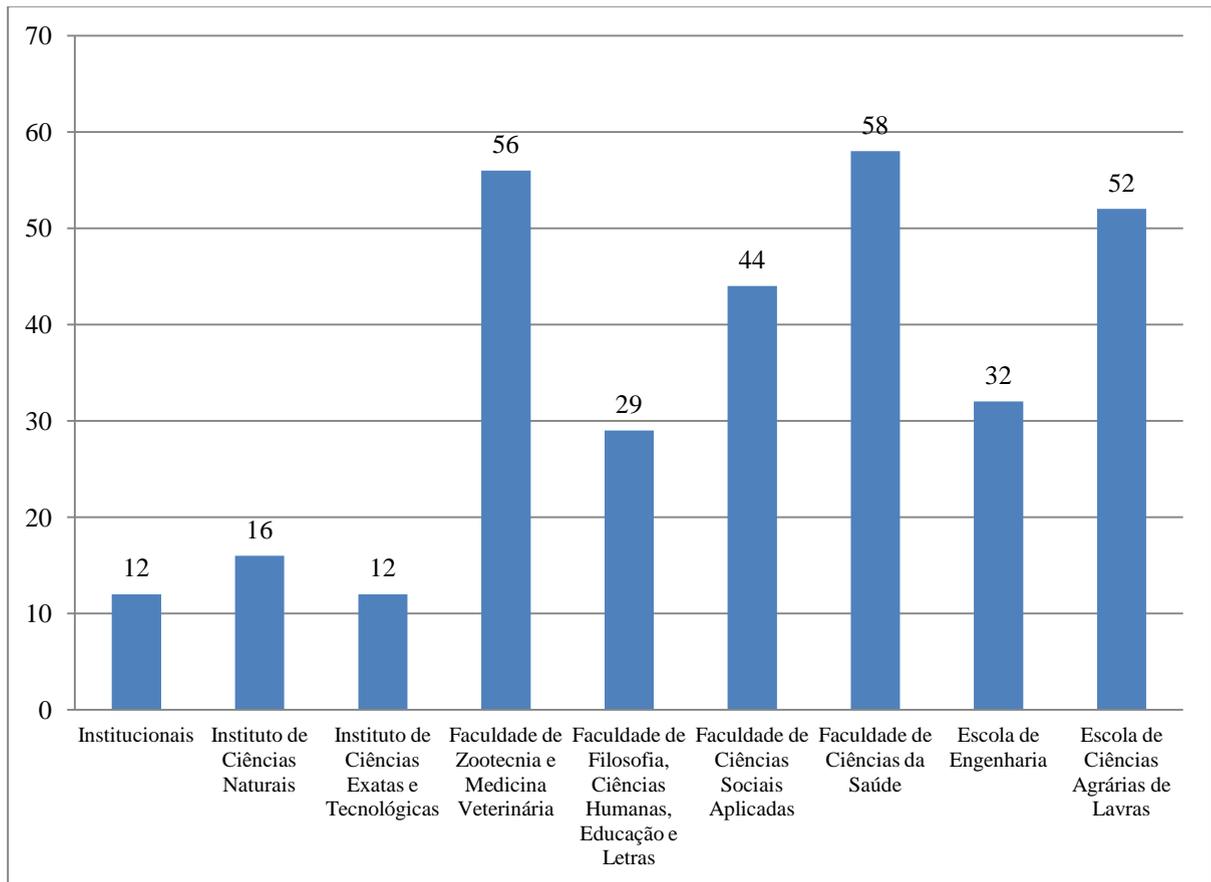
Como já citado, a UFLA é pioneira na prática de atividades de extensão, ainda nas décadas de 20 e 30, promoveu a primeira Exposição Nacional do Milho e a primeira Exposição Agropecuária do Estado de Minas Gerais, editou a primeira revista de Minas Gerais voltada ao produtor rural, chamada “O Agricultor”, como também prestava assistência técnica aos agricultores/as da região (NOGUEIRA, 2005; UFLA, 2021a).

Atualmente, são centenas de atividades de extensão universitária em diversas áreas do conhecimento, desenvolvidas em parceria com instituições públicas estaduais e federais, prefeituras, cooperativas agropecuárias, empresas privadas e organizações não governamentais (UFLA, 2021a).

A título de exemplificação, no ano de 2021, trezentos e dez projetos de extensão estiveram ativos e mil e novecentos e onze eventos de extensão foram cadastrados e aprovados no Sistema Integrado de Gestão/SIG, como cursos, seminários, palestras, simpósios, encontros, colóquios, workshop, mesa redonda, conferências, etc., registrando a participação de 71.525 pessoas, que inclui docentes, discentes, técnicos administrativos e pessoas da comunidade externa (UFLA, 2022).

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de projetos de extensão que estiveram ativos na UFLA, no ano de 2021, por unidades acadêmicas.

Gráfico 1 – Projetos de extensão por Unidade Acadêmica da UFLA em 2021.

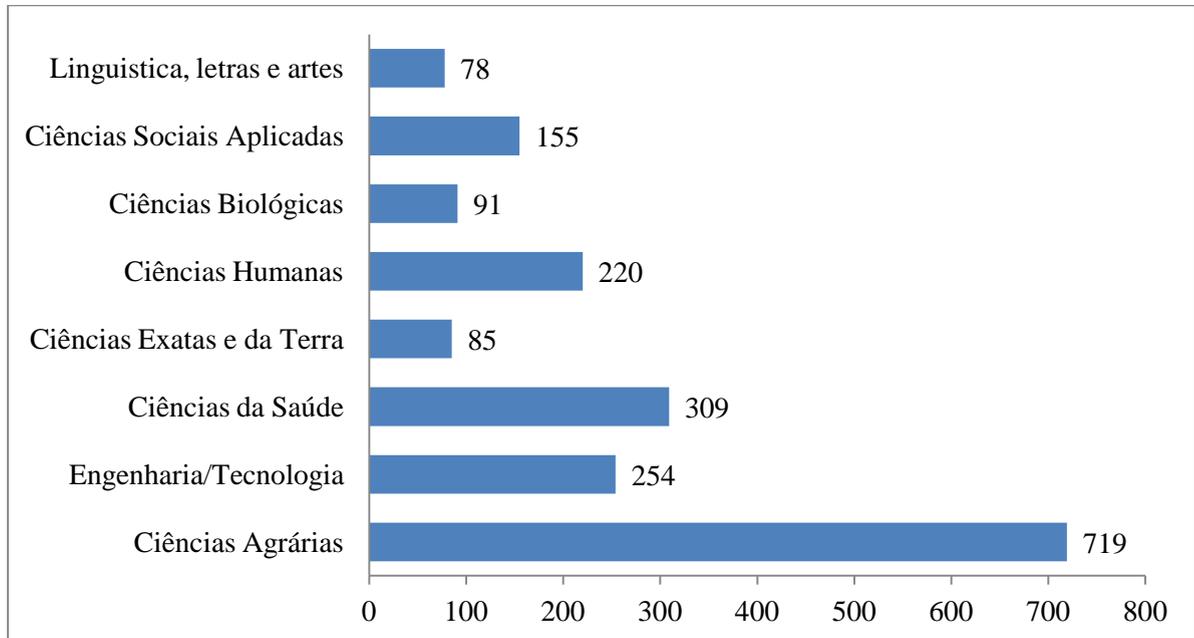


Fonte: Dados UFLA (2022)

Os projetos denominados como “institucionais” são de iniciativas da Pró-Reitoria de Extensão de Extensão e Cultura, da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e de órgãos de assessoramento da Reitoria.

O Gráfico 2 demonstra o número de eventos realizados na UFLA, por área do conhecimento durante o ano de 2021.

Gráfico 2 – Eventos de extensão realizados em 2021 por áreas do conhecimento



Fonte: Dados UFLA (2022)

Na instituição, de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral, a extensão universitária é entendida como ação que visa à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa junto à população, qualificada como atividade finalística com vista à integração com a sociedade (UFLA, 2021b; 2021c).

O órgão responsável pela extensão na universidade é a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), que possui por missão a coordenação, promoção e desenvolvimento de todas as atividades de extensão universitária, zelando pela “promoção de ações de interesse público com inserção social e a busca de formação crítica-reflexiva e comprometida com a ética e uma sociedade mais justa e democrática” (UFLA, 2021d, p.11).

Todos/todas os/as discentes da UFLA podem participar de ações de extensão, como voluntários/as ou bolsistas. Compete ao/à coordenador/a da ação, docente ou técnico-administrativo da instituição, selecionar de forma pública e transparente os/as discentes que participarão da ação. As seleções para concessão de bolsa são precedidas por edital da PROEC, sendo de responsabilidade da coordenação à orientação do/da bolsista no desenvolvimento de suas atividades de extensão.

Conforme a Resolução CUNI N° 072, de 13 de setembro de 2018, com o objetivo de fortalecer a institucionalização da extensão universitária na UFLA, a PROEC através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC) deve fomentar ações que contribuam para a formação dos/das discentes de graduação e propiciem a melhoria da

qualidade de vida da população, com a concessão de bolsas de iniciação em extensão aos/às discentes para atuação nos programas e projetos de extensão registrados e aprovados no Sistema Integrado de Gestão (SIG) da instituição (UFLA, 2018).

Dessa forma, a PROEC deve buscar a promoção da extensão universitária como parte integrante e finalística da missão da UFLA na tríade ensino, pesquisa e extensão, buscando essa indissociabilidade, num esforço de ampliar a função social da instituição e estimular o seu compromisso com a produção cultural e a transformação da sociedade (UFLA, 2021a).

3.2 Etapa I - Diagnóstico

Nessa etapa foi realizada uma pesquisa para conhecer o entendimento e as demandas dos/das bolsistas de extensão do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) quanto à extensão universitária, como também verificar se teriam predisposição para participar e contribuir com a realização das demais etapas desse projeto técnico.

Dessa forma, quanto à abordagem esse estudo adotou um enfoque quali-quantitativo. De acordo Sampieri et al (2013, p.42), os dois enfoques são complementares, pois o qualitativo “proporciona profundidade aos dados, dispersão, riqueza interpretativa, contextualização do ambiente, detalhes e experiências únicas”, enquanto o quantitativo “nos oferece a oportunidade de generalizar os resultados mais amplamente”.

Quanto aos objetivos, trata-se de um estudo do tipo descritivo, uma vez que, buscou-se estudar as características de um grupo, levantar as opiniões, atitudes, crenças e descobrir a existência de associações entre variáveis, utilizando-se de técnicas padronizadas para coleta de dados (GIL, 2008).

Considerando os objetivos desse projeto técnico, elegeu-se por universo desse estudo os/as discentes bolsistas do PIBEC/UFLA, selecionados/as pelos Editais PROEC nº 1/2021 e nº 4/2021, Anexos A e B. A escolha pelos discentes bolsistas fundamenta-se na necessidade de realizar um recorte para que o projeto técnico fosse exequível diante do tempo disponível e, ao mesmo tempo, no entendimento que os/as discentes bolsistas ao optarem por atividades de extensão entre as demais atividades ofertadas na universidade, teriam maior interesse em participar e contribuir com o desenvolvimento desse projeto técnico.

Já a escolha pelos editais 1/2021 e 4/2021, se justifica por serem os mais recentes, durante a escrita do projeto para o exame de qualificação, realizado em 30 de junho de 2021, dos quais as atividades iniciaram em 1/3/2021 e 1/5/2021, nessa ordem, o que possibilitava verificar os conhecimentos sobre extensão que os/as discentes possuíam quando iniciaram suas atividades nos programas e projetos, se estavam preparados/das para atuação extensionista ou não.

A escolha também se motivou na probabilidade de obter uma amostra heterogênea, pois os mencionados editais selecionaram discentes para atuação em qualquer programa ou projeto de extensão registrados e aprovados na UFLA, possibilitando a participação de discentes de todos os cursos de graduação da instituição, sendo o primeiro edital de ampla concorrência e quarto destinado a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo avaliação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da UFLA, o que poderia garantir uma maior representatividade à amostra. Os outros editais lançados no ano de 2021, até aquele momento, eram para projetos específicos e exigiam habilidades específicas dos/das discentes.

Assim, foram convidados a participar de forma voluntária e anônima todos/todas os/as discentes selecionados pelos Editais PROEC nº 1/2021 e 4/2021, como idade igual ou superior a 18 anos, um total de 66 (sessenta e seis) discentes, mediante assinatura on-line do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Obteve-se uma amostra com 35 discentes bolsistas, ou seja, 53% dos/das discentes classificados/as nos referidos editais aceitaram participar da pesquisa respondendo um questionário on-line.

Segundo Mejía Navarrete (2000, p. 169, tradução nossa), esse tipo de amostragem se classifica como uma amostragem não probabilística por conveniência, pois nesse tipo de procedimento “as unidades da amostra se autosselecionam ou se elegem de acordo com a sua disponibilidade”. Em outras palavras, a amostra foi determinada pela predisposição dos/das discentes em aceitar o convite e responder o questionário disponibilizado na plataforma on-line.

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por vinte questões, sendo oito questões fechadas e doze abertas e um espaço destinado a comentários e sugestões, que encontra-se disponível no Apêndice A. O questionário foi formulado na plataforma *Google Forms* e enviado aos/às bolsistas pelo correio eletrônico institucional e alternativo, ambos fornecidos pela PROEC, após a aprovação pelo Comitê de

Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COEP)¹². No e-mail constava uma mensagem que informava os objetivos da pesquisa e convidava a participação voluntária e anônima, como também disponibilizava um link que direcionava para a plataforma do *Google Forms*, na qual o questionário ficou disponível para receber respostas por um período de 30 dias, de 13/07/2021 a 12/08/2021.

Para Marconi e Lakatos (2003) o questionário possui vantagens relacionadas ao número de pessoas abordadas simultaneamente; ao anonimato dos/das entrevistados/das, com isso maior liberdade expressão; flexibilidade para responder no momento mais conveniente para a pessoa entrevistada; possibilita respostas mais rápidas e mais precisas; entre outras.

O questionário foi submetido a um pré-teste, no qual duas discentes bolsistas de extensão, responderam voluntariamente ao questionário e posteriormente foram entrevistados com a finalidade de obter informações acerca de possíveis falhas na redação e das dificuldades encontradas para responder. Realizou-se a adequação de duas questões, uma para corrigir imprecisão na escrita e a outra foi desmembrada para facilitar a resposta. As participantes do teste foram previamente informadas que suas respostas não seriam incluídas na pesquisa, uma vez que haviam sido selecionadas por outros editais, não fazendo parte do universo da pesquisa.

Como método de análise e interpretação dos dados qualitativos foi adotado a análise de conteúdo, pois essa técnica permite através da definição de categorias pertinentes aos propósitos da pesquisa obter a revelação, significações ou conclusões do conteúdo estudado, podendo ser amparada por procedimentos de caráter quantitativo e/ou qualitativo (LAVILLE; DIONNE, 1999). Dessa forma, as respostas correspondentes as variáveis qualitativas foram agrupadas em categorias definidas durante o processo de análise com o objetivo de facilitar a interpretação dos dados. Para os dados quantitativos, a análise foi realizada por meio de frequência, onde os dados foram tabulados e transformados em gráficos e tabelas, utilizando-se o *software Excel*.

3.3 Etapa II - Planejamento e Intervenções

¹² Aprovado por meio do Parecer Consubstanciado número 4.807.559, de 25 de junho de 2021.

Nessa etapa, a partir dos resultados do diagnóstico, buscou-se planejar e executar ações de intervenção, de acordo com a demanda verificada, no intuito de contribuir com a formação dos/das discentes bolsistas a respeito da extensão universitária e assim, contribuir com a atuação extensionista da UFLA.

Nesta perspectiva, Botomé (1996 apud Ferreira Júnior, 2018, p. 17) afirma que “uma das condições básicas para a melhoria do trabalho da extensão, com vistas a superar equívocos na realização dessa classe de atividades, é melhorar a concepção que as pessoas têm sobre ela, principalmente dos que trabalham mais próximos a essas atividades”.

As intervenções se deram em espaços de diálogos como os/as bolsistas, por meio de um minicurso on-line sobre extensão universitária com carga horária total de 6 horas, dividida em dois encontros de 3h, conduzido pela professora Dra. Viviane Santos Pereira e cofacilitado pela discente Raquel de Figueiredo Ananias, orientadora e autora desse projeto técnico, respectivamente.

Em consonância com o disposto na Resolução CEPE nº 059, de 14 de maio de 2020, frente à pandemia causada pela COVID-19 (UFLA, 2020), o minicurso ocorreu de forma remota pelo *Google Meet*, por duas edições: a primeira nos dias 14/9/2021 e 15/9/2021, das 18h às 21h e a segunda no dia 20/9/2021, das 8h às 11h e das 14h às 17h, sendo ambas registradas no Sistema Integrado de Gestão (SIG) da UFLA, no qual foi disponibilizado o certificado de participação. O convite para participar do minicurso foi enviado aos 66 discentes integrantes do universo da pesquisa pelo correio eletrônico institucional e alternativo, dada a impossibilidade de envio apenas aos/às participantes da pesquisa, devido ao resguardo do anonimato. Ao todo foram realizadas 21 inscrições e houve a participação efetiva de 9 bolsistas.

O minicurso abordou temas identificados como desconhecidos ou parcialmente conhecidos pelos/pelas discentes no diagnóstico, como por exemplo, os tipos de ações extensionistas, as metodologias participativas que devem ser priorizadas nas ações de extensão universitária, as diretrizes orientadoras das ações de extensão, as produções bibliográficas e os produtos que podem ser gerados a partir dessas atividades, ou seja, buscou-se suprir as demandas teóricas e metodológicas dos/das discentes relacionadas à extensão universitária a partir da reflexão e da problematização da práxis extensionista, como também buscou-se levantar e confirmar informações sobre a temática que deveriam constar no material didático.

Nessa etapa, também foi empreendida a construção do material didático, no formato de cartilha, em diálogo com os/as discentes bolsistas. Durante o minicurso os/as discentes

participantes foram convidados a colaborar com a confecção e a avaliação da cartilha, formando uma comissão composta inicialmente por seis discentes. A interação com a comissão se deu nos meses de novembro e dezembro de 2021, por meio de um grupo de *WhatsApp* formado especificamente para esse fim. Houve a participação efetiva de quatro discentes, por meio de troca de mensagens pelo *WhatsApp* e pelo e-mail institucional.

Para a confecção da cartilha sistematizou-se os temas levantados ao longo do diagnóstico e do minicurso no intuito de disponibilizar um material didático que possa ser acessado fácil e rapidamente pelos/pelas discentes e ampará-los/las em suas atividades nos projetos de extensão. O conteúdo da cartilha se fundamentou nas legislações acerca da extensão universitária, na documentação produzida pelo FORPROEX, bem como na revisão de literatura que embasa esse projeto técnico.

3.4 Etapa III - Avaliação

O projeto contou com dois momentos de avaliação, o primeiro foi a avaliação do minicurso e o segundo foi a avaliação da cartilha produzida com os/as discentes e a partir de suas demandas.

Para a primeira avaliação foi utilizado um formulário, Apêndice B composto por 10 questões e um espaço destinado a comentários e sugestões, sendo duas questões abertas e seis questões fechadas, que registraram o grau de satisfação do/da participante com o minicurso por meio de uma escala de 5 pontos, cujas opções eram: muito bom, bom, regular, ruim e muito ruim ou concordo totalmente, concordo, não sei, discordo e discordo totalmente. O formulário foi elaborado na plataforma *Google Forms* e disponibilizado aos/às discentes participantes por meio de link enviado no *chat* da plataforma de videoconferência *Google Meet* ao final do minicurso. A avaliação foi realizada por nove participantes do minicurso.

Já para a segunda avaliação, a comissão voluntária recebeu, por *WhatsApp*, um formulário do *Google Forms*, Apêndice C, composto por oito questões cujas respostas foram elaboradas utilizando-se uma escala de concordância, com as opções, concordo totalmente, concordo, sem opinião, discordo e discordo totalmente, e um espaço destinado a comentários e sugestões. A avaliação foi realizada por quatro discentes participantes da comissão.

4 RESULTADOS

Nesse tópico são apresentados os resultados alcançados com esse projeto técnico em cada etapa de sua execução, quais sejam: diagnóstico, intervenção e avaliação.

4.1 Diagnóstico

Buscou-se conhecer o entendimento dos/das bolsistas de extensão da UFLA, selecionados pelos editais do PIBEC nº 1 e 4/2021, quanto à extensão universitária e suas opiniões quanto à realização e participação nesse projeto técnico, por meio da aplicação um questionário on-line, semiestruturado, formulado na plataforma *Google Forms*, que ficou disponível para receber respostas por 30 dias.

O convite para participar da pesquisa com o *link* para acesso ao questionário e ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviado aos sessenta e seis bolsistas selecionados pelos referidos editais pelo correio eletrônico no dia 13 de julho de 2021. Devido ao baixo número de respostas retornadas, o convite foi novamente encaminhado nos dias 30 de julho de 2021 e 9 de agosto de 2021, datas coincidentes com o período de matrículas e início do segundo semestre letivo de 2021 na UFLA, provavelmente um período de maior acesso aos e-mails.

Outra estratégia adotada para captar mais respostas, foi o envio de um e-mail, no dia 30 de julho de 2021, aos coordenadores dos projetos de extensão, contemplados com bolsistas pelos referidos editais, informando da realização e dos objetivos do diagnóstico, como também foi solicitado a recomendação da participação na pesquisa aos/às bolsistas sob orientação dos mesmos, caso considerassem pertinente.

Por fim, entendendo que haviam se esgotado as possibilidades de conseguir mais respostas, encerramos a coleta de dados no dia 12 de agosto de 2021 com um total de 35 respostas, o equivalente a uma taxa de retorno de 53% em relação ao total de discentes selecionados/as pelos editais supramencionados, cujos resultados são apresentados nos próximos subtópicos, em forma de tabelas e gráficos ou de forma descritiva por meio da transcrição das respostas atribuídas às questões, onde o/a participante é identificado/da pela palavra “Participante” acrescida de um número cardinal e no formato de citação longa.

4.1.1 Caracterização dos/das bolsistas participantes

As primeiras questões do questionário abordaram aspectos direcionados a definir o perfil dos/das participantes e a representatividade da amostra quanto aos cursos e períodos, como também verificar se haviam recebido informações sobre extensão universitária ao iniciar seus cursos de graduação ou se haviam cursado alguma disciplina que abordasse a temática. Dados representados na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Questão	Respostas	Frequência	Percentual
Qual é seu gênero?	Feminino	28	80%
	Masculino	7	20%
	Total	35	100%
Qual a sua faixa etária?	18 a 24 anos	29	83%
	25 a 31 anos	3	9%
	32 a 38 anos	3	9%
	Total	35	100%
Em qual curso está matriculado?	Administração Pública	1	3%
	Agronomia	2	6%
	Ciências Biológicas	1	3%
	Educação Física	2	6%
	Engenharia Ambiental e Sanitária	1	3%
	Engenharia de Alimentos	2	6%
	Engenharia Florestal	2	6%
	Engenharia Química	1	3%
	Letras	1	3%
	Medicina Veterinária	10	29%
	Nutrição	3	9%
	Pedagogia	2	6%
	Química	1	3%
	Zootecnia	6	17%
	Total	35	100%
Qual período está cursando?	2º	4	11%
	3º	2	6%
	4º	4	11%
	5º	9	26%
	6º	5	14%
	7º	5	14%
	8º	2	6%
	9º	4	11%
	Total	35	100%
Você recebeu informações sobre extensão universitária quando ingressou na UFLA?	Sim	22	63%
	Não	13	37%
	Total	35	100%
Você já cursou ou está cursando alguma disciplina sobre extensão universitária? Qual?	Sim	12	34%
	Não	23	66%
	Total	35	100%
	Disciplina equivalente	1	3%
	Extensão rural e desenvolvimento	1	3%
	Fundamentos de extensão	10	29%
Total	12	34%	

Fonte: Da autora (2022)

Os/as participantes são discentes de cursos de graduação presencial da UFLA que desenvolvem ações em projetos de extensão como bolsistas no ano de 2021. Analisando os dados da Tabela 1, notamos que a amostra é composta majoritariamente por bolsistas com idade entre 18 a 24 anos (83%) e predominantemente do sexo feminino (81%).

Com relação ao curso e período matriculados a amostra apresenta-se mais heterogênea, reunindo representantes de quatorze cursos de graduação, sendo Medicina Veterinária (29%) e Zootecnia (17%) os cursos de maior representação. Quanto ao período, observamos que os/as participantes estão matriculados/a desde o segundo até o nono período, com maior representatividade no quinto período (26%). Dessa forma, a amostra só não contempla discentes do primeiro período, o que é justificável, uma vez que as regras de concessão de bolsas da UFLA não permitem a participação de calouros no PIBEC.

A despeito de terem cursado alguma disciplina sobre extensão universitária apenas 34% responderam que já cursaram. Um percentual baixo considerando que a maioria (72%) dos/das discentes participantes da amostra está na universidade a mais de dois anos e 66% estão matriculados em cursos que ofertam disciplinas sobre a temática.

Uma observação interessante de descrever é que entre os/as bolsistas que afirmaram já terem cursado alguma disciplina sobre extensão universitária, um total de 12 discentes, 10 cursaram como disciplina obrigatória para seus cursos, quais sejam, Fundamentos de Extensão (9) e Extensão Rural de Desenvolvimento (1). Do restante, 1 bolsista afirmou ter cursado uma disciplina equivalente em um intercâmbio e 1 bolsista cursou a disciplina Fundamentos de Extensão como disciplina eletiva para seu curso. Nota-se que poucos/poucas tiveram o interesse de complementar e enriquecer sua formação acadêmica com uma disciplina de extensão universitária, até o momento da realização do diagnóstico.

Quando questionados/as se receberam informações a respeito da extensão universitária quando ingressaram na universidade, a maioria (63%) afirmou ter recebido. Ao correlacionar essa informação com a anterior, ter cursado alguma disciplina sobre o tema, percebemos que entre os/as participantes que responderam não ter recebido informações sobre extensão ao entrar na universidade 38% cursaram alguma disciplina sobre o tema posteriormente. Assim, para fins de caracterização da amostra podemos afirmar que 77% dos/das bolsistas participantes da amostra já possuíam alguma informação/conhecimento sobre extensão universitária anterior a sua participação na pesquisa.

4.1.2 O que é Universidade?

Buscamos, primeiramente, conhecer a concepção de universidade que os/as bolsistas de extensão da UFLA possuíam, antes de adentrar no tema central desse projeto técnico, a extensão universitária.

Dessa forma, para analisar as respostas empenhamos em verificar as similaridades e a aproximação entre as respostas dos/das bolsistas com o conceito de universidade constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente, Lei nº 9.394/1996. De acordo com seu artigo 52, “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

A partir da análise de conteúdo foi possível estabelecer quatro categorias para as respostas, quais sejam: Instituição de ensino, pesquisa e extensão; Instituição de ensino superior; Instituição de ensino e pesquisa; Instituição de domínio e cultivo do saber humano.

Instituição de ensino superior: a maioria dos/das bolsistas de extensão (40%) entende a universidade como uma instituição de ensino superior destinada apenas à formação de profissionais. As respostas dos participantes 8, 17 e 32 ilustram essa afirmação.

Instituição capaz de fornecer conhecimento teórico necessário a capacitar profissionais (Participante 8).

Local para obter aprendizado voltado para a formação de novos profissionais (Participante 17).

Universidade é um local de aprendizagem e qualificação tanto profissional como pessoal, extremamente importante para o desenvolvimento de habilidades técnicas e para o desenvolvimento de diferentes competências além da técnica (comunicação, senso crítico, escrita...), promovendo cidadãos que contribuirão para o desenvolvimento do Brasil (Participante 32).

De acordo com autoras como Mendonça (2000), Fávero (2006) e Durham (2010) o modelo de universidade que se buscou implantar no Brasil pelo Governo Federal com a instituição das primeiras universidades, a partir da década de 1920, foi o de um conjunto de escolas profissionalizantes reunidas sob uma mesma estrutura organizacional administrativa, tendo por única função o ensino profissionalizante. Paradigma que perdurou por muito tempo e começou a mudar legalmente com Decreto 5.540/68. Percebemos que esse modelo de universidade ainda se faz presente, pela força da tradição, na percepção dos/das bolsistas de extensão.

Instituição de ensino, pesquisa e extensão: 26% dos bolsistas de extensão conceberam a universidade como uma instituição que tem por função a prática de ensino, pesquisa e extensão, como exemplificam as respostas a seguir.

É um espaço onde ocorre troca de conhecimentos que estão relacionados com a resolução de problemas, através da promoção de pesquisas e aplicação desses conhecimentos dentro das comunidades (Participante 5).

Instituição de ensino superior que trabalha nos três pilares: ensino, pesquisa e extensão (Participante 9).

Um local que engloba várias áreas de conhecimento e que realiza pesquisa, ensino e extensão (Participante 24).

A concepção de universidade na sua tríplice função - ensino, pesquisa e extensão - é fruto de um longo debate, iniciado na década de 1920, principalmente entre intelectuais que aspiravam à criação de “verdadeiras universidades” no Brasil, que atuassem como instrumentos de transformação da sociedade, por meio da formação de profissionais, do desenvolvimento da pesquisa científica e da difusão de seus resultados (Mendonça, 2000, p.137). Essa concepção foi consolidada legalmente na Constituinte de 1988 e na LBD de 1996, no entanto, notamos que ainda é pouco reconhecida entre os/as discentes participantes do diagnóstico.

Instituição de domínio e cultivo do saber humano: 23% dos/das participantes compreendem a universidade como uma instituição que produz, gera, transmite e aprimora conhecimentos de uma forma geral em alguma área do saber humano, além do conhecimento científico, ou seja, interage com conhecimentos culturais, artísticos, filosóficos e tradicionais, conforme pode ser observado nas respostas transcritas abaixo.

Ambiente onde podemos aprimorar nossos conhecimentos em determinada área, utilizando o que aprendemos no mundo a nossa volta (Participante 2).

Organização que entrega a sociedade conhecimentos, tanto sociais, quanto científicos (Participante 20).

Território, espaço e lugar cuja essência é o conhecimento, produzido, difundido, compartilhado, trocado, aprofundado e ampliado em todos os sentidos, pois pode ter por base a ciência e a técnica, mas permeia todos os demais conhecimentos culturais, de vivência, do coletivo para o particular e vice e versa (Participante 21).

Percebemos que parte dos participantes possui uma visão mais generalista das funções da universidade, ligada à produção e a troca de conhecimentos.

Instituição de ensino e pesquisa: a minoria (9%) dos/das bolsistas de extensão que participaram do diagnóstico entende a universidade como uma instituição voltada para o ensino e a realização da pesquisa, como demonstram as respostas a seguir.

Conjunto de faculdades voltado ao ensino e pesquisa (Participante 3).

Local de ensino, com o objetivo de formar profissionais para o mercado e realizar pesquisas para a sociedade (promover a ciência) (Participante 13).

Um ambiente de ensino, pesquisa, interação social que reúne diferentes faculdades e pessoas de diversos locais (Participante 22).

Quando da institucionalização de universidades no Brasil, nos debates entorno da concepção de universidade que se formaria no país, o tema central nas discussões era o desenvolvimento da pesquisa, tido como o diferencial entre a universidade e outra instituição de ensino superior. A universidade teria duas funções formar profissionais e produzir conhecimento científico através do desenvolvimento da pesquisa (MENDONÇA, 2000). Observamos que essa concepção influencia o entendimento de uma pequena parte dos participantes.

Uma resposta, que representa 3% do total, não se enquadrou nas categorias a cima, pois se refere a uma característica das universidades e não ao conceito propriamente dito, vejamos: “um lugar onde acolhe várias pessoas com bastante diversidade (Participante 26)”.

De maneira geral, as respostas ao questionamento sobre o que é universidade vão ao encontro do conceito estabelecido pela LDB, contudo, a maioria de forma parcial, não abrangendo todos os aspectos do conceito. Apenas 26% dos/das participantes compreendem a universidade de forma mais ampla, como uma instituição que realiza ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, observamos que a maior parte dos/das bolsistas de extensão não compreendem a universidade efetivamente tal como conceituada na LDB/1996. Percebemos que mesmo tendo um marco teórico e legal relativamente bem definido, com conceitos legalmente instituídos, na prática o processo de mudança demora a acontecer e avançam quando há espaços de debates para refletir a respeito, reforçando a importância de tratar desse tema com os/as bolsistas durante a intervenção, uma vez que é imperativo para a compreensão da extensão universitária o entendimento de universidade, o que é diferente do mero ensino superior.

4.1.3 Entendimento sobre extensão universitária

A seção do questionário denominada “Percepção sobre a extensão universitária” continha questões nas quais empenhamos em conhecer o entendimento dos/das bolsistas a cerca da extensão universitária, suas diretrizes, os tipos de ações de extensão, as metodologias, bem como as produções bibliográficas e produtos técnicos ou tecnológicos decorrentes das ações de extensão universitária, cujos resultados estão dispostos a seguir.

Para conhecer o conceito de extensão que os/as bolsistas de extensão possuíam, questionou-lhes qual o seu entendimento de extensão universitária. A partir das respostas e tomando por fundamento o pensamento de Paulo Freire (1983) foi possível identificar três categorias, quais sejam: a extensão universitária como dimensão acadêmica que se relaciona com a sociedade numa perspectiva dialógica; a extensão universitária como dimensão acadêmica que se relaciona com a sociedade numa perspectiva antidialógica e por último uma categoria que engloba respostas classificadas como imprecisas ou inconclusivas.

A extensão universitária como dimensão acadêmica que se relaciona com a sociedade numa perspectiva antidialógica: a maioria (48%) dos bolsistas compreende a extensão universitária como a dimensão acadêmica que se relaciona com a sociedade numa perspectiva mais próxima da antidialógica, uma vez que a associa a ideia da universidade levar, transferir, repassar, divulgar, disseminar conhecimentos para sociedade. As respostas transcritas abaixo exemplificam essa afirmação.

Entendo que é a disseminação do conhecimento científico para a sociedade (Participante 13).

Extensão é uma forma da universidade e do discente contribuir com a sociedade ou comunidade por meio da divulgação ou transmissão de informações importantes que devem ser repassadas para a população, que contribuem com a sociedade de alguma forma, levando conhecimento para todos os públicos (criança, adultos, jovens, idosos, universitários, leigos...) (Participante 23).

Projetos que levem conhecimentos adquiridos na Universidade para a população (Participante 31).

Para Paulo Freire (1983), esse tipo de prática extensionista leva a invasão cultural, devido ao seu caráter autoritário, que ignora o conhecimento e a cultura popular e apresenta o conhecimento científico como um saber absoluto, superior e redentor da ignorância. O conhecimento é transmitido de forma verticalizada e unilateral. Dessa forma, quem transmite

que escolhe o que vai transmitir e como vai transmitir, há uma superioridade de quem transmite e uma inferioridade de quem recebe que o faz passivamente.

A extensão universitária como dimensão acadêmica que se relaciona com a sociedade numa perspectiva dialógica: 34% dos participantes possuem o entendimento que extensão universitária é a dimensão acadêmica que se relaciona com a sociedade numa perspectiva mais próxima da dialógica associando-a com comunicação, troca de conhecimento e saberes, ensinar e aprender com a sociedade, conforme evidenciam as transcrições a seguir.

Extensão universitária acredito que seja uma maneira de aprender também fora da faculdade (Participante 5)

Área que está mais próxima da sociedade para realizar a troca de conhecimento e valores (Participante 16).

Comunicação entre a universidade e a sociedade, a fim de transmitir e receber ensinamentos (Participante 22).

Esse tipo de prática pautada no diálogo é o ideal a ser buscado, pois promove a transformação e a emancipação das pessoas envolvidas, onde todas são sujeitos atuantes que pensam criticamente e participam na construção do conhecimento através da troca de saberes. É um movimento horizontal, educacional e democrático, no qual a cultura local é respeitada e há um compromisso com a mudança (FREIRE, 1983).

Respostas imprecisas ou inconclusivas: 18% dos/das participantes tiveram suas respostas consideradas como imprecisas ou inconclusivas, pois não foi possível estabelecer um sentido claro para suas manifestações, como pode ser observado nos exemplos abaixo relacionados.

Projetos e bolsas institucionais (Participante 2)

Baseada nas experiências que tive, é uma oportunidade proporcionada ao estudante de entender e praticar a pesquisa, algo fundamental para o entendimento sobre as metodologias de estudo e pesquisa que são uma das bases de trabalho das universidades (Participante 8).

Atividades que acontecem em campo fora dos limites da Universidade (Participante 21).

Algo que leva além (Participante 34).

Notamos que a maioria dos participantes demonstrou em suas respostas um entendimento de extensão alinhado a uma perspectiva antidialógica ou uma falta de clareza sobre o conceito. Sendo que o ideal a ser buscado e que condiz com o conceito contemporâneo de extensão é uma prática baseada no diálogo, onde todos/todas são sujeitos atuantes que pensam criticamente e participam na construção do conhecimento.

Quando questionados/as se conheciam quais são as ações de extensão universitária que uma universidade pode desenvolver, a maioria dos/das bolsistas (77%) respondeu positivamente, no entanto, ao analisar os exemplos citados, percebemos que algumas respostas não se enquadram como ação de extensão, conforme exemplificam as respostas a seguir.

Trabalhos voluntários, desenvolver projetos de pesquisa com a comunidade, ajudar órgãos governamentais na solução de problemas... (Participante 4).

Na minha área, a pesquisa com produtores regionais para identificar as necessidades, dificuldades e seus acessos (Participante 16).

Pesquisa (bolsas de pesquisa para criação de artigos), ensino (projetos que visem ofertar cursos ou aulas) e extensão (outros tipos) (Participante 25).

Dessa forma, o percentual de participantes que realmente confirmou conhecer alguma ação de extensão foi reduzido para 66%, dos quais a maioria demonstrou conhecer uma ou duas ações apenas, sendo evento a modalidade mais conhecida, citada por 46% e programa a menos conhecida, referida por 9%.

As respostas foram classificadas de acordo com as cinco modalidades definidas pelo FORPROEX, ou seja, programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço (FORPROEX, 2007). A Tabela 2 demonstra a frequência com que cada modalidade foi citada pelos/pelas bolsistas.

Tabela 2 – Ações de extensão conhecidas pelos/pelas bolsistas

Modalidade	Frequência	Percentual
Programa	3	9%
Projeto	9	26%
Curso	9	26%
Evento	16	46%
Prestação de serviço	7	20%

Fonte: Da autora (2022)

Um ponto que chama a atenção é que apenas 26% dos/das bolsistas de extensão participantes possuem o entendimento que os projetos de extensão que atuam são ações de extensão.

Outro aspecto que também se destaca é que 20% dos/das bolsistas de extensão participantes associaram equivocadamente pesquisa e projeto de pesquisa como uma ação de extensão. As respostas transcritas abaixo ilustram tal afirmação.

Sim. Projetos de pesquisa, prestação de serviços, atividades socioculturais, etc. (Participante 19).

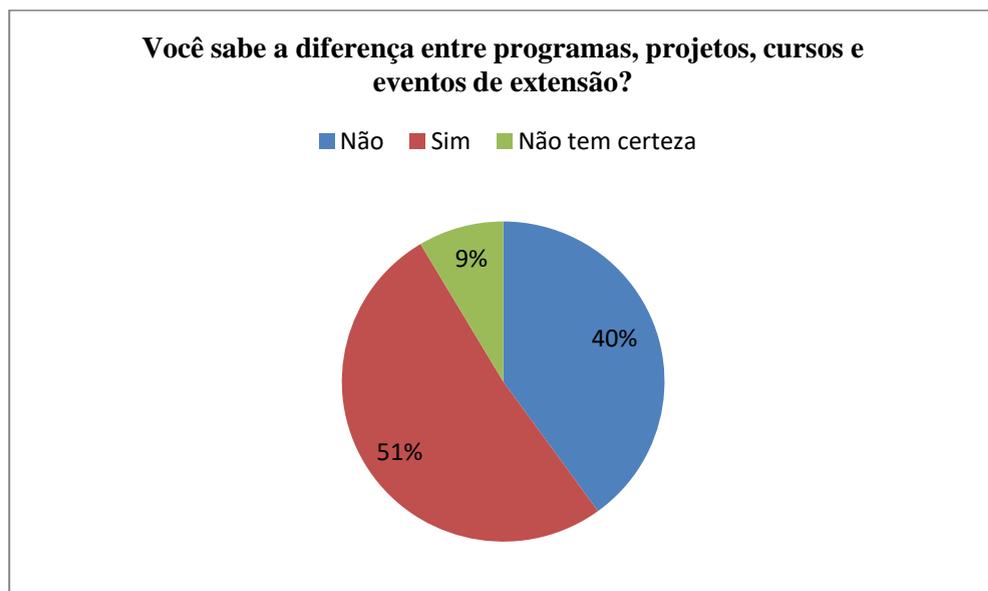
Pesquisas, divulgações de trabalhos científicos, inovações (Participante 27).

Eventos, pesquisas, cursos, oficinas, apoio à organizações, apoio à projetos, apoio à produtores, etc. (Participante 35).

De uma maneira geral, mesmo que 66% dos/das participantes tenham conseguido elencar alguma ação de extensão, podemos assegurar que esse conhecimento é parcial ou não está claro, principalmente dos/das que afirmaram saberem.

Ao serem questionados/as sobre a diferença entre programas, projetos, cursos e eventos de extensão, 51% dos/das bolsistas afirmaram saber, 40% afirmaram desconhecer e 9% afirmaram não ter certeza. O Gráfico 3 representa as respostas quanto a esta questão.

Gráfico 3 – Capacidade de diferenciar as ações de extensão



Fonte: Da autora (2022)

Os/as participantes se limitaram a responder “sim”, “não”, “talvez” ou “não tenho certeza”, apenas uma pessoa buscou descrever seu entendimento, como pode ser observado na transcrição abaixo.

Não tenho certeza, mas imagino que seja a duração, método e objetivo de cada um, pois um projeto, por exemplo, costuma ser extenso e não necessariamente acaba, apenas se aprofunda ou expande (Participante 8).

Essa pergunta foi inserida, propositalmente, após a pergunta que buscava saber quais as ações de extensão eram conhecidas pelos/pelas participantes para não influenciar nas

respostas da pergunta anterior. Assim, ao correlacionar as duas perguntas podemos inferir que como os/as bolsistas mostraram desconhecer ou conhecer de forma parcial quais são as ações de extensão, dificilmente serão capazes de conhecer suas peculiaridades.

No tocante às diretrizes que orientam as ações de extensão universitária, 80% dos/das bolsistas afirmaram desconhecer ou não recordar quais são. Em suas manifestações aparecem expressões como: “não”, “não conheço”, “não faço ideia”, “não lembro”, “não sei ao certo”.

As respostas dos/das bolsistas (20%) que afirmaram conhecer as diretrizes e discorreram a respeito, foram analisadas conforme as diretrizes constantes na Política de Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), quais sejam: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do/da estudante, impacto e transformação social.

Entre as respostas desses/dessas participantes uma delas não foi condizente com as diretrizes supracitadas, conforme podemos observar na transcrição a seguir: “Desenvolvimento sustentável (Participante 12)”. Dessa forma, o percentual de respondentes que demonstraram conhecer alguma diretriz foi reduzido para 17%, cujas respostas estão categorizadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Diretrizes conhecidas pelos/pelas bolsistas

Diretriz	Frequência	Percentual
Interação dialógica	2	6%
Interdisciplinaridade e interprofissionalidade	2	6%
Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	3	9%
Impacto na formação do/da estudante	1	3%
Impacto e transformação social	3	9%

Fonte: Da autora (2022)

Observamos na tabela acima que esse tema é pouco conhecido pelos/pelas participantes, o que evidencia a necessidade de ser trabalhado nas intervenções, pois as diretrizes são imprescindíveis para orientação e caracterização das ações de extensão universitária.

Em relação às metodologias para desenvolver as ações de extensão universitária, a maioria (60%) dos/das participantes informou desconhecer, 3% ficou em dúvida se conhece ou não e 37% responderam conhecer. Entretanto, quando solicitados/as para citar quais são as metodologias que conhecem, entre as treze pessoas que afirmaram conhecer, somente uma

respondeu de forma explícita o uso de metodologia participativa. As demais mencionaram ações de extensão, mas não citaram a metodologia para desenvolvê-las, conforme pode ser verificado nas respostas a seguir.

Considerando atividades de extensão em uma escola, por exemplo, pode ser disponibilizado um questionário ou serem realizadas entrevistas antes de uma sequência de palestras, cursos, entre outras atividades (Participante 6).

Participo de um grupo de estudos sobre avaliação do ensino superior, conheço colegas que estão trabalhando com consultoria sobre alfabetização e letramento (Participante 8).

Assistência técnica seguindo o princípio da Emater (Participante 12).

Plano de ação: Como o projeto será realizado e suas delimitações. Objetivos: Quais são os objetivos que o projeto busca alcançar (Participante 21).

A maioria dos/das participantes (91%) afirmou possuir conhecimento que as ações de extensão podem gerar produções bibliográficas e produtos técnicos ou tecnológicos e apenas 9% afirmaram desconhecer essa possibilidade. Ao exemplificar a maior parte dos participantes demonstraram conhecer as produções bibliográficas, os demais produtos foram citados por uma pequena parcela, conforme pode ser verificado na Tabela 4, onde as respostas foram categorizadas e agrupadas conforme a definição de CAPES¹³.

Tabela 4 – Produtos técnicos ou tecnológicos citados pelos/pelas bolsistas

Categoria	Frequência	Percentual
Produto Bibliográfico	20	58%
Ativos de Propriedade Intelectual	2	6%
Tecnologia Social	4	11%
Produto de Editoração	8	23%
Software/Aplicativo (Programa de computador)	1	3%
Manual/Protocolo	1	3%

Fonte: Da autora (2022)

Analisando a Tabela 4, fica evidente que há uma limitação quanto ao conhecimento sobre as possibilidades de produção técnica e tecnológica como fruto das ações de extensão, onde os/as bolsistas demonstraram conhecer produtos mais relacionados às atividades acadêmicas, como produção de artigos científicos, resumos e livros.

¹³ Produção técnica. Relatório de grupo de trabalho sobre Produção técnica. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/10062019_Produ%C3%A7%C3%A3o-T%C3%A9cnica.pdf.

Ainda com relação às produções bibliográficas e à produção técnica e tecnológica, 26% dos/das respondentes demonstraram possuir o entendimento que o produto de uma ação de extensão é o conhecimento adquirido ou gerado por essas ações, como exemplificam as respostas abaixo:

Conhecimento da área (Participante 2).

Transmissão de conhecimento para a população gerando mudança de hábitos (Participante 17).

Uma sociedade mais intelectual, organizada e consciente (Participante 18).

Maior conhecimento (Participante 20).

De posse dos resultados apresentados, pôde-se concluir que a maioria dos bolsistas de extensão possui uma concepção de extensão que não está alinhada ao conceito contemporâneo de extensão universitária, ou seja, uma prática educativa, dialógica e transformadora, bem como, desconhece as diretrizes, as ações de extensão e as metodologias participativas.

Esses resultados ressaltam a necessidade de espaços de formação que propiciem a aprendizagem dos temas relacionados com a prática extensionista, de modo a contribuir para uma atuação mais efetiva e alinhada com a concepção atual sobre extensão. Isso evidencia a importância da realização desse projeto técnico como espaço de formação que busca promover o diálogo e construir conhecimentos sobre o tema.

A correlação entre curso, período, ter ou não recebido informações sobre extensão ao entrar na universidade ou ter cursado uma disciplina sobre extensão e as demais questões do questionário mostrou-se nula, não sendo possível estabelecer nenhuma inferência a respeito.

4.1.4 Interesse em participar do projeto técnico

O último bloco de perguntas do questionário buscou saber a opinião do/da bolsista de extensão sobre a realização desse projeto técnico, bem como conhecer seu interesse e predisposição em participar de uma ação de formação sobre extensão universitária, no intuito de verificar a viabilidade de sua execução.

Quando questionados/as se achavam necessário ou importante que bolsistas e demais membros de projetos de extensão tenham acesso a ações de formação (palestras, cursos, oficinas) sobre extensão universitária, 100% dos/das participantes responderam positivamente,

justificando que acreditavam que ações como essas poderiam agregar mais conhecimento e assim, contribuir para uma atuação extensionista mais qualificada. A seguir apresentamos algumas respostas, a título de exemplificação.

Sim, porque mais importante que participar de projetos de extensão, é entender o que é, como funciona e com quais objetivos, para ter a dimensão formativa e profissional proporcionada por esse tipo de trabalho acadêmico (Participante 8).

Sim! Para melhor entender o projeto que está representando (no caso a extensão), podendo assim melhorar nas intervenções dentro da comunidade. É preciso conhecer para entender o serviço prestado (Participante 14).

Sim, pois não sei responder muitas das perguntas anteriores e como bolsista creio que deveríamos conhecer o projeto que fazemos parte (Participante 25).

Sim, pois assim os trabalhos desenvolvidos podem ser melhorados e o grupo pode ter uma base melhor e mais unificada para o trabalho (Participante 31).

De maneira igual, 100% dos/das bolsistas consideraram que seria útil ter acesso a um material didático (cartilha, guia, manual, etc) com informações sistematizadas sobre extensão universitária, porque isso facilitaria o acesso às principais informações de forma rápida e fidedigna. As respostas transcritas abaixo ilustram essa constatação.

Sim, porque são materiais de fácil acesso e leitura, onde vão estar inclusos somente os tópicos importantes do assunto. Acredito que para consultas rápidas em caso de dúvidas seria ótimo (Participante 3).

Com certeza, pois às vezes a gente pode se sentir bem perdido a respeito disso (Participante 5).

Sim. Acredito que dessa forma o acesso a informações sobre extensão universitária se tornaria mais fácil, atingindo mais estudantes (Participante 6).

Sim. Às vezes as informações que pesquisamos são diferentes. Ter acesso a uma cartilha sistematizada torna o trabalho mais direto (Participante 22).

Sim, para facilitar o acesso a conhecimentos sobre esta área da universidade (Participante 34).

Quanto aos temas e informações sobre extensão universitária que julgavam importante que os/as bolsistas tivessem acesso para uma melhor atuação em seus projetos de extensão, os/as participantes se mostraram preocupados/as principalmente com as metodologias, ou seja, a forma de atuação, de comunicação, de comportamento na comunidade e também mostraram interesse pelas diretrizes, tipo de ações, o conceito de extensão e em exemplos práticos de extensão, como pode ser observado nas respostas transcritas abaixo.

Sobre as diretrizes que fazem parte da extensão, a diferença entre programas/projetos, como aplicar da melhor forma nos diferentes contextos e de como podem fazer a diferença a partir do desenvolvimento da extensão universitária; a fim de deixar explícito os objetivos e resultados que podem ser gerados que irão contribuir para os bolsistas, membros e para a comunidade (Participante 1).

Importância, no que são baseados, os pilares, os materiais que podem ser produzidos, aplicabilidades, toda a parte teórica que embasa os projetos de extensão dentro da universidade. Coisas práticas, com exemplos para visualizar melhor também ajudariam (Participante 3).

Posicionamento e comportamento dentro das comunidades (Participante 13).

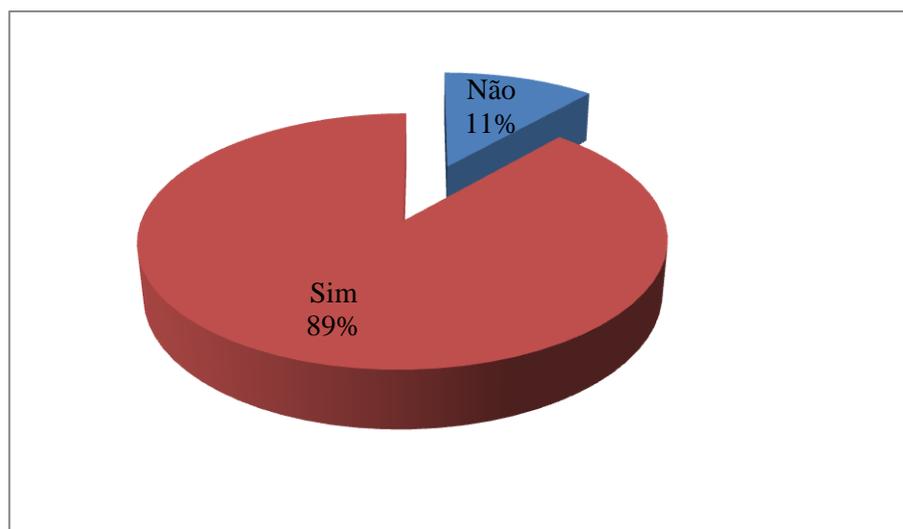
Como praticar a extensão, qual linguagem deve ser utilizada, quais os melhores meios de divulgação, etc. (Participante 26).

Atuação e abordagem a população (Participante 31).

O que é a extensão, o que ela abrange, quais produtos podemos gerar, quais impactos podem ser causados por ela, termos técnicos da extensão, dentre outros (Participante 25).

Por fim, ao serem questionados se teriam interesse em participar de uma ação de formação em extensão universitária, a maior parte dos/das bolsistas participantes (89%) responderam que sim, como representado no Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 – Interesse dos/das bolsistas por ações de formação em extensão universitária



Fonte: Da autora (2022)

As respostas a esse bloco de perguntas comprovam que os/as participantes acreditam que as intervenções propostas com esse projeto técnico são relevantes, assim como demonstraram possuir interesse em participar. Tal constatação reforça a importância da

realização desse projeto técnico para buscar contribuir com os/as bolsistas de extensão no desenvolvimento de suas atividades extensionistas de maneira mais eficaz e alinhada com a Política Nacional de Extensão e com as Diretrizes Nacionais para a extensão na Educação Superior Brasileira.

4.2 Realização do planejamento e das intervenções

Esse subtópico tem por finalidade descrever o processo de planejamento, construção e desenvolvimento das intervenções a partir dos resultados do diagnóstico. Pelas análises empreendidas, disponibilidade e habilidades da equipe do projeto técnico, chegamos ao entendimento que as intervenções seriam realizadas por intermédio de um minicurso sobre extensão universitária e pela confecção de um material didático no formato de uma cartilha com os/as bolsistas de extensão. Etapas descritas nos próximos subtópicos.

4.2.1 Minicurso on-line sobre extensão universitária

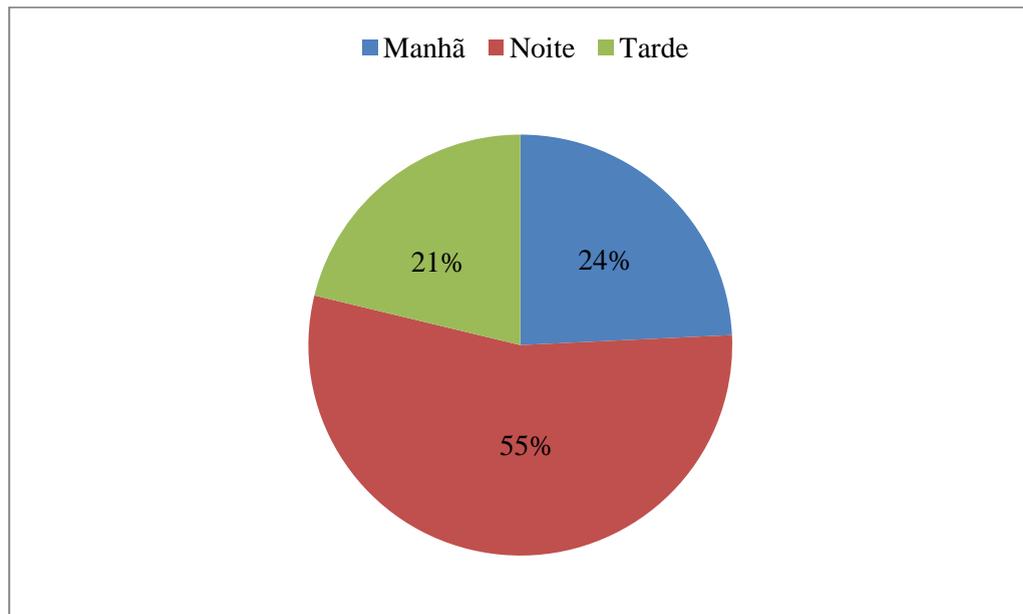
De posse dos resultados do diagnóstico, decidimos que a forma de interação com os/as bolsistas de extensão seria por meio de um minicurso de formação em extensão universitária na modalidade on-line, com carga horária total de 6 horas, dividida em 2 encontros de 3 horas, realizados pela plataforma de videoconferências *Google Meet*. Ressaltamos que o resultado do diagnóstico foi fundamental para definir os objetivos e direcionar os temas sobre extensão que deveriam ser abordados com os/as bolsistas.

Dessa forma, o objetivo do minicurso foi proporcionar um espaço de aprendizagem sobre extensão universitária, no intuito de contribuir com a formação dos/das discentes de graduação enquanto bolsistas de extensão, buscando suprir suas demandas teórico-metodológicas sobre a temática. Como também, confirmar as informações que deveriam ser inseridas e buscar elementos que por ventura não tinham sido identificados no diagnóstico e que fossem do interesse dos/das discentes conterem no material didático, objetivo final desse projeto técnico.

O espaço de aprendizagem foi conduzido pela professora Dra. Viviane Santos Pereira, devido ao seu notório conhecimento e experiência na ministração de disciplinas sobre o tema e atuação extensionista e cofacilitado por mim, Raquel de Figueiredo Ananias.

No diagnóstico os/as bolsistas foram questionados sobre qual seria o melhor período do dia para participar de uma formação em extensão universitária, a maior parte respondeu que preferiria o período da noite, conforme demonstra o Gráfico 5, abaixo.

Gráfico 5 – Horário preferido para uma formação em extensão universitária



Fonte: Da autora (2022)

Dessa forma, no intuito de contemplar a participação da maioria dos/das bolsistas de extensão, foram ofertadas duas edições do minicurso em horários e dias diferentes. Sendo realizadas em:

- ✓ 1ª Edição: nos dias 14/9/2021 e 15/9/2021 (terça e quarta-feira), das 18h às 21h.
- ✓ 2ª Edição: no dia 20/9/2021 (segunda-feira), das 8h às 11h e das 14h às 17h.

A divulgação do evento foi empreendida através de e-mails em quatro datas diferentes a partir do dia 3 até dia 16 de setembro de 2021. Foram convidados a participar do minicurso todos/todas os/as discentes integrantes do universo da pesquisa (sessenta e seis bolsistas de extensão) pelos endereços eletrônicos institucionais da UFLA e também pelos alternativos disponibilizados pela PROEC. O e-mail convite, Apêndice E, foi enviado ao universo da pesquisa, pois não seria possível convidar apenas os/as participantes da amostra, uma vez que a pesquisa realizada zelou pelo anonimato.

As inscrições foram realizadas através de um formulário online disponibilizado na plataforma *Google Forms*, Apêndice D, onde os/as interessados/das informavam seus dados pessoais, escolhiam a edição do minicurso que desejavam participar e confirmavam se haviam ou não respondido o questionário sobre extensão universitária, o qual foram convidados/das a responder nos meses de julho e agosto de 2021.

Houve a inscrição de dez discentes para a primeira edição e onze para a segunda edição, do total de discentes inscritos, quatro não haviam participado do diagnóstico. Após as inscrições, foi enviado por e-mail aos/às inscritos/as o convite do evento com o link do *Google Meet* para participação. A maioria fez o aceite, no entanto, a participação no minicurso se limitou a cinco e quatro pessoas em cada edição, respectivamente, com a presença de apenas uma pessoa não participante do diagnóstico.

Na abertura do minicurso fez-se uma breve contextualização sobre esse projeto técnico, suas etapas e objetivos como Trabalho de Conclusão de Curso do mestrado profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão. Explicou-se sobre a finalidade do minicurso como uma das etapas do projeto técnico, idealizado a partir das demandas levantadas e identificadas no diagnóstico. Os/as participantes foram convidados/as a se apresentarem, dizendo seus nomes, curso de graduação e discorrendo brevemente sobre o projeto de extensão que atuavam.

A estrutura do minicurso foi elaborada de acordo com orientações teóricas e metodológicas recomendadas por Janet Honsberger e Linda George (2002) para organização de oficinas de aprendizagem participativas. As autoras propõem um método participativo que considera o potencial e o conhecimento trazido pelos/pelas participantes.

Dessa forma, o minicurso foi estruturado em quatro blocos temáticos: i) abordou a construção do conhecimento e os tipos de conhecimento, a definição de universidade, o conceito de extensão (perspectiva dialógica e antidialógica) e a Política Nacional de Extensão; ii) tratou sobre as diretrizes e a forma de organização da extensão universitária, produção técnica e tecnológica; iii) sobre as metodologias de intervenção com ênfase nos métodos participativos; e iv) algumas dicas para melhorar a comunicação e a interação com a sociedade. Entre cada tema tratado dentro dos blocos foi reservado um espaço de fala e interação com os/as participantes, como também foi discutido sobre a inserção de tais informações no produto tecnológico que almejávamos construir.

Além disso, durante os encontros, a título de exemplificação, foram apresentadas algumas experiências obtidas por projetos de extensão orientados pela professora Dra. Viviane

Santos Pereira com o objetivo de facilitar a compreensão, a assimilação e exemplificar a aplicabilidade dos temas abordados.

A participação dos/das discentes nos espaços de interação foi produtiva, discorreram sobre suas experiências nos projetos de extensão e manifestaram suas opiniões e percepções sobre o tema. Em sua maior parte as manifestações realizadas foram breves e pelo *chat*, talvez seja uma característica de interações on-line e com baixo número de participantes ou de um primeiro contato com determinada informação, como manifestaram alguns/algumas participantes.

Contudo, as falas e os textos no *chat* foram assertivos no sentido de reforçar e confirmar a relevância dos temas levantados no diagnóstico para a confecção do material didático e de confirmar as análises e interpretações das respostas ao questionário. Ratificando, principalmente, que a maioria desconhecia a existência de uma Política Nacional de Extensão, as diretrizes, a forma de organização da extensão universitária, bem como metodologias e ferramentas que facilitam o processo de participação em ações de extensão.

Nos momentos finais, os/as participantes foram convidados/das a colaborarem na confecção do material didático (cartilha), esclarecendo que o nível de participação poderia se dar desde a sistematização das informações (produção textual), estrutura do material, seleção de imagens até a arte-final ou fazendo a avaliação do documento, de acordo com o que julgassem pertinente a suas condições de tempo e interesse. Ao todo, seis bolsistas, do sexo feminino, se disponibilizaram a contribuir e ficou acertado que as contribuições seriam conforme o tempo que dispunham para participar das etapas de confecção do material, uma vez que aconteceram no fim de um período letivo, com acúmulo de provas e trabalhos acadêmicos. Um grupo no *WhastApp* foi criado para facilitar a comunicação com as integrantes da comissão formada.

O evento contou com lista de presença on-line formulada na plataforma do *Google Forms*, disponibilizada no *chat*, por meio de um link de acesso nos momentos finais de cada encontro do minicurso, através do qual os/as participantes acessaram o formulário para registro da presença. Posteriormente, foi emitido certificado de participação via SIG/UFLA.

Como também, os/as participantes foram convidados/das a responder voluntariamente um formulário de avaliação do minicurso, disponibilizado na plataforma *Google Forms*. A escolha pela avaliação on-line se deu na intenção minimizar possíveis desconfortos aos/às participantes, como por exemplo, se sentir inibido/a ou pressionado/a, proporcionando maior liberdade de expressão. Os resultados da avaliação estão descritos no subtópico 4.3.1.

Interessante mencionar que os/as participantes manifestaram que ficaram surpresos/as pela baixa adesão ao minicurso, pois consideravam que era uma boa oportunidade poder participar de espaços de formação como esse, sobretudo, como bolsistas de extensão.

4.2.2 Construção da cartilha

Depois de concluídas as duas edições do minicurso, fizemos uma análise dos registros realizados durante os eventos em comparação com o diagnóstico inicial, no sentido de fazer uma reflexão sobre quais temas deveriam ser abordados no material didático e de confirmar o formato que melhor atenderia aos anseios dos/das discentes.

Nesse momento estava claro quais eram as principais demandas dos/das bolsistas sobre a extensão universitária e optamos pela elaboração de uma cartilha para agrupar em um documento as informações de forma simples, objetiva, atrativa e sintética, que possibilite a fácil compreensão do assunto pelos/pelas bolsistas de extensão.

Optamos por abordar apenas os aspectos mais relevantes de cada tema para não tornar a leitura extensa e cansativa, mas ao mesmo tempo buscamos abordar em volume satisfatório para dar uma orientação considerável sobre a temática, de modo a atender as principais demandas levantadas.

De acordo com Echer (2005), a seleção das informações que irão compor um material educativo é uma importante etapa do processo de sua construção, é preciso buscar na literatura especializada o conhecimento científico existente sobre o tema, para definir os conceitos que serão adotados, no intuito de promover a validade, a fidedignidade e a atualidade das informações e conseqüentemente, maior segurança ao leitor.

Assim, o texto inserido na cartilha foi elaborado a partir das informações sobre extensão universitária obtidas durante a revisão de literatura realizada para a construção desse projeto técnico e de um levantamento complementar sobre metodologias participativas, empreendido em busca de suprir as demandas estabelecidas pelos/pelas bolsistas.

O primeiro contato, após os acordos iniciais, com a Comissão formada para confecção e avaliação da cartilha, composta por seis bolsistas, foi realizado em novembro/2021 com o encaminhamento do texto preliminar no grupo do *WhatsApp* para análise. Acordamos um tempo para retorno com possibilidade de prorrogação, caso fosse necessário e sugerimos um encontro virtual com a Comissão para que as participantes pudessem manifestar suas opiniões,

dar sugestões e fazer críticas ao texto. Por decisão unânime das participantes a devolutiva foi realizada por escrito e de forma individual, por meio de mensagens ou anotações no próprio documento e não em uma entrevista em grupo como pretendíamos a princípio.

Entre os dias 9 e 15 de novembro, recebemos o retorno de quatro participantes da Comissão, as considerações foram acerca da formatação, da reformulação de frases e da substituição de algumas palavras, no sentido de reforçar que deveríamos atender as regras da ABNT e do Manual de normatização e estrutura de trabalhos acadêmicos da UFLA, bem como para a formalidade dos textos acadêmicos, pois a princípio tentamos escrever um texto menos formal por se tratar de uma cartilha.

As sugestões foram acatadas e o texto foi revisado com as alterações sugeridas e a inclusão de mais informações consideradas pertinentes. Somente duas sugestões não foram atendidas, a primeira foi sobre o não uso de dois artigos como o/a e do/da, optamos por manter por entender ser mais adequado o uso não sexista da linguagem. A segunda sugestão foi referente à indicação de projetos de extensão e a inserção de informações sobre eles na cartilha. Entendendo que a cartilha deveria conter informações não direcionadas para uma área específica do conhecimento, mas para todas as áreas do conhecimento da universidade, optamos por não incluir devido à indisponibilidade de tempo para uma análise criteriosa para selecionar e indicar projetos de extensão que abrangessem diversas áreas do conhecimento e que realmente adotassem metodologias participativas. O primeiro retorno foi positivo como demonstram as declarações transcritas a seguir.

A meu ver, a linguagem e a escrita estão ótimas. Os trechos de autores, dicas e os links direcionando para um maior aprofundamento do assunto são de suma importância para o texto e para entendimento do leitor (Participante 1).

De modo geral, acredito que o texto ficou claro, informativo e não muito extenso! (Participante 2)

Gostei bastante do texto! Bem assertivo e de fácil compreensão (Participante 3).

Assim, passamos para a próxima etapa, a ilustração. Optamos por ilustrar a cartilha, por compartilhar da opinião de Echer (2005, p. 755) de que “é importante procurar ilustrar as orientações para descontrair, animar, torná-las menos pesada e facilitar o entendimento”.

Dessa forma, definimos que seriam utilizadas ilustrações prontas, retiradas de bancos de imagens gratuitas na internet. As buscas pelas imagens nos sítios eletrônicos foram realizadas levando em consideração as analogias com os assuntos abordados em cada tópico da cartilha, além de analisar a qualidade visual das imagens. Buscamos por expressões, por

exemplo, como: interação, comunicação, participação, diálogo, universidade, extensão, atenção etc..

Compreendendo que o significado dado às imagens varia de pessoa para pessoa, de acordo com os seus esquemas sociais, psicológicos e culturais. Buscamos após a seleção das imagens a validação das mesmas pelas bolsistas, no intuito de aumentar a probabilidade de acerto da escolha. Dessa forma, o texto com as imagens selecionadas foi enviado a Comissão pelo grupo de *WhatsApp* para apreciação. Três participantes aprovaram todas as imagens, usando expressões como: “Ficaram ótimas! Muito boas. (Participante 3)”, “As imagens estão ótimas, gostei de todas. (Participante 4)”, “Ótimas imagens! (Participante 2)”.

Uma participante fez três sugestões: i) substituir a imagem que ilustrava os três pilares da universidade por uma imagem que demonstrasse a inter-relação entre eles; ii) substituição de uma imagem que continha a expressão “*important*” por uma com a expressão em português ou por outra imagem; e iii) substituição das imagens em preto e branco que ilustravam as ferramentas de diagnóstico participativo por imagens coloridas. Empreendemos esforços para atender a todas as sugestões.

A participação da Comissão foi um ganho importante para equipe desse projeto técnico, uma vez que almejávamos construir um material didático que considerasse as expectativas e as demandas dos/das bolsistas. Foi mais um momento para confirmar se realmente não estava faltando algo, se o que escrevemos foi entendido e se as imagens representavam as ideais do texto. Assim, a maioria das sugestões foi acatada, buscando a clareza e a aplicabilidade da cartilha para as pessoas destinatárias.

Contratamos uma empresa para realizar a revisão ortográfica e de referências bibliográficas e uma profissional para fazer a diagramação e a arte visual da cartilha, escolhemos um visual suave, limpo e arejado, com letras grandes e com boa definição, sem contrastes ao fundo e espaçamento entre linhas generoso para facilitar a leitura pelo celular ou pelo computador, notebook, tablet etc. A cartilha é interativa, em alguns tópicos há *links* que direcionam para outros documentos disponíveis na internet, caso o leitor deseje aprofundar seus conhecimentos sobre tema, bem como nas referências bibliográficas de sites.

Por fim, obtivemos uma cartilha no formato digital, colorida, no tamanho 14,8 x 21 cm (A5), com 25 páginas, intitulada “Vamos compreender a extensão universitária?”, Apêndice F. Em seu conteúdo está presente uma apresentação inicial, o sumário acompanhado pelos seguintes temas, apresentados em tópicos: O que é universidade?; Qual o conceito de extensão universitária?; A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU); Diretrizes para a extensão universitária; Organização da extensão universitária: Áreas do conhecimento, áreas

temáticas e linhas de extensão e Ações de Extensão; Publicações e outros produtos acadêmicos decorrentes de ações de extensão; O que é curricularização da extensão?; Por que a extensão é importante para discentes?; Quais metodologias devem ser priorizadas na prática extensionista?; Conheça algumas dicas e ferramentas que podem contribuir para iniciar ações de extensão: Dicas para uma melhor comunicação, Cuidados ao iniciar processos de interação com a comunidade e Ferramentas para a realização de diagnósticos participativos; Documentos legais e orientadores da extensão universitária e ao final as referências bibliográficas. Todos esses temas estão alinhados tanto com o diagnóstico, quanto com as demandas encontradas durante a realização do minicurso on-line sobre extensão universitária.

A cartilha ficará disponível no Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras, como também será encaminhada à Pró-Reitoria de Extensão de Extensão e Cultura e às bolsistas participantes da Comissão.

4.2.2.1 Participação da PROEC

Durante o processo de confecção da cartilha entendemos que seria importante que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFLA tivesse acesso ao documento antes de sua finalização, para diversificar o enfoque sobre o tema e possibilitar o recebimento e acolhimento de possíveis sugestões em tempo hábil para realizar as alterações, no intuito de aprimorar o documento e adequá-lo, também, aos interesses da instituição.

Dessa forma, com a versão preliminar da cartilha pronta entramos em contato com a Pró-Reitora de Extensão e Cultura para perguntar se haveria interesse em conhecer a cartilha e contribuir para seu aperfeiçoamento, uma vez que a mesma estava sendo construída com os/as discentes bolsistas de extensão da UFLA.

A Pró-Reitora se mostrou aberta e interessada e prontamente aceitou o convite, como também afirmou ter apreciado a iniciativa e sugeriu que o documento fosse encaminhado à equipe de gestão da PROEC, composta por ela e dois coordenadores e posteriormente, marcaríamos uma reunião para que pudessem fazer suas considerações acerca da cartilha.

A reunião foi realizada no dia 14 de dezembro de 2021, foi possível a participação da Pró-Reitora e de um coordenador. Em suas considerações iniciais ponderaram que a cartilha é um bom instrumento para a divulgação de informações sobre a extensão universitária na UFLA, principalmente, nesse momento em que a implantação da curricularização da extensão

está sendo amplamente debatida na instituição, elogiaram o texto e as ilustrações, e fizeram as seguintes sugestões: a) inclusão da expressão “5 is da extensão” no tópico que trata das cinco diretrizes da extensão, cujas palavras iniciam com a letra i; b) inclusão do Parecer CNE/CES nº 498/2020 como adendo da Resolução CNE/CES nº 7/2018; c) reorganização dos três tópicos que tratam sobre dicas e ferramentas para intervenções participativas em um tópico separado dos anteriores ou como anexo; d) inclusão de um texto sobre a curricularização da extensão; e) alteração da ordem de sugestão dos documentos legais e orientadores da extensão de cronológica para uma ordem de priorização de leitura; f).inclusão de duas ações de extensão que são adotadas pela UFLA além das cinco já consolidadas nacionalmente.

Todas as sugestões foram acatadas, exceto a sugestão “e”, pois entendemos que a ordem cronológica coincide com o desenvolvimento da trajetória da extensão situando claramente o leitor e a sugestão “f”, porque acreditamos que a inclusão de ações/terminologias utilizadas, a princípio, especificamente pela UFLA poderia gerar dúvidas, uma vez que não há um entendimento e consenso nacional sobre esse aspecto e porque a UFLA está em processo de debate sobre sua Política de extensão, podendo ocorrer mudanças e assim a cartilha poderia torna-se obsoleta rapidamente.

Após as alterações, a cartilha foi novamente encaminhada para apreciação da Pró-reitora e do Gestor da PROEC, que retornaram com mais três sugestões de inclusão e supressão de palavras e pequenas informações no texto, sendo todas acatadas.

A apreciação e a colaboração de representantes da PROEC contribuíram de forma significativa para o aperfeiçoamento da cartilha, permitindo a inclusão de informações que não haviam sido contempladas anteriormente, enriquecendo o material. Também foi positiva para sua validação, aumentando a possibilidade de sua adoção pela UFLA como um material de apoio para as atividades de extensão da instituição, como se almeja.

4.3 O processo de avaliação

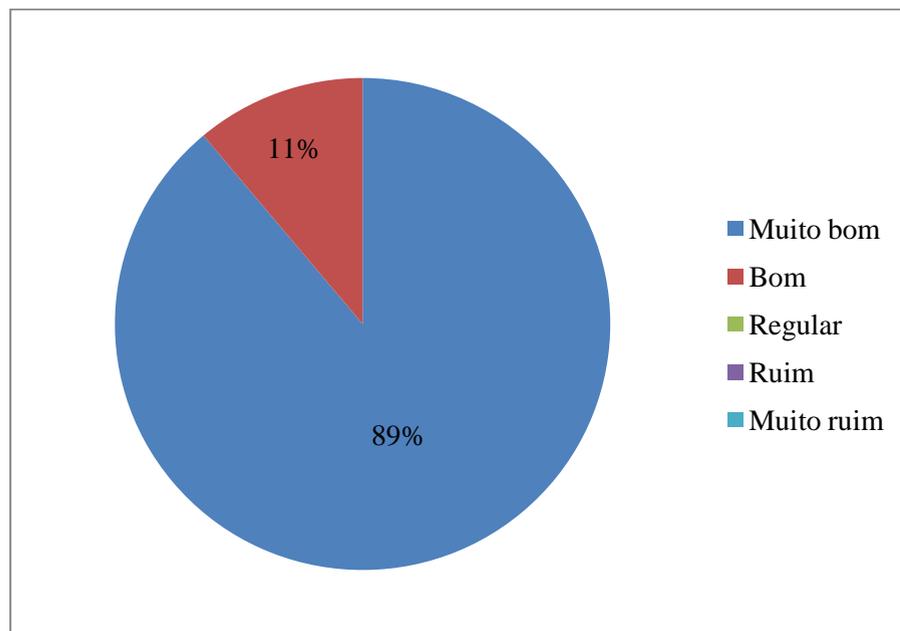
A avaliação das intervenções, etapa final desse projeto técnico, se deu em dois momentos distintos: no primeiro foi realizada a avaliação do minicurso e no segundo a avaliação da cartilha. Os resultados das avaliações são apresentados a seguir.

4.3.1 Avaliação do minicurso

Ao final de cada edição do “Minicurso on-line sobre extensão universitária” os/as participantes foram convidados/das a fazer a avaliação do evento voluntariamente, por meio da resposta a um formulário, Apêndice B, disponibilizado na plataforma *Google Forms*, o qual era composto por seis questões de múltipla escolha e duas questões abertas. A totalidade dos/das participantes fez a avaliação, cujos resultados das duas edições estão compilados abaixo.

O minicurso teve uma excelente avaliação pelos/pelas bolsistas de extensão, onde 89% o consideraram muito bom e 11% como bom, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Avaliação do Minicurso on-line sobre extensão universitária



Fonte: Da autora (2022)

As manifestações de concordância com as afirmativas constantes na Tabela 5 corroboram com a afirmação acima.

Tabela 5 – Manifestações de concordância dos/das participantes sobre o minicurso

Afirmativa	Discordo totalmente	Discordo	Não sei	Concordo	Concordo totalmente
O conteúdo foi adequado aos objetivos propostos.	–	–	–	11%	89%
A carga horária foi suficiente.	–	–	–	22%	78%
O conteúdo será útil para mim.	–	–	–	–	100%
Ações como essa são importantes para os/as bolsistas de extensão.	–	–	–	–	100%
Sou capaz de aplicar os conhecimentos construídos durante o minicurso.	–	–	–	56%	44%

Fonte: Da autora (2022)

Ao serem questionados/das sobre quais foram os aspectos positivos do minicurso, os/as bolsistas de extensão deram as seguintes respostas:

Entender mais sobre extensão desde suas normas e diretrizes até as dicas de comunicação foram muito importantes para o aprendizado (Participante 1).

Aprendi demais com vocês (Participante 2).

Explicações das políticas, apresentação de ferramentas e as dicas (Participante 3).

Os conteúdos abordados foram interessantes e relevantes. Certamente serão muito úteis não somente para o desenvolvimento do meu atual projeto de extensão, mas ao longo de toda a minha formação. Além disso, as informações foram apresentadas de forma clara, dinâmica e interativa (Participante 5).

As dicas sobre os comportamentos foram minha parte preferida! (Participante 7).

Observando essas respostas é possível perceber a pertinência dos assuntos abordados no minicurso para os/as participantes, como também é plausível afirmar a assertividade do diagnóstico realizado.

Quando indagados/das sobre quais foram os aspectos negativos, duas participantes responderam que:

Acredito que o baixo número de alunos prejudicou, de certa forma, a interação durante o minicurso. Considerando os que estavam presentes, poucos expressaram suas opiniões e vivências de forma oral (Participante 5).

Só esse horário da tarde, acho que poderia ter sido dois dias pela manhã (Participante 7).

Algumas participantes da primeira edição do minicurso se mostraram desde o início surpresas e talvez um pouco incomodadas com a baixa adesão dos/das colegas bolsistas ao evento. Como já relatado anteriormente, muitas das manifestações durante o minicurso foi por meio do *chat*, acreditamos que o pequeno número de participantes tenha contribuído para deixar os/as participantes inibidos/das.

Quanto ao horário fizemos o possível para atender a disponibilidade da maioria dos/das bolsistas que responderam ao questionário diante das limitações de horário da equipe responsável pela execução desse projeto técnico, sendo ofertadas duas edições do minicurso. Na primeira edição, os encontros foram realizados em dois dias consecutivos no período noturno. Na segunda, os encontros foram realizados em um único dia, nos períodos da manhã e tarde, horário referido pela Participante 7.

No entanto, essas questões podem ser resolvidas, para possíveis futuras edições, buscando estratégias de divulgação e mobilização das pessoas destinatárias e a possibilidade da oferta de três edições, sendo cada uma planejada para ser realizada em um turno do dia, ou seja, matutino, vespertino e noturno.

No espaço destinado a comentários e sugestões, obtivemos as seguintes manifestações:

Gostei do minicurso e considero sim importante para os bolsistas e/ou estudantes num todo (Participante 3).

Fico muito grata por ter a oportunidade de participar do minicurso. Foi um espaço de aprendizagem muito rico. Espero que edições futuras contem com a participação de mais estudantes! (Participante 5)

Diante do exposto, consideramos que a intervenção realizada através do minicurso foi relevante para os/as participantes. Avaliamos que a interação foi positiva para ambos os lados, atingindo seus objetivos, constituir-se como um espaço de formação em extensão universitária e uma oportunidade de confirmar as informações deveriam ser inseridas na cartilha.

4.3.2 Avaliação da cartilha

Após a definição e os ajustes finais do texto e das ilustrações da cartilha, encaminhamos a versão preliminar para a avaliação pela Comissão, naquele momento composta por quatro bolsistas de extensão. Junto com o documento foi encaminhado um link do *Google Forms* para acesso ao formulário de avaliação da cartilha, Apêndice C, que era composto por 8 afirmativas, com a finalidade de avaliar sua adequação, aplicabilidade e a sua importância como um todo, como também havia um espaço reservado para considerações e sugestões.

A avaliação final da cartilha foi realizada com a versão preliminar na primeira quinzena do mês de dezembro/2021, pois não havia tempo hábil para aguardar a versão final, uma vez que no referido mês encerrou-se o prazo das bolsas de iniciação à extensão das participantes da comissão. E ainda era preciso a contratação de profissionais para realizar a revisão de português, de referências bibliográficas e os trabalhos de diagramação e design gráfico, o que demandava um tempo que não dispúnhamos. Dessa forma, acordamos com as bolsistas a avaliação da versão preliminar.

A cartilha foi bem avaliada. Observamos na Tabela 6 as manifestações de concordância da Comissão com as afirmativas sobre a cartilha, na qual todas as participantes fizeram uma avaliação positiva, considerando a cartilha relevante, adequada e de fácil compreensão.

Tabela 6 – Manifestações de concordância das participantes sobre a cartilha

Afirmativa	Discordo totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo totalmente
A temática é pertinente e relevante.	–	–	–	–	100%
O conteúdo proposto é adequado.	–	–	–	–	100%
O texto está claro e objetivo.	–	–	–	–	100%
O nível de linguagem é adequado.	–	–	–	–	100%
A sequência lógica do texto está adequada.	–	–	–	–	100%
A cartilha é apropriada para discentes de graduação.	–	–	–	–	100%
A cartilha atinge o objetivo de ser um material didático sobre extensão.	–	–	–	–	100%
As ilustrações são adequadas e representam os temas.	–	–	–	25%	75%

Fonte: Da autora (2022)

No espaço destinado a comentários e sugestões obtivemos apenas uma manifestação transcrita a seguir: “A cartilha ficou muito bem feita! De maneira didática, bem ilustrada e com linguagem acessível a todas as classes, parabéns! (Participante 1)”.

5 **INSERÇÃO SOCIAL**

Considerando a importância da extensão universitária enquanto dimensão acadêmica que estabelece a interação entre universidade e sociedade, interligando o ensino e a pesquisa com as demandas sociais, o potencial de solução das desigualdades sociais e a capacidade de promover profundas mudanças na formação discente, com a realização desse projeto técnico foi possível alcançar os seguintes impactos:

Impacto social: a realização desse projeto técnico contribuiu para a formação cidadã do/da discente, favorecendo a formação de profissionais mais socialmente comprometidos/das, como também, potencializa a realização de ações de extensão mais alinhadas às demandas da sociedade, com ações mais efetivas no sentido de contribuir com a mudança social.

Impacto educacional: as atividades desse projeto técnico contribuíram teórica e metodologicamente com as atividades extensionistas a partir das intervenções realizadas e do material didático elaborado, o que contribui diretamente com a formação acadêmica dos/das discentes da UFLA. A possibilidade de ampla divulgação do material didático (cartilha) pode contribuir com outras instituições de ensino superior, uma vez que possuem, também, o desafio da implantação da curricularização da extensão no curto prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do projeto do técnico, foi possível perceber que a maioria dos/das discentes bolsistas de extensão possui uma concepção sobre extensão universitária mais próxima de uma prática antialógica, na qual a universidade é a detentora do conhecimento que é estendido à sociedade unilateralmente por meio das ações extensionistas, numa vertente assistencialista. Essa é uma concepção já superada em termos teóricos desde a década de 80, no entanto, pela referência que os/as discentes possuem da extensão, deduzimos que esse tipo prática ainda se faz presente na universidade.

A extensão universitária no Brasil passou por diversas mudanças conceituções, contudo, percebemos que o viés antidialógico e difusionista ficou arraigado nas instituições e mesmo que em termos teóricos, legais e processuais a extensão esteja bem consolidada, na prática ainda há um caminho a ser percorrido para alinhamento das atividades extensionistas com as legislações e o conceito contemporâneo de extensão universitária, em busca de práticas mais dialógicas e realmente transformadoras da realidade.

Um ponto importante a ser posto foi que os/as bolsistas participantes se mostraram interessados/das com a forma de interagir com a sociedade, em como comunicar melhor, abordar e comportar nas comunidades participantes, quais metodologias usar, ou seja, mostraram interesse no como fazer extensão e em como ser mais eficientes em suas atuações extensionistas, da mesma maneira que se mostraram interessados/das em saber como as ações de extensão poderiam trazer resultados mais efetivos e melhores para a sociedade, demonstrando interesse na qualificação das atividades de extensão, mas ao mesmo tempo demonstraram ter um conhecimento parcial ou uma falta de clareza sobre a extensão, suas diretrizes, sua forma de organização e realização.

Dessa forma, acreditamos que a promoção de debates sobre a temática é um caminho profícuo a ser percorrido para a consolidação da extensão universitária como dimensão acadêmica capaz de contribuir com o aprimoramento da formação discente e de construir conhecimentos transformadores da sociedade e da própria universidade, por meio da adoção de práticas dialógicas, educativas e participativas.

A extensão universitária possui grande potencial formativo, devido à possibilidade de emancipação do discente na construção de sua própria formação e de ampliação do horizonte intelectual. E a curricularização da extensão universitária tem-se demonstrado uma boa oportunidade para as Instituições de Ensino Superior discutir e repensar suas práticas

extensionistas e alinhá-las a legislação vigente e ao Projeto Político Pedagógico, de modo a favorecer o desenvolvimento de atividades de extensão mais articuladas com as atividades de ensino e pesquisa e mais alinhadas com as demandas da sociedade, aprimorando a relação de ensino e aprendizagem por elas desenvolvida.

Alguns aspectos referentes às limitações do projeto técnico devem ser mencionados, a começar pelos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, vivenciada durante a realização do mestrado. Como uma das medidas preventivas para reduzir o avanço da pandemia, foi adotado o isolamento social, inicialmente com a suspensão das atividades acadêmicas no início de 2020 e posteriormente, com seu retorno no formato remoto. Dessa forma, todas as atividades do projeto técnico, tanto de mobilização dos/das discentes para participar da pesquisa e do minicurso quanto de interação com os/as participantes precisaram ser realizadas de forma on-line apenas.

Soma-se a isso, a redução do prazo para a execução das etapas do projeto, devido à suspensão do calendário escolar. O prazo foi reduzido em aproximadamente quatro meses, uma vez que o Exame de qualificação foi realizado no dia 30 de junho de 2021, sendo que dentro de um período de normalidade teria ocorrido em fevereiro. Desse modo, o prazo para execução ficou muito curto, pois os/as discentes finalizaram suas atividades como bolsistas nos projetos de extensão em dezembro/2021. Como intervenções participativas e construções coletivas demandam mais tempo para serem realizadas, foi preciso optar por um número reduzido de intervenções e em formatos mais breves. Acreditamos que esses fatos possam ter prejudicado a interação com os participantes, como também a participação de mais discentes.

Outra limitação do projeto técnico foi a escolha por realizá-lo apenas com um dos interlocutores da extensão, os bolsistas de extensão. Há ainda uma grande parcela da comunidade acadêmica a ser ouvida. Assim, recomendamos a realização de outros estudos com os docentes, técnicos administrativos, demais discentes da universidade e a comunidade externa que não foram contemplados nesse trabalho. Ressaltamos que gestores da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura demonstraram interesse em estudos com os demais interlocutores da extensão.

Por fim, esperamos que o produto tecnológico, no formato de uma cartilha sobre extensão universitária, elaborado a partir das demandas encontradas e em diálogo com discentes e representantes da PROEC, ao promover esclarecimentos sobre o conceito, as diretrizes, a organização e as principais bases legais da extensão universitária e reunir informações pertinentes para uma prática extensionista dialógica, se constitua numa

ferramenta de apoio à comunidade acadêmica em suas atividades de extensão, especialmente, do/da discente bolsista de extensão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília, DF, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Educação**. Lula destaca política de interiorização do ensino superior e profissional. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16099-lula-destaca-politica-de-interiorizacao-do-ensino-superior-e-profissional>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES n. 608/2018**. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Portaria nº 1350, publicado no DOU de 17/12/2018, Seção 1, p. 34. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 498, de 6 de agosto de 2020**. Prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157501-pces498-20/file>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Kátia Cilene da. Reforma universitária e manifesto de Córdoba: estudo comparado entre Brasil e Argentina. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23, 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, v. 45, n. 1, 2020.

DEUS, Sandra de; HENRIQUES, Regina Lucia Monteiro. A Universidade Brasileira e sua Inserção social. *In: CASTRO, Jorge Orlando; TOMMASINO, Humberto (compiladores). Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe*. 1ª ed. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. 230 p.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. A Extensão universitária e a esperança equilibrada em tempos distópicos. **Interfaces Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 8-9, jul./dez., 2020.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Ensino Superior no Brasil e desenvolvimento. **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, v. 3, n. 10, jul./set., 2010. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2010/07/01/ensino-superior-no-brasil-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

DURHAM, Eunice Ribeiro. O ensino superior no Brasil: público e privado. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo (NUPES)**, São Paulo, 11 mar., 2003. Trabalho apresentado no Seminário sobre Educação no Brasil organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros e pelo Departamento de Estudos Educacionais da Universidade de Oxford, 11 mar., 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 2 maio de 2021.

ECHER, Isabel Cristina. Elaboração de manuais de orientação para o cuidado em saúde. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 754-757, set./out. 2005. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000500022>. Acesso em: 8 out. 2021.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. 1985. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1985. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251912>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA JÚNIOR, Geraldo José. **Extensão Universitária e PIBEX: um estudo sobre os projetos de extensão e a percepção dos discentes bolsistas da UFT**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Brasília, DF, nov. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. 100 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 4).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Organização Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p. (Coleção Extensão Universitária; v. 6).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

FRAGA, Lais Silveira. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 403-419, jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio de Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** São Paulo, Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf (paulofreire.org). Acesso em: 7 abr. 2021.

- GERALDO, Romário. **A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação Superior do Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan./mar., 2012.
- HONSBERGER, Janet; GEORGE, Linda. **Facilitando oficinas: da teoria à prática**. São Paulo: Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, dez. 2002. 81 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama cidade de Lavras/MG**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>. Acesso em: 12 abr. de 2021.
- LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heloisa Monteiro, Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MACHADO, Adriano. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)**. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MEJÍA NAVARRETE, Julio. El Muestreo en la Investigación Cualitativa. **Investigaciones Sociales**, Lima, ano VI, n. 5, p. 165-180, 2000.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 14, p. 131-151, mai./jun./jul./ago., 2000.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. *In*: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2013. p. 28-50. (Coleção Extensão Universitária, v. 8).
- PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov., 2013.
- PIMENTEL, Geyza Alves. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do Governo Lula: período de 2003 a 2010**. 2015. 281 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

PEREIRA, Larissa Ramalho. KERN, Francisco Arseli. A educação superior no Brasil na perspectiva do direito social: cenários que levam ao programa Prouni. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 10-19, 31 maio 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández et. all (orgs). **Metodología de pesquisa**. 5ª Ed. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO (RENEX). **Regimento Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/regimentos>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, [S.L.], v. 13, n. 8, 2013.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

SOUZA, Olga Suely Soares de. A extensão universitária e as universidades populares. **Revista da Faced**, Salvador, n. 9, p. 253-264, 2005.

TSCHÁ, Elizabeth Regina. **Paradigmas do conhecimento e compartilhamento do conhecimento: um olhar a partir da modalidade de ação extensionista do projeto imaginário – UFPE**. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Conselho Universitário. **Resolução CUNI N° 072, de 13 de setembro de 2018**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas (PIB/UFLA). Lavras, MG, 2018. Disponível em: https://sistemaslegados.ufla.br/documentos/arquivos/1_072_13092018.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE N° 059, de 14 de maio de 2020**. Dispõe sobre a realização de atividades letivas de graduação referentes ao primeiro semestre letivo de 2020. Disponível em: https://prograd.ufla.br/images/arquivos/legislacoes/res059_2020.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). **Portal da UFLA**. Lavras, MG, 2021a. Disponível em: <https://ufla.br/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Conselho Universitário. **Resolução nº 75, de 9 de novembro de 2021**. Dispõe sobre a alteração do Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG, 2021b. Disponível em: <https://ufla.br/aceso-a-informacao/9-institucional/7-regimento-geral>. Acesso em: 11 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Conselho Universitário. **Resolução nº 11, de 18 de março de 2021**. Dispõe sobre a alteração do Estatuto da Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG, 2021c. Disponível em: <https://ufla.br/images/arquivos/institucional/estatuto-ufla-2021.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Plano de Desenvolvimento da Unidade 2021-2025 (PDU) PROEC**. Lavras, MG, 2021d. Disponível em: https://ufla.br/images/arquivos/2021/pdu/PDU_PROEC_2021-2025.pdf . Acesso em: 15 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). **Sistema Integrado de Gestão (SIG)**. Módulo Extensão. Lavras, MG, 2022. Base de dados.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos discentes

Questionário sobre extensão universitária

Olá, seja bem vindo/da!

Solicitamos sua colaboração respondendo ao presente questionário, no qual são abordadas questões sobre extensão universitária com a finalidade de conhecer o entendimento e as demandas dos/das discentes sobre o tema. Trata-se de um questionário breve, estima-se em 10 a 15 minutos o tempo necessário para responder. Suas respostas são confidenciais e anônimas.

Antes de continuar, por favor, leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), anexo. Serão considerados para análise apenas os dados dos/das discentes com idade igual ou superior a 18 anos.

Sua participação é muito importante. Agradecemos sua colaboração!

Após ler o TCLE em anexo, você está ciente e aceita participar da pesquisa?

- Sim
- Não

RESTRIÇÃO

Você tem idade igual ou superior a 18 anos?

- Sim
- Não

PERFIL DAS PESSOAS PARTICIPANTES

1. Qual é a sua faixa etária?

- 18 a 24 anos
- 25 a 31 anos
- 32 a 38 anos
- 39 anos ou mais

2. Qual é o seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar

3. Em qual curso você está matriculado/da na UFLA?

4. Qual período você está cursando?

5. Você recebeu informações sobre extensão universitária quando ingressou na UFLA?

- Sim
- Não

6. Você já cursou ou está cursando alguma disciplina sobre extensão universitária? Qual?

PERCEPÇÃO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Por favor, responda de forma espontânea.

7. Primeiramente, o que você entende por Universidade?

8. O que você entende por extensão universitária?
9. Você conhece quais são as ações de extensão universitária que uma universidade pode desenvolver? Exemplifique.
10. Você sabe a diferença entre programas, projetos, cursos e eventos de extensão?
- Sim
 - Não
11. Você conhece as diretrizes que orientam as ações da extensão universitária? De qual(is) você recorda?
12. Você já teve acesso ou conhece metodologias para desenvolver as ações de extensão universitária?
- Sim
 - Não
13. Caso tenha respondido sim na questão anterior. Quais metodologias você poderia citar?
14. Você sabia que as ações de extensão podem gerar produções bibliográficas e produtos técnicos ou tecnológicos?
- Sim
 - Não
15. Qual(is) produto(s) você poderia exemplificar como fruto das ações de extensão?

POR FAVOR, DÊ A SUA OPINIÃO.

16. Você acha necessário ou importante que bolsistas e demais membros de projetos de extensão tenham acesso a ações de formação (palestras, cursos, oficinas) sobre extensão universitária? Por quê?
17. Que tipos de temas e informações dentro da extensão universitária você acha que seria importante que os/as bolsistas tivessem acesso para uma melhor atuação em seus projetos de extensão?
18. Você considera que seria útil ter acesso a um material didático (cartilha, guia, manual, etc) com informações sistematizadas sobre extensão universitária? Por quê?
19. Você teria interesse em participar de uma formação em extensão universitária?
- Sim
 - Não
20. Qual seria o melhor período para você participar de uma formação em extensão universitária?
- Manhã
 - Tarde
 - Noite

Deixe aqui seus comentários, observações e sugestões.

APÊNDICE B – Formulário de avaliação do minicurso

Avaliação do Minicurso on-line sobre Extensão Universitária

O objetivo desse formulário é avaliar a qualidade do minicurso que você participou. Essa ação integra o projeto técnico “Extensão Universitária: um projeto técnico com bolsistas de extensão de uma Universidade Federal”.

Sua avaliação é muito importante para validar e aperfeiçoar ações futuras.

Obrigada pela participação!

1. Como você avalia seu grau de satisfação geral com o Minicurso on-line sobre Extensão Universitária?

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

2. Avalie as afirmativas abaixo e marque a opção correspondente.

Afirmativas	Concordo totalmente	Concordo	Não sei	Discordo	Discordo totalmente
O conteúdo foi adequado aos objetivos propostos.					
A carga horária foi suficiente.					
O conteúdo será útil para mim.					
Ações como essa são importante para os/as bolsistas de extensão.					
Sou capaz de aplicar os conhecimentos construídos durante o minicurso.					

3. Caso deseje, mencione alguns aspectos que foram positivos.

4. Caso deseje, mencione alguns aspectos que foram negativos.

Utilize o espaço abaixo para fazer outros comentários ou deixar sugestões.

APÊNDICE C – Formulário de avaliação da cartilha

Avaliação da cartilha sobre Extensão Universitária

O objetivo desse formulário é avaliar a prévia da cartilha sobre Extensão Universitária quanto a adequação do seu conteúdo e sua utilidade para os/as discentes.

A elaboração dessa cartilha integra o projeto técnico “Extensão Universitária: um projeto técnico com bolsistas de extensão de uma Universidade Federal”.

Obrigada pela participação!

1. Por favor, avalie as afirmativas a seguir.

Afirmativas	Concordo totalmente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo totalmente
A temática é pertinente e relevante.					
O conteúdo proposto é adequado.					
O texto está claro e objetivo.					
O nível de linguagem é adequado.					
A sequência lógica do texto está adequada.					
A cartilha é apropriada para discentes de graduação.					
A cartilha atinge o objetivo de ser um material didático sobre extensão.					
As ilustrações são adequadas e representam os temas.					

Caso deseje, utilize o espaço abaixo para fazer comentários e deixar sugestões.

APÊNDICE D – Formulário de inscrição no minicurso**Inscrição no Minicurso online sobre Extensão Universitária**

1. Nome completo

2. Matrícula

3. E-mail

4. Telefone (DDD) 99999-9999

() _____ - _____

5. Você quer ser inscrever em qual edição do Minicurso online sobre Extensão Universitária?

- 1ª Edição - 14/9/2021 e 15/9/2021 (terça e quarta-feira), das 18h às 21h.
- 2ª Edição - 20/9/2021 (segunda-feira), das 8h às 11h e das 14h às 17h.

6. Você respondeu o questionário sobre extensão universitária?

- Sim
- Não

APÊNDICE E – E-mail convite para o minicurso

Assunto: Inscrições Minicurso on-line sobre Extensão Universitária

Prezado(a) bolsista de extensão, bom dia.

Nos meses de julho e agosto você foi convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre extensão universitária e a partir dos resultados dessa pesquisa está sendo organizado um Minicurso on-line sobre Extensão Universitária voltado para você, bolsista de extensão da UFLA.

O minicurso será ministrado pela professora Dra. Viviane Santos Pereira (PPGDE/DAE), terá a carga horária total de 6 horas (dividida em 2 encontros de 3h) e abordará temas como conceitos, diretrizes e organização da extensão universitária e metodologias. Serão ofertadas duas edições do minicurso pelo Google Meet, assim você pode escolher em qual edição quer participar.

- ✓ 1ª Edição: nos dias 14/9/2021 e 15/9/2021 (terça e quarta-feira), das 18h às 21h.
- ✓ 2ª Edição: no dia 20/9/2021 (segunda-feira), das 8h às 11h e das 14h às 17h.

Será emitido certificado de participação para quem tiver 75% de presença.

Participe! Para se inscrever, basta preencher o formulário no link abaixo:
<https://forms.gle/YjckMew5HTAKrrzf6>

Após a inscrição, enviaremos um e-mail de confirmação com o link do Google Meet para participar do minicurso.

Em caso de dúvidas, mande um e-mail para raquel@ufla.br.



Atenciosamente,
Raquel de Figueiredo Ananias

APÊNDICE F – Cartilha: Vamos compreender a extensão universitária?

VAMOS COMPREENDER A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ?

Raquel de Figueiredo Ananias



Raquel de Figueiredo Ananias

VAMOS COMPREENDER A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

Programa de Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE)
Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Lavras, MG
2022

Elaboração

Raquel de Figueiredo Ananias

Orientação

Dra. Viviane Santos Pereira

Colaboração

Ana Clara Moreira Viana

Ana Flávia Pereira Cruz

Nathália Aparecida dos Santos

Taís Vargas dos Reis

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Ilustrações

Freepick

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Processos
Técnicos da Biblioteca Universitária da UFLA.

Ananias, Raquel de Figueiredo.

Vamos compreender a extensão universitária? / Raquel de
Figueiredo Ananias. – Lavras : UFLA/PPGDE, 2022.
25 p. : il.

Bibliografia.

1. Extensão universitária. 2. Universidade. 3. Sociedade. 4.
Extensão dialógica. I. Universidade Federal de Lavras - Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão. II.
Título.

CDD – 378.175

Ficha elaborada por Eduardo César Borges (CRB 6/2832)

Sumário

Apresentação	4
1. O que é universidade?	5
2. Qual o conceito de extensão universitária?	6
3. A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU)	7
4. Diretrizes para a extensão universitária	8
5. Organização da extensão universitária	10
5.1 Áreas do conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão .	10
5.2 Ações de Extensão	11
6. Publicações e outros produtos acadêmicos decorrentes de ações de extensão	12
7. O que é curricularização da extensão?	13
8. Por que a extensão é importante para discentes?	14
9. Quais metodologias devem ser priorizadas na prática extensionista?	15
10. Conheça algumas dicas e ferramentas que podem contribuir para iniciar ações de extensão	16
10.1 Dicas para uma melhor comunicação	16
10.2 Cuidados ao iniciar processos de interação com a comunidade	18
10.3 Ferramentas para a realização de diagnósticos participativos	20
11. Documentos legais e orientadores da extensão universitária	22
Referências	23

Apresentação

Esta cartilha é um dos resultados de um projeto técnico desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE), realizado a partir do diálogo e interação com bolsistas de extensão selecionados pelos editais nº 1 e 4/2021 do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura (PIBEC) da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Foi idealizada a partir de uma reflexão teórica e prática da autora, enquanto discente de pós-graduação e técnica administrativa e de sua orientadora, enquanto docente que atua com a temática, bem como contou com a colaboração de discentes de graduação que estão como bolsistas de extensão e com a colaboração de representantes da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFLA, com o objetivo de construir um material didático útil e de fácil acesso para consulta.

Espera-se que esta cartilha se constitua num material de orientação e apoio à atuação da comunidade acadêmica da UFLA, especialmente das/dos discentes bolsistas iniciantes em extensão, em ações de extensão universitária cada vez mais dialógicas, participativas, educativas e democráticas.

4 Entendendo a extensão universitária



1. O que é universidade?

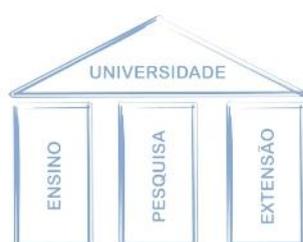
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define universidade em seu artigo 52 como:

“As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos

quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

De acordo com esse conceito, podemos entender que as universidades são instituições com características próprias que as diferenciam das demais instituições de ensino superior. Além de atuarem na formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento, as universidades também formam pesquisadores e pesquisadoras, desenvolvem pesquisas e atividades de extensão, e são responsáveis pelo avanço contínuo de todas as formas de conhecimento que a sociedade constrói.

As universidades brasileiras são sustentadas por três pilares: ensino, pesquisa e extensão.



A Constituição Federal de 1988, determina que esses pilares devem ser conduzidos de forma indissociável (BRASIL, 1988, art. 207). Sendo que a extensão universitária deve articular o ensino e a pesquisa e se relacionar de forma dialógica com os outros setores da sociedade para a construção de novos conhecimentos ainda não sistematizados (FORPROEX, 2012).

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX (2012):

sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer.

2. Qual o conceito de extensão universitária?

Sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contemplado pela Constituição de 1988, a Extensão Universitária “é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).

Nesse sentido, a extensão é uma dimensão essencial da universidade, assim como o ensino e a pesquisa. Trata-se de um processo de democratização do conhecimento produzido a partir da comunicação entre a universidade e a sociedade, onde o conhecimento científico é tornado acessível a todas as pessoas e, ao mesmo tempo, enriquecido pela apreensão do conhecimento popular.

A consolidação desse conceito de extensão é alcançada por meio da adoção de metodologias participativas que favoreçam o diálogo e a participação de todas as pessoas envolvidas, de modo que todos os conhecimentos sejam considerados e respeitados para a problematização da realidade e a construção de novos conhecimentos que contribuam para a transformação social (FORPROEX, 2012).



6 Entendendo a extensão universitária

Sobre essa construção coletiva dos conhecimentos, pautada no diálogo, Paulo Freire (1983, p. 36) ressalta que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.

3. A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU)

No ano de 2012, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX)¹ publicou a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), que estabelece o conceito, as diretrizes e os princípios que constituem uma referência para a formulação e a implementação de ações de extensão nas universidades brasileiras (FORPROEX, 2012).



A PNEU possui vários objetivos como, por exemplo, criar condições para a participação da universidade na elaboração de políticas públicas; contribuir para que a extensão universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do país, como educação básica, saúde e produção de alimentos; priorizar ações de extensão voltadas para as demandas e necessidades da sociedade, principalmente dos setores

¹O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras é uma entidade formada pelos Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos similares das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (RENEX, 2010).

mais excluídos; além de estimular o desenvolvimento e a preservação cultural e artística, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável (FORPROEX, 2012, p. 9-11).

Para saber mais sobre a PNEU, consulte o documento “Política Nacional de Extensão Universitária”,



4. Diretrizes para a extensão universitária



São diretrizes da extensão universitária, de acordo com a Política Nacional de Extensão, também conhecidas como os 5 is da extensão (FORPROEX, 2012):

1. Interação dialógica: orienta o desenvolvimento das relações entre a universidade e a sociedade através

do diálogo e da troca de saberes, estabelecido em uma ação de mão dupla, em que todas as pessoas envolvidas contribuem com a produção de um novo conhecimento com vistas à superação da desigualdade social e à construção de uma sociedade mais justa, ultrapassando o exclusivismo acadêmico.

8 Entendendo a extensão universitária

2. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: busca a combinação de conceitos e metodologias de várias disciplinas e áreas do conhecimento, como também a interação de setores, organizações e profissionais, para obter a consistência teórica e operacional necessária à efetividade das ações de extensão, diante da complexidade da realidade social.

3. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão: reafirma que as ações de extensão são mais efetivas quando vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa), sendo que a relação com o ensino coloca os/as discentes como protagonistas de sua própria formação, na qual adquirem aptidões profissionais e uma consciência cidadã. Já a relação com a pesquisa permite a apreensão de conhecimentos ainda não sistematizados e dos problemas sociais sobre os quais se deseja atuar, propiciando uma produção acadêmica mais alinhada com a transformação social.

4. Impacto na formação do/da discente: as ações de extensão devem contribuir de forma significativa para a formação dos/das discentes, seja através da ampliação do horizonte que as envolve ou do contato direto com grandes questões da atualidade. Tais fatores possibilitam a melhoria do conhecimento do/da discente em termos teóricos e metodológicos e reiteram o compromisso ético e solidário da universidade.

5. Impacto e transformação social: reafirma a extensão universitária como o meio no qual se estabelece a relação entre a universidade e outros setores da sociedade com vistas a uma atuação transformadora, tanto da sociedade como da própria universidade. Trata-se de uma atuação voltada para os interesses e necessidades da coletividade e que promove o desenvolvimento social e políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento solidário e democrático.

5. Organização da extensão universitária

Para facilitar a realização de estudos, avaliações e monitoramento das atividades de extensão universitária, o FORPROEX padronizou uma classificação das ações de extensão segundo áreas e linhas temáticas, como também as modalidades e suas denominações. Nos próximos subtópicos são apresentadas as classificações e modalidades de ações de extensão sugeridas pelo FORPROEX.



5.1. Áreas do conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão

As ações de extensão podem ser classificadas em oito áreas do conhecimento definidas pelo CNPq, oito áreas temáticas relacionadas ao objeto ou ao tema da ação e cinquenta e três linhas de extensão que especificam e detalham os temas (CNPq, 2021; FORPROEX, 2007).



5.2 Ações de Extensão

Todas as ações de extensão devem ser registradas na Pró-Reitoria de Extensão ou no órgão competente da Universidade, sendo assim, passíveis de certificação. De acordo com o FORPROEX (2007, p. 35-41), as ações de extensão são classificadas em cinco modalidades, caracterizadas a seguir:

Programa é compreendido como um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), que preferencialmente integra as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. **Exemplo:** programa de promoção à saúde coletiva realizado num PSF (Programa de Saúde da Família) de determinado município, composto por três projetos vinculados à temática da obesidade. Cada projeto direcionado a um grupo específico como, por exemplo: crianças, idosos e adultos.

Projeto é entendido como uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Pode ser vinculado a um programa (forma preferencial) ou não vinculado (projeto isolado). **Exemplo:** projeto de leitura - projeto de extensão realizado com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas da rede municipal de ensino, que contemple práticas que estimulem mudanças no interesse e gosto pela leitura.

Curso é qualificado como uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos, carga horária mínima de 8 horas. **Exemplos:** cursos de inglês instrumental e cursos sobre agricultura orgânica.

Evento é caracterizado como uma ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. **Exemplos:** seminários, palestras, dias de campo, exposições, congressos e festivais.

Prestação de serviço é a realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.). A prestação de serviços se caracteriza pela intangibilidade, pela inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. **Exemplos:** atendimentos em museus, consultorias, assessorias, atendimentos jurídicos, exames e laudos técnicos.

Para saber mais sobre a classificação das ações de extensão universitária e suas formas de operacionalização, acesse o livro “Extensão Universitária: Organização e Sistematização”



6. Publicações e outros produtos acadêmicos decorrentes de ações de extensão

As ações de extensão podem gerar, como resultados de suas atividades, publicações e outros produtos acadêmicos que devem ser registrados e relatados, visando à divulgação cultural, científica ou tecnológica.

Vejamos alguns exemplos: livros, anais, artigos, manuais, jornais, revistas, relatórios técnicos, produtos audiovisuais, programas de

rádio e de TV, aplicativos para computador, jogos educativos, além de produtos artísticos (FORPROEX, 2007, p. 44).

Para verificar a lista completa das possibilidades de produções bibliográficas e técnicas, acesse a publicação do Grupo de Trabalho de Produção Técnica da CAPES.



7. O que é curricularização da extensão?

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, por meio da Meta 12.7, estabeleceu que no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação deverá ser cumprida por meio da participação em atividades de extensão universitária (BRASIL, 2014).

Essa meta foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que determina que a extensão deverá ser inserida nos currículos dos cursos de graduação sob a forma de componente curricular para todos/todas discentes que ingressarem no primeiro semestre letivo de 2023 (BRASIL, 2018, 2020). Esse processo de inclusão da extensão nos currículos está sendo chamado de curricularização da extensão.

Dessa forma, o/a discente precisará cumprir um mínimo de horas em atividade de extensão (ao menos 10% da carga horária do curso) de forma curricular obrigatória para concluir sua graduação, assim como já existe uma carga horária obrigatória para atividades de ensino. No

entanto, a inclusão da extensão não irá aumentar a carga horária total dos cursos, uma vez que as horas dedicadas à extensão devem estar incluídas na carga horária total estabelecida. Assim, o/a discente poderá vivenciar atividades de extensão dentro da matriz curricular de seu curso e não como atividades complementares ou extracurriculares, como tem sido na maioria das instituições de ensino superior do país.

A curricularização da extensão busca a formação integral e o protagonismo do/da discente, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a transformação social (BRASIL, 2018).

8. Por que a extensão é importante para discentes?



A extensão é um importante componente na formação dos/das discentes, pois possibilita a formação de profissionais cidadãos por meio da “efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar” (BRASIL, 2001, p. 6).

O ensino superior não deve se limitar ao ambiente universitário, cabendo à extensão o papel de propiciar novos ambientes de aprendizagem, onde o/a discente é sujeito ativo, crítico e participativo e o processo de aprendizagem acontece por observações próprias e atitudes reflexivas decorrentes do diálogo e da interação com a sociedade, para compreendê-la e transformá-la, tornando-o/a protagonista de sua formação, sendo o/a docente o/a mediador/a do processo de construção do conhecimento (FORPROEX, 2006).

14 Entendendo a extensão universitária

9. Quais metodologias devem ser priorizadas na prática extensionista?



As atividades de extensão universitária, como práticas pedagógicas, devem priorizar abordagens metodológicas participativas.

Recomenda-se uma prática extensionista fundamentada essencialmente em processos dialógicos, educativos e comunicacionais, em que a equipe da universidade busca discutir com a comunidade, em condições de igualdade, os problemas a serem enfrentados, suas causas e possíveis soluções. Diferente de abordagens, nas quais os/as extensionistas identificam os problemas e definem as soluções para a comunidade, caracterizando um tipo de prática antidialógica que pode levar à invasão cultural, ao assistencialismo e à doutrinação (ALENCAR, 1990; COELHO, 2014; FREIRE, 1983).

A participação das pessoas externas à universidade deve ser incentivada desde o diagnóstico até a tomada de decisões, bem como na execução de instrumentos didático-pedagógicos utilizados nas ações de extensão, como reuniões, palestras, dias de campo, oficinas, visita técnica, entre outros, pois a participação promove a emancipação cidadã dos atores envolvidos (COELHO, 2014).

Importante:

- ✓ priorizar o diálogo;
- ✓ incentivar a participação das pessoas;
- ✓ valorizar as diferentes experiências e conhecimentos das comunidades;
- ✓ lembrar que todos/todas são capazes de promover reflexões e de entender o motivo de determinada situação, além de ensinar e aprender.

10. Conheça algumas dicas e ferramentas que podem contribuir para iniciar ações de extensão

A seguir são apresentadas algumas dicas para melhorar a comunicação e os cuidados necessários ao iniciar processos de interação com a comunidade por meio de ações de extensão e alguns exemplos de ferramentas para a realização de diagnósticos participativos.

10.1. Dicas para uma melhor comunicação



Para o educador e comunicador Juan Enrique Diaz Bordenave, a comunicação na prática extensionista é o “encontro de dois mundos

diferentes”, o mundo dos/das extensionistas e o mundo das pessoas a quem se dirigem as práticas, o que requer cuidados para sua eficácia (BORDENAVE, [1998], p. 1).

Algumas dicas do autor para melhorar a comunicação estão listadas abaixo (BORDENAVE, [1998], p. 6-8).

- 1. O diálogo é o melhor modo de comunicação:** para isso, os/as interlocutores/as devem se colocar em posição de igualdade e estar dispostos a ouvir o que o outro tem a dizer.
- 2. O significado não está nas palavras, mas na cabeça das pessoas que a recebem:** é importante certificar-se que a linguagem utilizada seja compreendida pelos/pelas ouvintes.
- 3. Mensagens diferentes para pessoas diferentes:** a mensagem deve ser adaptada para cada público específico. Para determinar a melhor forma de comunicação é preciso ter clareza sobre qual é o público ao qual se dirige a mensagem.
- 4. Uma ideia é melhor que muitas:** prefira abordar um assunto principal em cada ação em vez de vários, pois isso facilita a apreensão.
- 5. Cada meio tem seu próprio potencial e suas limitações:** existem diversos meios de comunicação e cada um será mais ou menos apropriado para determinada situação. É preciso avaliar o melhor meio para cada situação.
- 6. Vários meios têm maior impacto que um só:** a combinação de meios aumenta a eficácia da comunicação e facilita o entendimento.
- 7. A reiteração da mensagem garante sua recepção e retenção:** o uso da repetição e da redundância facilita a compreensão e a fixação da mensagem.
- 8. A comunicação tem muitas funções sociais:** não é apenas uma ferramenta para transferência de informações. Ela possibilita a

reflexão e a tomada de decisões conscientes pelas pessoas e/ou grupos sociais para transformar sua realidade.

10.2 Cuidados ao iniciar processos de interação com a comunidade



Ao iniciarmos processos de interação com a comunidade por meio das ações de extensão, é importante adotarmos alguns cuidados com relação às nossas atitudes e comportamentos, uma vez que nesses espaços estamos representando a nossa universidade e é indispensável construir uma relação de confiança com

a comunidade para o desenvolvimento de um trabalho responsável e contínuo (RIBEIRO; GALIZONI, [20--]).

A seguir, vejamos algumas sugestões de Ribeiro e Galizoni [20--], retiradas do documento “Algumas recomendações necessárias para atividades de campo”. Apesar do documento estar direcionado para ações de extensão e pesquisa numa realidade social específica, essas sugestões podem ser úteis em diferentes contextos.

1. É importante zelar pela imagem dos parceiros quando estamos em atividades de extensão, pois nossos atos pesam sobre a imagem da universidade e sobre a imagem das organizações sociais ou das pessoas que viabilizaram a nossa aproximação com o grupo. Por isso, nessas ações devemos lembrar que não somos anônimos, estamos representando toda a equipe.

-
2. Tenha paciência para compreender a realidade dos outros, pois a realidade social é complexa e leva-se tempo para compreender sua lógica. Por isso, não ofereça ou recomende técnicas precipitadamente, pois recomendações dependem do conhecimento da situação e da vontade das pessoas em conhecê-las e utilizá-las.
 3. Evite usar expressões técnicas, gírias ou palavras que podem não ser compreendidas pelas pessoas do grupo que estamos interagindo. Evite fazer perguntas ou comentários constrangedores. Não faça críticas negativas. Tenha um tratamento respeitoso com relação ao lugar, às pessoas e aos seus modos de vida.
 4. Evite fazer promessas. Promessas criam expectativas e as pessoas vão ficar esperando que sejam cumpridas. Se não tiver certeza de que realmente possa cumpri-las, não prometa, mesmo que seja algo simples.
 5. Evite conversas paralelas e assuntos que não são focos da ação de extensão, principalmente assuntos da universidade que estão distantes da realidade das pessoas externas. Busque interagir com as pessoas da comunidade externa e não ficar somente conversando com outros/outras discentes.
 6. Lembre-se que o objetivo é construir parcerias sólidas e duradouras!

10.3. Ferramentas para a realização de diagnósticos participativos



Antes da elaboração das ações de extensão, é necessário realizar diagnósticos participativos para obter informações do tipo: quem são as pessoas destinatárias da ação, quais problemas enfrentam, quais suas demandas, quais seus interesses, o que sabem, entre outras questões (COELHO, 2014).

Somente a partir do acesso a essas informações é que será possível o planejamento de ações de extensão mais adequadas aos desejos, às condições de vida e ao contexto social em que vivem as pessoas a quem se destinam essas ações (COELHO, 2014).

Vejamos alguns exemplos de ferramentas formalizadas por Verdejo (2010) para a realização de diagnósticos participativos:

Observação participante: o/a extensionista participa de algumas atividades cotidianas da comunidade com o objetivo de compreender sua realidade e os motivos que levam seus membros a agir de determinada maneira.



Entrevista semiestruturada: a partir de um roteiro de perguntas previamente determinado, o/a extensionista entrevista uma pessoa ou um grupo de pessoas de modo que possam expressar suas opiniões livremente. Perguntas sugestivas e manipuladoras devem ser evitadas.

Mapas: o/a extensionista medeia a construção de mapas pelos/pelas participantes a partir de informações sobre determinada situação a ser analisada. Facilita a visualização da situação e a identificação das potencialidades e limitações existentes.



Diagramas: o/a extensionista auxilia um grupo de pessoas na elaboração de uma representação com os aspectos inter-relacionados de determinada situação para (1) identificar as causas e os efeitos dos problemas, (2) identificar a importância das instituições para os membros da comunidade ou (3) analisar a produção e o fluxo de comercialização, em busca de soluções e melhorias.

Matrizes: são utilizadas para identificar a situação atual da comunidade através de critérios que permitem fazer comparações para posteriormente classificá-las, analisá-las, hierarquizá-las ou avaliá-las conforme o objetivo do grupo, facilitando a tomada de decisão.



Para obter mais informações sobre essas ferramentas e conhecer outros tipos de ferramentas que podem ser utilizadas para a realização de diagnósticos participativos, leia:

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf.



II. Documentos legais e orientadores da extensão universitária

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Artigo 207. Estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, vincula a extensão à formação de pessoas e a geração de conhecimento de forma indissociável com o ensino e a pesquisa (FORPROEX, 2012).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - Lei nº. 9.394 de 1996

Artigo 43, inciso VI. Em consonância com o princípio constitucional da indissociabilidade esse artigo define a extensão universitária como uma das finalidades da Educação Superior Nacional. Neste sentido, a extensão deve fazer parte da formação de todos(as) discentes de graduação.

Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001

Elaborado pelo FORPROEX e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, legitima a extensão como atividade acadêmica e apresenta os princípios básicos, objetivos, metas, entre outros, para favorecer a institucionalização e organização da extensão nas universidades.

Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012)

Atualiza o conceito de extensão universitária de acordo com o princípio constitucional da indissociabilidade e estabelece princípios e diretrizes para as ações de extensão que dão direcionamento para a normatização e implementação da extensão nas universidades.

Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei nº. 13.005/2014

Meta 12.7. Assegura a destinação de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Essa meta convoca as instituições de ensino de superior à flexibilização dos currículos, incluindo a extensão universitária no projeto pedagógico dos cursos de graduação.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018

Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Entre elas, define o prazo de três anos para a curricularização da extensão, ou seja, dezembro de 2021.

Parecer CNE/CES nº 498/2020, de 6 de agosto de 2020. Prorroga o prazo para a implantação da extensão nos currículos dos cursos de graduação para 19 de dezembro de 2022.

Referências

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Caderno de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 1990.

BORDENAVE, J. D. **Algumas ideias para se comunicar melhor com os pequenos agricultores**. Rio de Janeiro: ASPTA, [1998]. Mimeografado.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o

Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 498, de 6 de agosto de 2020.** Prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157501-pces498-20/file>. Acesso em: 18 dez. 2021.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo:** concepções e métodos. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Suprema, 2014. 188 p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Tabela de áreas de conhecimento.** Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acesso em: 8 fev. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Produção técnica.** Brasília, DF, 2019. (Relatório de grupo de trabalho sobre Produção técnica). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. 100 p. (Coleção Extensão Universitária).

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX).

Extensão Universitária: organização e sistematização. Organização Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p.

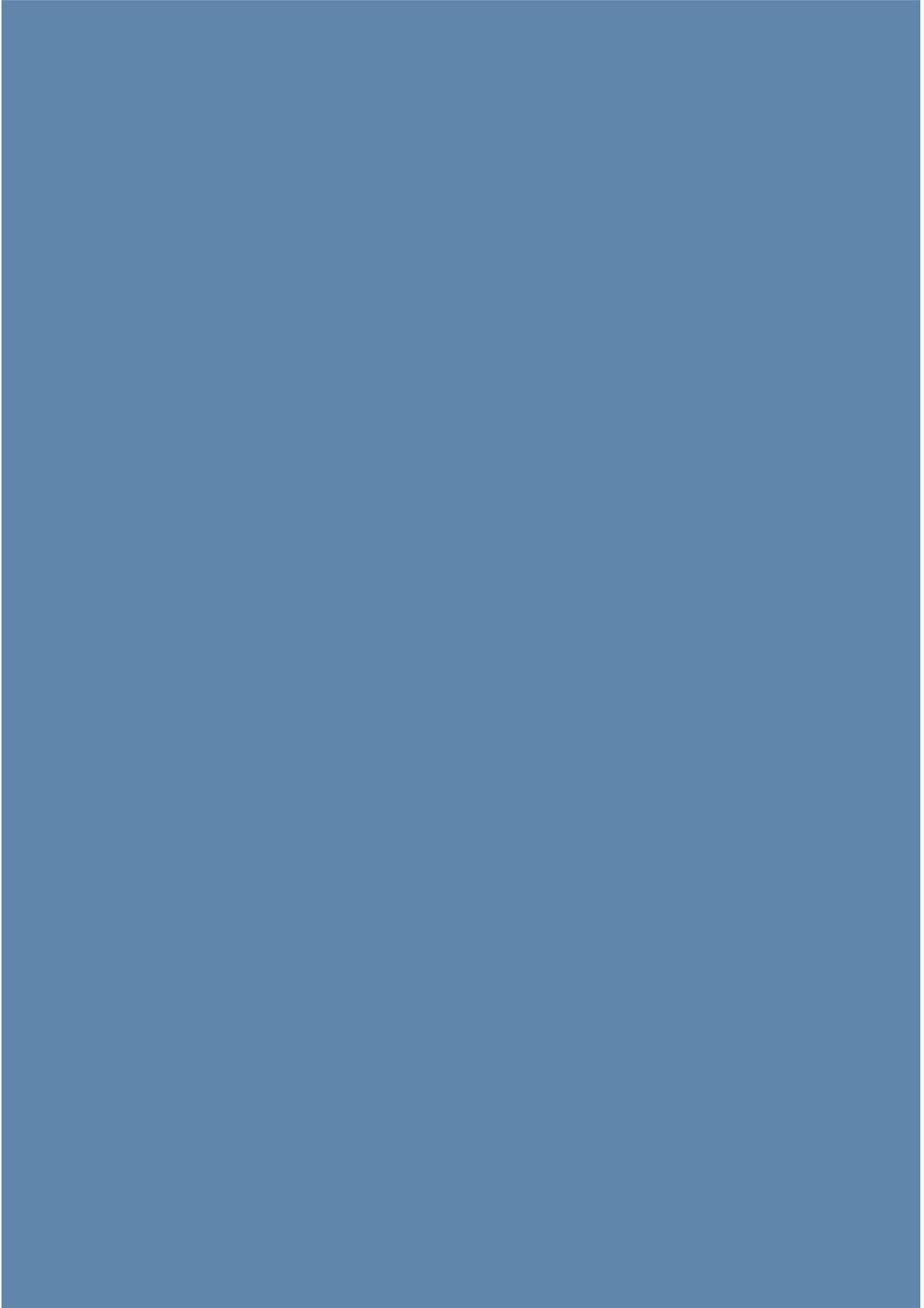
FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira; prefácio de Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO (RENEX). **Regimento Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX.** São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/regimentos>. Acesso em: 15 dez. 2021.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Algumas recomendações necessárias para atividades de campo.** Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ) da Universidade Federal de Lavras. Lavras: [s. n], [20--].

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo:** guia prático DRP. Brasília, DF: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.



ANEXO A – Edital PROEC nº 1/2021, seleção de bolsistas de extensão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
EDITAL PROEC Nº 01/2021

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO E CULTURA

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Lavras torna público este edital e convida os discentes desta instituição a participarem do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e em conformidade com o que estabelece este edital e a Resolução CUNI Nº 072, de 13 de setembro de 2018.

1. DOS OBJETIVOS

- 1.1. Institucionalizar ações, visando à difusão das iniciativas acadêmicas que tenham como eixo central a extensão universitária.
- 1.2. Estimular e apoiar a comunidade acadêmica na institucionalização de projetos de extensão.
- 1.3. Contribuir para a formação acadêmica dos estudantes de graduação dos cursos presenciais, por meio da concessão de bolsas de iniciação em extensão.
- 1.4. Selecionar estudantes de graduação para desenvolver ações de extensão universitária vinculadas aos Programas e Projetos de Extensão.
- 1.5. Conceder bolsas de iniciação em extensão universitária a estudantes de graduação para participação no Programa Institucional de Bolsas.

2. DO CRONOGRAMA E DAS INSCRIÇÕES

Este edital ficará aberto para submissão de inscrição de candidatos a bolsas de iniciação em extensão, conforme cronograma estabelecido abaixo:

Cronograma	Prazos
Publicação do Edital pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	09/02/2021
Período de inscrição para estudantes	09/02/2021 a 18/02/2021
Divulgação do resultado preliminar ¹	23/02/2021
Interposição de recursos via e-mail on-line ¹	24/02/2021
Resultado de recursos ¹	A partir de 24/02/2021
Resultado da primeira chamada ¹	25/02/2021
Confirmação obrigatória de interesse pelo estudante (via SIG) - 1ª chamada	25/02/2021 a 27/02/2021
Resultado da segunda chamada	27/02/2021
Confirmação obrigatória de interesse pelo estudante (via SIG) - 2ª chamada ²	28/02/2021
Período das atividades do bolsista	01/03/2021 a 31/12/2021

¹ Havendo prorrogação, os prazos poderão ser dilatados por igual período.

² Havendo disponibilidade de bolsas após a 2ª chamada, serão realizadas novas chamadas.

2.1 DOS ESTUDANTES

- 2.1.1 O discente deverá acessar o Sistema Integrado de Gestão (www.sig.ufla.br), efetuar o login, acessar a área de Editais de Bolsas Institucionais, selecionar o Edital, escolher o Projeto e confirmar a inscrição, submetendo os seguintes documentos, **em arquivo único**, na opção "documento":
- a) O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO preenchido. Para facilitar a escolha do candidato por projeto de extensão encontram-se nos anexos (ANEXO 1 e ANEXO 2) deste edital, a lista de projetos cadastrados na PROEC até a data de publicação deste edital.
 - b) O PLANO DE TRABALHO a ser executado no âmbito do projeto de extensão ao qual o aluno pretendesse vincular. O plano deve atender ao disposto na RESOLUÇÃO CEPE Nº 059, DE 14 DE MAIO DE 2020 e ser flexível de modo a possibilitar a realização das atividades durante a vigência da bolsa, em acordo com as recomendações da equipe de gestão da UFLA, frente à pandemia causada pelo COVID-19.
 - c) DECLARAÇÃO de não haver vínculo empregatício ou acúmulo de bolsa.
 - d) ACEITE DO ORIENTADOR: será aceito "print" do e-mail institucional do orientador.
- 2.1.2. O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, o PLANO DE TRABALHO e a DECLARAÇÃO estão disponíveis no site da PROEC (acesse o *link*: <http://proec.ufla.br/programas-e-projetos>). Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, não há necessidade de assinatura nos documentos.
- 2.1.3. O candidato que apresentar inscrição incompleta, ou não atender aos requisitos determinados por este edital será desclassificado. **Os documentos não precisam estar assinados.**
- 2.1.4. Cada estudante deverá optar por atuar em um projeto e poderá fazer apenas uma inscrição, sob pena de desclassificação.

2.2 DA SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS DE PROJETOS DE EXTENSÃO

- 2.2.1. As propostas de projetos deverão ser devidamente registradas no SIG pelos seus coordenadores, aprovadas pelas instâncias superiores (Colegiado e Chefia) de seus respectivos departamentos ou setores de lotação e aprovadas pela PROEC até o dia 21/02/2021.
- 2.2.2. Mais de um projeto poderá ser proposto por um mesmo coordenador.

3. DAS BOLSAS

- 3.1. Para que haja uma distribuição equânime de bolsistas por orientador, **não será permitido mais de dois bolsistas de extensão por orientador**, excluindo-se bolsistas aprovados em outros editais da PROEC. Casos excepcionais serão avaliados, mediante solicitação por escrito do orientador à PROEC. Não há, contudo, limite para o número de candidatos para um mesmo orientador.
- 3.2. A vigência da bolsa institucional de iniciação em extensão será de dez meses, iniciando-se em 01/03/2021 com término em 31/12/2021.
- 3.3. A bolsa de iniciação em extensão destina-se exclusivamente ao estudante bolsista, sendo vedado seu repasse parcial ou integral para pagamento de outras despesas do projeto.

- 3.4. Serão concedidas bolsas institucionais para iniciação em extensão **INDEPENDENTE DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO CANDIDATO**, devendo ser respeitados os critérios 2.1.1; 3.1 e 4.1 deste edital.

4. DOS REQUISITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DO BOLSISTA:

- 4.1.1 Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFLA; ter cursado pelo menos 1% do currículo previsto para seu curso e ter CRA igual ou superior a 45.
- 4.1.2. É recomendável que haja relação entre o curso de graduação do candidato à bolsa e a área de conhecimento abordada no projeto de extensão em que o aluno se candidatou.
- 4.1.3. Desenvolver as atividades previstas no PLANO DE TRABALHO, dedicando pelo menos 12 horas semanais às atividades de iniciação em extensão.
- 4.1.4. Manter atualizados seus dados cadastrais junto à PROEC, quais sejam: endereço eletrônico oficial, endereço postal, telefone fixo, telefone móvel e conta corrente bancária em nome do bolsista(**não será aceita conta poupança**).
- 4.1.5. Participar do Congresso de Extensão da UFLA (CONEX), caso haja, no ano de vigência da bolsa de iniciação em extensão, por meio da apresentação dos resultados pertinentes, na forma definida pela coordenação do congresso.
- 4.1.6. Submeter durante a vigência da bolsa o **Relatório Mensal de Atividades** no SIG.
- 4.1.7. Enviar, junto ao último Relatório Mensal de Atividades, ao término da vigência da bolsa, o **Relatório Final de Atividades e o Certificado de Participação no Congresso de Extensão da UFLA (CONEX)**, se houver. Os modelos dos documentos estão disponíveis no site da PROEC.
- 4.1.8. Mencionar a condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas da UFLA nas publicações, trabalhos e eventos dos quais participar.
- 4.1.9. Comunicar imediatamente à PROEC qualquer irregularidade no decorrer da orientação.

4.2 DOS ORIENTADORES

- 4.2.1. Realizar seleção prévia dos candidatos avaliando os requisitos necessários para executar o projeto e **encaminhar ao candidato, via e-mail institucional, o ACEITE DE ORIENTAÇÃO**.
- 4.2.2. Conceder ao estudante no momento da indicação, a **CÓPIA DO PROJETO** e o **PLANO DE TRABALHO**, comprometendo-se formalmente com a orientação do bolsista.
- 4.2.3. Elaborar o **PLANO DE TRABALHO** detalhado do bolsista.
- 4.2.4. Orientar o bolsista no desenvolvimento das atividades do projeto.
- 4.2.5. Orientar o bolsista na elaboração de relatórios e de outros trabalhos técnicos, bem como nas suas apresentações em congressos, seminários ou outros eventos.
- 4.2.6. Avaliar e aprovar o **Relatório Mensal de Atividades** no SIG, no respectivo mês de realização das atividades, durante o todo o período de vigência da bolsa.
- 4.2.7. Requerer e justificar à PROEC, quando for o caso, o desligamento do bolsista.
- 4.2.8. Colaborar com a avaliação de trabalhos no Congresso de Extensão da UFLA (CONEX).
- 4.2.9. Ter currículo **Lattes/CNPq** atualizado em 2021 (<http://www.cnpq.br>).

5. DA SELEÇÃO DOS BOLSISTAS E DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

- 5.1 A classificação dos candidatos será realizada de acordo com o percentil do rendimento acadêmico do candidato em seu curso de graduação. Quanto menor o percentil, mais alto é o rendimento acadêmico de um aluno em relação a seus colegas de curso.
- 5.2. Os candidatos que não cumprirem os requisitos do item 4.1 serão desclassificados.
- 5.3. Os candidatos aptos classificados neste edital e não contemplados com bolsa comporão uma lista de espera, podendo ser acionados de acordo com a disponibilidade de vagas no Programa Institucional de Bolsas.

6. CRITÉRIOS DE EMPATE

- 6.1. Em caso de empate, será considerado o candidato com maior vulnerabilidade socioeconômica de acordo com os parâmetros estabelecidos pela PRAEC.
- 6.2. Persistindo o empate, após considerado o disposto no item 6.1. deste Edital, será considerado o candidato com menor percentil do rendimento acadêmico em seu curso de graduação.

7. DO RESULTADO

- 7.1. Os resultados serão divulgados nos meios eletrônicos próprios à PROEC, em relação única contendo a ocupação das vagas. É de obrigação do candidato ter acesso a esta relação.

8. DO CANCELAMENTO DA BOLSA

- 8.1. O trancamento geral, o cancelamento geral da matrícula pelo bolsista ou sua desvinculação ao Sistema Integrado de Gestão (SIG) implicará em cancelamento imediato da bolsa.
- 8.2. A bolsa será cancelada se comprovado o acúmulo de bolsas ou o estabelecimento de vínculo empregatício de qualquer natureza ou o exercício de atividade remunerada, incluindo estágio.
- 8.3. A mudança de curso implicará em cancelamento da bolsa.

9. DOS BOLSISTAS APROVADOS

- 9.1. Os candidatos aprovados deverão acessar o Sistema Integrado de Gestão (www.sig.ufla.br), na área de Editais de Bolsas Institucionais e:
 - 9.1.1. **Confirmar o Termo de Compromisso;**
 - 9.1.2. Cadastrar os dados bancários no período da chamada vigente.
- 9.2. Após a manifestação de interesse pela vaga, o discente deverá apresentar-se a seu orientador de bolsa para iniciar os trabalhos, atendendo às recomendações da equipe de gestão da UFLA com relação aos trabalhos remotos no período emergencial em função da pandemia gerada pelo COVID-19.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Em caso de desistência da bolsa, por qualquer motivo, será convocado o próximo candidato seguindo-se a lista de espera da PROEC. Para não haver prejuízo à continuidade do projeto, o orientador poderá incluir discente voluntário à equipe.
- 10.2. Não estão previstos neste edital os aportes de recursos pela UFLA para a cobertura de outras despesas, de qualquer natureza, necessárias à execução do projeto, inclusive as despesas de transporte, alimentação ou hospedagem do bolsista e, ou, voluntário.

- 10.3. Ao se inscrever neste edital, o coordenador e o candidato à bolsa declaram que atendem e aceitam as normas do edital e da Resolução CUNI Nº 072, de 13/09/2018.
- 10.4. Casos não previstos neste edital serão avaliados pela PROEC.
- 10.5. Mais informações podem ser encontradas em:
<http://www.proec.ufla.br/site/programas-e-projetos/>

Lavras, 09 de fevereiro de 2021.

Ismene Nicoline
Coordenadora de Programas e Projetos

ATENÇÃO:

Foram incluídos neste edital os projetos que se encontram em fase de renovação para disponibilizar mais opções de seleção e escolha para os discentes candidatos à bolsa de extensão. Solicitamos aos coordenadores dos referidos projetos que participem aos alunos a situação dos seus projetos, no momento de formalizar o ACEITE DE ORIENTAÇÃO.

A data de vigência do projeto pode ser consultada pelo Coordenador do projeto, mediante acesso ao SIG.

ANEXO 1

Projetos **VINCULADOS** a Programas de Extensão cadastrados na PROEC, até a data de lançamento deste edital.

Nº	Programa	Coordenador	Título do Projeto	Coordenador	Setor
1	Prazer escola: Matemática, poesia e xadrez	Nelson Antonio Silva	Olimpíada Lavrense de Matemática	Andreia Da Silva Coutinho	DEX
			Iniciação ao Xadrez para professores: o jogo como ferramenta didático-pedagógica	Julio Silvio De Sousa Bueno Filho	DES
2	Programa de extensão em para esporte e recreação – prepare	Nathália Maria Resende	Iniciação esportiva de pessoas com deficiência em Jogos Paralímpicos	Nathalia Maria Resende	DEF
			Brincando e Aprendendo	Maria Rachel Vitorino	DEF
3	Conjuntura econômica e mercado	Heloisa Rosa Carvalho	OIPC da UFLA: uma avaliação da planilha da pesquisa de orçamento familiar	Heloisa Rosa Carvalho	DAE
			Índice de Confiança Empresarial – ETAPA 2	Paloma Santana Moreira Pais	DAE
			Índice de Preços de Imóveis anunciados no município de Lavras – IPIA-UFLA	Ednilson Sebastiao DeAvila	DAE
4	Extensão para o desenvolvimento da produção animal	Sarah Laguna Conceição Meirelles	Desenvolvimento e consultoria técnica na seleção de bovinos de corte no sul de Minas Gerais	Sarah Laguna Conceição Meirelles	DZO
			Desenvolvimento e Consultoria técnica no melhoramento genético de bovinos Tabapuã	Sarah Laguna Conceição Meirelles	DZO
			A inseminação artificial na suinocultura da UFLA	Rony Antonio Ferreira	DZO
5	Observatório de políticas públicas	Júlia Moretto Amâncio	Laboratório de monitoramento e avaliação de programas sociais	Gustavo Costa De Souza	DAE
			Ciclos de debates de políticas públicas	Gustavo Costa de Souza	DAE
			Apoio burocrático-legal à estruturação do Sistema Municipal de Cultura em Lavras	Luciana Braga Silveira	DAE
			Assessoria à criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) de Lavras	Luciana Braga Silveira	DAE
			Educação Política Nas Escolas	Julia Moretto Amâncio	DAE
			Escola da Cidadania	Julia Moretto Amâncio	DAE
6	Comunicação pública da ciência na Universidade Federal de Lavras	Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva	Ciência em Prosa – Revista de jornalismo científico da Universidade Federal de Lavras	Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva	REITORIA
			Minuto do Câmpus	Glauca da Silva Mendes Moraes	REITORIA
7	As Ciências Sociais da UFLA convidam: portas e cabeças abertas ao diálogo com a cidade de Lavras		Repensando os clássicos de interpretação do Brasil	Marcelo Sevaybricker Moreira	DCH
			Gênero na Teoria Social	Juliana A. dos Santos	DCH
			A situação da Sociologia no Ensino Médio: diagnóstico de sua integração na grade curricular das escolas de Lavras	Conrado Pires de Castro	DCH
			Diálogos com a cidade	Marcelo S. Moreira	DCH

Nº	Programa	Coordenador	Título do Projeto	Coordenador	Setor
8	Formação integral na educação infantil: articulação de saberes e práticas	Letícia Silva Ferreira	BrincArte: tecendo experiências brincantes no Nedi	Katia Batista Martins	NEDI
			Educação ambiental no Núcleo de Educação da Infância (Nedi): brincando com coisa séria	Apolliane Xavier Moreira dos Santos	NEDI
			Educação Nutricional no Núcleo de Educação da Infância –Nedi	Ana Paula Coelho Silva	NEDI
			Musiquês: linguagem musical no Nedi	Danuzia Roberta Pereira Lima	NEDI
			O movimento no cotidiano da Educação Infantil	Adriana Priscilla Duarte de Melo	NEDI
9	Extensão em patologia veterinária	Angelica Terezinha Barth Wouters	Diagnóstico citológico de doenças de animais de companhia na Região Geográfica Intermediária de Varginha	DjeisonLutier Raymundo	DMV
			Diagnóstico de doenças em animais de produção, companhia e selvagens na Região Geográfica Intermediária de Varginha -Fase II	Angelica Terezinha Barth Wouters	DMV
			Investigação de causas de morte e orientação para prevenção de perdas por doença e morte de bovinos	FlademirWouters	DMV
			Sistematização e conservação do museu de anatomia patológica do Setor de Patologia Veterinária (SPV-DMV/UFLA)	DjeisonLutier Raymundo	DMV
			InovaHub – Ampliando as ações do hub de startups da Ufla	Luiz Gonzaga De Castro Junior	DGA
10	Inovação e formação empreendedora na UniversidadeFederaldeLavras	Paulo Henrique Montagna Vicente Leme	EmpreendeUFLA– Ações de Inovação e Empreendedorismo na UFLA	Paulo Henrique Montagna Vicente Leme	DGA
			Desenvolvimento e análise de indicadores ambientais	Denis Renato de Oliveira	DAE
11	Centro de inteligência em governos (CIGov)	Denis Renato de Oliveira	Desenvolvimento e análise de indicadores culturais	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores de segurança pública	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores educacionais	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores em assistência social	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores em gestão e finanças públicas	Janderson Martins Vaz	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores em saúde pública	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Boletim Lavrensede Divulgação Matemática	Ana Claudia Pereira	DEX
12	Matemática em todo lugar	Ana Claudia Pereira	Matemática para todos	Graziane Sales Teodoro	DEX
			Avaliação institucional da escola e o projeto político pedagógico	Paulo Henrique Arcas	DED
13	Currículo, gestão e avaliação – formação dos profissionais da educação e melhoria da qualidade	Paulo Henrique Arcas	A promoção do desenvolvimento humano integral na formação docente	Marcio Magalhaes da Silva	DED
			Construindo a proposta pedagógica de instituições voltadas para a inclusão escolar do município de Lavras	Paulo Henrique Arcas	DED
			Formação de gestores escolares: revisando o projeto político pedagógico e aperfeiçoando a gestão escolar.	Paulo Henrique Arcas	DED
			A dimensão da espiritualidade na saúde e na alimentação: contribuições para a prática de Educação Alimentar e Nutricional	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
14	Ações integradas de Educação Alimentar e Nutricional por abordagens pedagógicas dialógicas, problematizadoras e intuitivas para promoção da saúde da população	MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA	Ações de aperfeiçoamento em Educação Alimentar e Nutricional para nutricionistas do município de Lavras – MG e região	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Boletins de Extensão como estratégia de capacitação de profissionais em Educação Alimentar e Nutricional	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Estratégias Educação Alimentar e Nutricional em diferentes grupos e instituições do município de Lavras (MG) e região	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Método intuitivo como estratégia	Michel Cardoso	DNU

			pedagógica inovadora em Educação Alimentar e Nutricional	De Angelis Pereira	
			Orientação nutricional sobre rótulos de alimentos para crianças matriculadas em escolas municipais de Lavras, MG	JucianeDe Abreu Ribeiro Pereira	DNU

Nº	Programa	Coordenador	Título do Projeto	Coordenador	Setor
15	Agroecologia, extensão rural, alimentação saudável e educação ambiental: diálogos entre universidade, agricultores(as), comunidades locais e escolas públicas	Viviane Santos Pereira	Construindo saberes na feira agroecológica na UFLA	Viviane Santos Pereira	DAE
			Articulando grupos, agricultores e experiências para o fortalecimento da agroecologia e mercados institucionais no sul de Minas	Thiago Rodrigo de Paula Assis	DAE
			Segurança alimentar e boas práticas nos serviços de alimentação em escolas estaduais de lavras- processo interdisciplinar	Olga Lucia Mondragon Bernal	DCA
			Comer, unir e transformar: Um diálogo entre a Educação Ambiental Crítica e a Alimentação Escolar	Marina BattistettiFestozo	DBI
			Coletivo mutirão horta pró-nobis: aprimoramento participativo para a transição agroecológica	Luis Claudio Paterno Silveira	DEN
16	Cooperação técnica UFLA – ABC/MRE – Cooperação Sul-Sul	Elisangela Elena Nunes Carvalho	Caminhos do algodão – centro de inovação do algodão de Moçambique	Heloisia Oliveira dos Santos	DAG
			Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África –“Além do Algodão”	Carolina Martins dos Santos Chagas	DNU
			Preservação do potencial produtivo das zonas produtoras de algodão no Mali –Cotton Solos	Joao Jose GranateSáe Melo Marques	DCS
			Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victória (Tanzânia-Quênia-Burundi) – Projeto Cotton-Vict	Pedro Castro Neto	DEA
			Cotton Solos: um projeto visando contribuir para o aumento da produtividade no sistema produtivo de algodão no Mali, África	Guilherme Lopes	DCS
17	Programa de música	Daniel Paes De Barros Pinto	Coral Vozes do Campus – 2020 –“Cantando a América Latina”	Daniel Paes De Barros Pinto	PROEC
			Orquestra de Cordas da UFLA – 2020	Daniel Paes De Barros Pinto	PROEC
			Pequenos Grandes Violinistas – UFLA/UFESJ	Daniel Paes De Barros Pinto	PROEC
18	Programa de dança	Maria Cristina Angelico Mendonca	Dança de Salão Inclusiva no Contexto Universitário	Maria Cristina Angelico Mendonca	DGA
			Dança inclusiva no contexto universitário	Maria Cristina Angelico Mendonca	DGA

ANEXO 2

Projetos NÃO VINCULADOS a Programas de Extensão cadastrados na PROEC, até a data de lançamento deste edital.

Nº	Título do Projeto	Coordenador(a)	Setor
1	Formação técnica e pedagógica em TDICs para profissionais da educação básica no contexto do estudo remoto emergencial (ERE)	SAYONARA RIBEIRO MARCELINO CRUZ	DADE
2	A Lei Aldir Blanc e o fomento à participação social no setor cultural na microrregião de Lavras.	LUCIANA BRAGA SILVEIRA	DAE
3	A Política mudou de lugar? Mídia, democracia e políticas públicas no Brasil contemporâneo	CAMILA MARIA RISSO SALES	DAE
4	Avaliação do Estresse Ocupacional e seus efeitos na saúde de Gestores de Escolas Públicas Estaduais de Lavras	MARIA ANGELA DO NASCIMENTO GOMES	DAE
5	Cenário da qualidade e produtividade dos Serviços de Saúde Pós-pandemia: Um estudo em Lavras- MG	MARIA ANGELA DO NASCIMENTO GOMES	DAE
6	CINE DEBATE MARCAS DA MEMÓRIA	GUSTAVO COSTA DE SOUZA	DAE
7	Comércio Justo e Universidade – Ações de Extensão para Capacitação de Produtores e Incentivo ao Desenvolvimento Local	PAULO HENRIQUE MONTAGNANA VICENTE LEME	DAE
8	Construindo saberes na feira agroecológica na UFLA	VIVIANE SANTOS PEREIRA	DAE
9	Diagnóstico de Conscientização da Preservação das Fontes de Água na Serra do Espinhaço	JOSE DE ARIMATEIA DIAS VALADAO	DAE
10	Empreendedorismo na Escola	DANIELA MEIRELLES ANDRADE	DAE
11	EmpreendeUFLA - AÇÕES DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA UFLA	PAULO HENRIQUE MONTAGNANA VICENTE LEME	DAE

12	Escola de Governo da UFLA	JOSE ROBERTO PEREIRA	DAE
13	Extensão Universitária na UFLA: as entidades de extensão e o papel da PROEC	ELISANGELA ELENA NUNES CARVALHO	DAE
14	Formação para a Docência no Ensino Superior na Pós-Graduação: Atividades Didático-pedagógicas para Formação Inicial	CLERIA DONIZETE DA SILVA LOURENCO	DAE
15	Gestão financeira de pequenos empreendimentos: conceitos e aplicações	JOSE WILLER DO PRADO	DAE
16	INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES MATERIAIS RECICLÁVEIS	JOSE ROBERTO PEREIRA	DAE
17	Índice de Confiança Empresarial - ETAPA 2	PALOMA SANTANA MOREIRA PAIS	DAE
18	Inserção de Atividades de Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Lavras, MG	SABRINA SOARES DA SILVA	DAE
19	Lideranças na Cafeicultura: Organizações Âncora e Satélite a Partir de Modelo de Assistência Técnica da Fundação Hanns R. Neuman	PAULO HENRIQUE MONTAGNANA VICENTE LEME	DAE
20	Negócios Mirins	DANIELA MEIRELLES ANDRADE	DAE
21	Produção Sustentável e Agroecologia na região Sul de Minas Gerais: fortalecendo atores e parcerias para o Desenvolvimento Rural	THIAGO RODRIGO DE PAULA ASSIS	DAE
22	Projeto Planeta Azul: meio ambiente em questão	SABRINA SOARES DA SILVA	DAE
23	Yoga e qualidade de vida	VIVIANE SANTOS PEREIRA	DAE
24	CAMINHOS DO ALGODÃO - CENTRO DE INOVAÇÃO DO ALGODÃO DE MOÇAMBIQUE	HELOISA OLIVEIRA DOS SANTOS	DAG
25	Clonem do Cafeeiro	ADRIANO TEODORO BRUZI	DAG
26	Dias de campo em unidades demonstrativas com frutíferas de clima temperado no Sul de Minas	RAFAEL PIO	DAG
27	Difusão de tecnologias e de novas variedades de cana-de-açúcar para produção de cachaça para produtores da região de Lavras-MG	GUILHERME VIEIRA PIMENTEL	DAG
28	HORTA COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DO FUNIL – MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG	RAQUEL MARIA DE OLIVEIRA PIRES	DAG
29	Implantação de horta comunitária na Comunidade Bethania – Lavras/MG	HELOISA OLIVEIRA DOS SANTOS	DAG
30	Implantação de horta educacional infantil na Universidade Federal de Lavras (UFLA): Plantando sementes para a Educação Ambiental	VALTER CARVALHO DE ANDRADE JUNIOR	DAG
31	Implementação de horta medicinal na Instituição de Acolhimento e Recuperação Tema Misericórdia	SUZAN KELLY VILELA BERTOLUCCI	DAG
32	INCLUSÃO SOCIAL – APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS	CLEITON LOURENCO DE OLIVEIRA	DAG
33	Automação Inteligente Predial da UFLA	FABIO DOMINGUES DE JESUS	DAT
34	Desenvolvimento e Disseminação de Soluções em Automação na UFLA.	BRUNO HENRIQUE GROENNER BARBOSA	DAT
35	Diagnóstico das condições de segurança no meio ambiente do trabalho na construção civil no ambiente da UFLA.	GIOVANNI FRANCISCO RABELO	DAT
36	Estudo sobre eficiência energética e automação em veículos	DANTON DIEGO FERREIRA	DAT
37	Interação entre engenharia e música por meio de instrumentos de cordas – Continuação	RICARDO RODRIGUES MAGALHAES	DAT
38	Laboratório de Mobilidade Terrestre	DANILO ALVES DE LIMA	DAT
39	Manutenção de Máquinas Elétricas e Desenvolvimento de Circuitos de Eletrônica de Potência	SILVIA COSTA FERREIRA	DAT
40	Projeto de Conservação de Energia Elétrica nas bases de tratamento de água do SAAE do sul de Minas Gerais.	FABIO DOMINGUES DE JESUS	DAT
41	Robótica Educacional para Inclusão Social	RICARDO RODRIGUES MAGALHAES	DAT
42	Capoeira Angola e Manifestações Culturais Afro-Brasileiras no Município de Lavras – MG	SUZANA MARIA DOS SANTOS COSTA	DBI
43	Cultivo dos cogumelos <i>Pleurotus ostreatus</i> e <i>P. pulmonarius</i> segundo pacote tecnológico desenvolvido para pequenos produtores e ag	EUSTAQUIO SOUZA DIAS	DBI
44	DA ESCURIDÃO DAS CAVERNAS À LUZ DO CONHECIMENTO: divulgação de conhecimento em áreas cársticas de Minas Gerais	MARCONI SOUZA SILVA	DBI
45	Potencialidades das Trilhas da Universidade Federal de Lavras Para Educação Ambiental e Práticas Esportivas na Natureza	ROSANGELA ALVES TRISTAO BOREM	DBI
46	Alimentando Conhecimentos-Fase II	ELLEN CRISTINA DE SOUZA	DCA
47	Alimentos e Engenharia: Desmistificando o Processamento	ALEXANDRE DE PAULA PERES	DCA
48	Alimentos e Engenharia: Um Enfoque no Processamento	ALEXANDRE DE PAULA PERES	DCA
49	Acessibilidade Digital nos serviços públicos	ANDRE PIMENTA FREIRE	DCC

50	Desenvolvimento de Documentos de Gerência de Projetos	HEITOR AUGUSTUS XAVIER COSTA	DCC
51	Ensino de Programação de Jogos para Dispositivos Móveis	ANA PAULA PIOVESAN MELCHIORI	DCC
52	Ensino de Programação Utilizando Arduino	RENATO RAMOS DA SILVA	DCC
53	Ensino de Programação Utilizando Arduino	RENATO RAMOS DA SILVA	DCC
54	Inclusão Digital na APAE/Lavras	HEITOR AUGUSTUS XAVIER COSTA	DCC
55	Programação para crianças e jovens talentosas	JOAQUIM QUINTEIRO UCHOA	DCC
56	A avifauna como tema gerador para discussão e reflexão sobre a conservação da biodiversidade	MARCO AURELIO LEITE FONTES	DCF
57	A formação em Engenharia Florestal	LUCAS AMARAL DE MELO	DCF
58	APOIO TÉCNICO NA RECOMPOSIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA E DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO, EM APOIO DO PROGRAMA AR	LUCAS AMARAL DE MELO	DCF
59	Efeitos ecossistêmicos derivados do rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão para efeitos de reparação socioambiental	OTAVIO CAMARGO CAMPOE	DCF
60	GRUPO UNIVERSITARIO DE TEATRO - GUT	LUIS MARCELO TAVARES DE CARVALHO	DCF
61	Mapeamento da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais	FAUSTO WEIMAR ACERBI JUNIOR	DCF
62	PEX Engenharia Florestal	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
63	Projeto Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Três Pontas	MARCO AURELIO LEITE FONTES	DCF
64	Projeto Olho D'água	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
65	Projeto Olho D'água - Fase 2 (Projeto ConCervo)	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
66	Realização de atividades específicas de suporte à elaboração do Cadastro Ambiental Rural dos Assentamentos de Reforma Agrária	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
67	Imagem-pensamento: filosofia e cinema na UFLA	LUIZ ROBERTO TAKAYAMA	DCH
68	Assessoria de imprensa para o fortalecimento da divulgação científica	CAMILA DE SOUZA CAETANO	DCOM
69	Diagnóstico de compactação do solo em sistema plantio direto	BRUNO MONTAONI SILVA	DCS
70	Preservação do potencial produtivo das zonas produtoras de algodão no Mali - Cotton Solos	JOAO JOSE GRANATE SA E MELO MARQUES	DCS
71	Sistema de aptidão para determinação de áreas prioritárias a instalação de dispositivos de aterramento de resíduos sólidos no mu	MICHELE DUARTE DE MENEZES	DCS
72	Vídeos educativos sobre Ciência do Solo	SERGIO HENRIQUE GODINHO SILVA	DCS
73	Desenvolvimento de listas de espécies exóticas invasoras, elaboração de base de dados e análise de vias e vetores	RAFAEL DUDEQUE ZENNI	DEC
74	Atuação de licenciados na gestão: olhares sobre os processos administrativos/pedagógicos em escolas de Lavras e região	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	DED
75	BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÃO DOCENTE COMPROMETIDA COM OS BRINCARES	FRANCINE DE PAULO MARTINS LIMA	DED
76	Estabelecendo relações dialógicas entre Universidade, Sistemas de ensino e escolas: o estágio no curso de Pedagogia	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	DED
77	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS	ILSA DO CARMO VIEIRA GOULART	DED
78	Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil nos desafios da formação docente: possibilidades para atividades remotas	CAROLINA FARIA ALVARENGA	DED
79	LABORATÓRIO DE DIDÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE	FRANCINE DE PAULO MARTINS LIMA	DED
80	LEITURA LITERÁRIA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NAS ESCOLAS	ILSA DO CARMO VIEIRA GOULART	DED
81	Maracatu como prática educativa	LARISSA FIGUEIREDO SALMEN SEIXLACK BULHOES	DED
82	O Acervo do Maestro Pompeu: Fontes para Historia Cultural da Educação e da Música no Sul de Minas Gerais.	JOSUE HUMBERTO BARBOSA	DED
83	Programa de apoio pré-universitário - PRÉ-UNI	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	DED
84	PROJETO ESPAÇO LAB UFLA	RONEI XIMENES MARTINS	DED
85	TEMAS DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CONDUTA ÉTICA E DA CIDADANIA.	CARLOS BETLINSKI	DED
86	Aperfeiçoamento em Ultimate Frisbee	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF

87	ATIVIDADE FÍSICA PARA PORTADORES DE CÂNCER DA CASA DE APOIO LAR E VIDA	SANDRO FERNANDES DA SILVA	DEF
88	Equipes de Cheerleading	LUIZ HENRIQUE REZENDE MACIEL	DEF
89	Escola de Esportes UFLA	MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA	DEF
90	FUTSAL PARA SERVIDORES	CARLOS MAGNO ALVARENGA	DEF
91	Ginástica Aeróbica: Equipe de Alto Rendimento	LUIZ HENRIQUE REZENDE MACIEL	DEF
92	Ginástica na UFLA	LUIZ HENRIQUE REZENDE MACIEL	DEF
93	Iniciação esportiva de pessoas com deficiência em Jogos Paralímpicos	NATHALIA MARIA RESENDE	DEF
94	Judô Universitário: da base a Competição	MARCO ANTONIO GOMES BARBOSA	DEF
95	Oficina do Esporte Escolar	FABIO PINTO GONCALVES DOS REIS	DEF
96	Prática recreativa com o Slackline	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF
97	Projeto de Futebol e Futsal "Busca do Talento"	CARLOS MAGNO ALVARENGA	DEF
98	Projeto Voleibol nas Escolas	MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA	DEF
99	UFLA FreeRunners	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF
100	VIVAVÔLEI	MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA	DEF
101	Análise de combustíveis dos postos de Lavras/MG	IRINEU PETRI JUNIOR	DEG
102	Construção e aprimoramento de cabines de desinfecção humana	FILIPE AUGUSTO GAIO DE OLIVEIRA	DEG
103	Criação de material didático digital sobre Usinagem por Abrasão	FILIPE AUGUSTO GAIO DE OLIVEIRA	DEG
104	Desenvolvimento, avaliação energética e difusão tecnológica de uma miniusina de fundição de latas de alumínio de baixo custo.	CARLOS EDUARDO SILVA VOLPATO	DEG
105	Elaboração de projeto arquitetônico do novo prédio do Departamento de Biologia da UFLA.	WISNER COIMBRA DE PAULA	DEG
106	FLUTUANDO NA ENGENHARIA	MIRLEIA APARECIDA DE CARVALHO	DEG
107	PROJETO E CONSTRUÇÃO DE UM VEÍCULO OFF-ROAD, BAJA-UFLA, PARA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ACADÊMICAS	FABIO LUCIO SANTOS	DEG
108	Projeto Rondon - Operação Acre 2019	GISELLE BORGES DE MOURA	DEG
109	A cultura popular na escola: estudo sobre manifestações populares e sobre os elementos a elas associados.	ANDREA PORTOLOMEOS	DEL
110	Análise de Livros Didáticos de Língua Estrangeira, na área de pronúncia.	TUFI NEDER NETO	DEL
111	Ensino de Línguas Adicionais para Fins Específicos	TANIA REGINA DE SOUZA ROMERO	DEL
112	O desenvolvimento da Pronúncia de Língua Inglesa no processo de internacionalização da Ufla	TUFI NEDER NETO	DEL
113	O trabalho com o gênero videoanimação em sala de aula	HELENA MARIA FERREIRA	DEL
114	Oficina de textos: leitura e produção	HELENA MARIA FERREIRA	DEL
115	Tecnologias e Práticas Digitais: ensino-aprendizagem de línguas mediado pelas tecnologias digitais	PATRICIA VASCONCELOS ALMEIDA	DEL
116	Um dedo de verso, um pé de prosa	RODRIGO GARCIA BARBOSA	DEL
117	IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: ESTUDO DE CASO NA CULTURA DA SOJA NA UFLA	BRUNO HENRIQUE SARDINHA DE SOUZA	DEN
118	IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: ESTUDO DE CASO NA CULTURA DO FEJÓEIRO NA UFLA	BRUNO HENRIQUE SARDINHA DE SOUZA	DEN
119	IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: ESTUDO DE CASO NA CULTURA DO MILHO NA UFLA	BRUNO HENRIQUE SARDINHA DE SOUZA	DEN
120	Festa das Estrelas	KAREN LUZ BURGOA ROSSO	DFI
121	Física Divertida	KAREN LUZ BURGOA ROSSO	DFI
122	ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) – UMA ANÁLISE MENSAL DO CUSTO DE PRODUÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS	RENATO ELIAS FONTES	DGA
123	ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) – UMA ANÁLISE MENSAL DA RECEITA DOS PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS	RENATO ELIAS FONTES	DGA
124	Níveis tecnológicos na produção de café e frutas nas principais regiões produtoras do Brasil	LUIZ GONZAGA DE CASTRO JUNIOR	DGA

125	Ciclo de Leituras em Economia Política e Tributação	DANIELA OLIMPIO DE OLIVEIRA	DIR
126	Mapa territorial de associações socioeconômicas	STEFANIA BECATTINI VACCARO	DIR
127	Painéis de Debates "Justiça Tributária, Democracia e Desenvolvimento"	DANIELA OLIMPIO DE OLIVEIRA	DIR
128	PRECISAMOS FALAR SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL	RICARDO AUGUSTO DE ARAUJO TEIXEIRA	DIR
129	EDUMATIN: Educação Especial na perspectiva da Educação Matemática Inclusiva	ROSANA MARIA MENDES	DMM
130	Inserção de Temas de Física Moderna e Contemporânea no Ensino Médio: estudo de possibilidades e elaboração de atividades	IRAZIET DA CUNHA CHARRET	DMM
131	Meninas nas Exatas	AMANDA CASTRO OLIVEIRA	DMM
132	O Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) e o processo de ensinar e aprender Matemática.	MARIO HENRIQUE ANDRADE CLAUDIO	DMM
133	Olimpíada Lavrense de Matemática	ANDREIA DA SILVA COUTINHO	DMM
134	Ações educativas na área de farmacologia, toxicologia e terapêutica de medicina veterinária de latino-américa (online).	MARCOS FERRANTE	DMV
135	Aplicação de técnicas relacionadas com a Medicina Veterinária Integrativa	LUIS DAVID SOLIS MURGAS	DMV
136	ATENDIMENTO DE ANIMAIS SILVESTRES DE VIDA LIVRE NA REGIÃO DE LAVRAS/MG	ANTONIO CARLOS CUNHA LACRETA JUNIOR	DMV
137	Avaliação das condições de saúde física e psicológica dos indivíduos no período de isolamento social devido à pandemia de COVID-	ANA PAULA PECONICK	DMV
138	Capacitação técnica de pessoal do mercado de produtos veterinários (online).	MARCOS FERRANTE	DMV
139	Confeção de lâminas histológicas para o estudo da histologia veterinária	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
140	Confeção de Lâminas Histológicas para o Estudo Microscópico do Sistema Digestório de Aves	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
141	CONTROLE POPULACIONAL DE CANINOS E FELINOS POR MEIO DA ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA	GABRIELA RODRIGUES SAMPAIO	DMV
142	Diagnóstico citológico de doenças de animais de companhia na Região Geográfica Intermediária de Varginha	DJEISON LUTIER RAYMUNDO	DMV
143	DIAGNÓSTICO E CONTROLE DAS DOENÇAS DE BEZERROS EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE LEITE DA REGIÃO DE LAVRAS/MG (2006-2011)	ADRIANA DE SOUZA COUTINHO	DMV
144	Elaboração de material didático para o ensino de farmacologia, toxicologia e terapêutica veterinária (online).	MARCOS FERRANTE	DMV
145	Fisioterapia Veterinária nos animais atendidos no Hospital Veterinário de Grandes Animais da UFLA	MARCOS RODRIGUES DE MATTOS	DMV
146	Investigação de causas de morte e orientação para prevenção de perdas por doença e morte de bovinos	FLADEMIR WOUTERS	DMV
147	MELHOR AMIGO	GABRIELA RODRIGUES SAMPAIO	DMV
148	Nutrição de Animais Silvestres e Exóticos	SAMANTHA MESQUITA FAVORETTO	DMV
149	ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO DE CAMPO BELO, LAVRAS, VARGINHA E POUSO ALEGRE REFERENTE À PREVENÇÃO CONTRA A COVID-19	GLAUCIA FRASNELLI MIAN	DMV
150	PETMV: Promoção de Saúde	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
151	Podcast: Pergunte aos Universitários	ELAINE MARIA SELES DORNELES	DMV
152	Projeto Educação Ambiental Crítica – Produção, Consumo e Fauna	SAMANTHA MESQUITA FAVORETTO	DMV
153	PROMOÇÃO DA SAÚDE ÚNICA: MEDICINA VETERINÁRIA NOS NÚCLEOS DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
154	Sistematização e conservação do museu de anatomia patológica do Setor de Patologia Veterinária (SPV-DMV/UFLA)	DJEISON LUTIER RAYMUNDO	DMV
155	UFLA de porteiros Abertas: Agricultura familiar, desenvolvimento solidário e saúde única	JOAO BOSCO BARRETO FILHO	DMV
156	Veterinário aprendiz voluntário: ações de cuidados e diagnósticos	ANTONIO CARLOS CUNHA LACRETA JUNIOR	DMV
157	Ações de Educação Alimentar e Nutricional para promoção de práticas alimentares saudáveis em grupo de obesos em Lavras, MG	ISABELA COELHO DE CASTRO	DNU
158	ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DE PACIENTES EM TERAPIA NUTRICIONAL DOMICILIAR	LIVIA GARCIA FERREIRA	DNU
159	ALIMENTA - Ambulatório de Saúde do Adulto e do Idoso	MARCELLA LOBATO DIAS CONSOLI	DNU
160	Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África - "Além do Algodão"	CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS	DNU
161	Alternativas para a redução do ganho peso de estudantes ao ingressarem na	ELIZANDRA MILAGRE COUTO	DNU

	Universidade Federal de Lavras (UFLA)		
162	AMAIN - Ambulatório Materno Infantil	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
163	AMAIN - Ambulatório Materno Infantil - fase 2	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
164	Avaliação do consumo nutricional, calórica e de substâncias funcionais pela população do sudeste do Brasil e interv. educativas	MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA	DNU
165	Avaliação do estado nutricional e intervenções de educação nutricional para praticantes de balé no CRAS de Lavras- MG	JUCIANE DE ABREU RIBEIRO PEREIRA	DNU
166	BOLETIM DE NUTRIÇÃO APLICADA AO ESPORTE	ELIZANDRA MILAGRE COUTO	DNU
167	CARPE DIEM- UMA PROPOSTA HOLÍSTICA PARA O BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	IVINA CATARINA DE OLIVEIRA GUIMARAES	DNU
168	CARTILHAS E PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS SOBRE OS DIREITOS E DEVERES DO NUTRICIONISTA, PACIENTES E ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO	MELISSA GUIMARAES SILVEIRA REZENDE	DNU
169	CONFECÇÃO DE BANCO DE DADOS DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS	LIVIA GARCIA FERREIRA	DNU
170	Desenvolvimento de uma Lista de Substituição de Preparações - Parte 2	SANDRA BRAGANCA COELHO	DNU
171	DETERMINAÇÃO DO FATOR DE CORREÇÃO DAS HORTALIÇAS NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS DA UFLA	CAROLINA VALERIANO DE CARVALHO	DNU
172	Direito à Alimentação (Di@): Conhecendo as Dinâmicas Familiares na Perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS	DNU
173	Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional	CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS	DNU
174	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS EM ESCOLAS DE LAVRAS – parte 2 (Continuação)	MELISSA GUIMARAES SILVEIRA REZENDE	DNU
175	Elaboração de um software para cálculo automatizado de Ficha Técnica de Preparo – Fase 2	MARIANA MIRELLE PEREIRA NATIMIDADE	DNU
176	Oficinas sobre alimentação e nutrição - Projeto Boa Horta	IVINA CATARINA DE OLIVEIRA GUIMARAES	DNU
177	PROAMA - Programa de promoção do Aleitamento Materno - fase 2	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
178	Promoção do Aleitamento Materno – PROAMA	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
179	Sustentabilidade e geração de resíduos em uma unidade de alimentação e nutrição de uma Universidade de Minas Gerais	CAROLINA VALERIANO DE CARVALHO	DNU
180	Tabela Nutricional Digital do Album Fotográfico Digital de Porções de Alimentos para Avaliação do Consumo Alimentar Parte 2	SANDRA BRAGANCA COELHO	DNU
181	Triagem nutricional de pacientes internados em unidades hospitalares de Lavras-MG	LIVIA GARCIA FERREIRA	DNU
182	Utilizando as mídias sociais para divulgar estudos e saberes da Ciência da Nutrição Parte 2	SANDRA BRAGANCA COELHO	DNU
183	Ações de popularização da Ciência no Museu de História Natural da UFLA.	PAULO RICARDO DA SILVA	DQI
184	Atividades Investigativas no Ensino Médio de Química	RITA DE CASSIA SUART	DQI
185	Desenvolvimento de materiais didáticos para o Ensino de Química	PAULO RICARDO DA SILVA	DQI
186	Estudos de Casos no ensino de química da Educação Básica	MARIANNA MEIRELLES JUNQUEIRA	DQI
187	APOIO AO SANEAMENTO DESCENTRALIZADO EM COMUNIDADES RURAIS	CAMILA SILVA FRANCO	DRH
188	Apoio técnico jurídico e ambiental a municípios da macro região de Lavras, MG para estruturação legal ambiental	CAMILA SILVA FRANCO	DRH
189	EFEITO ESTUFA - MECANISMOS, PEGADA DE CARBONO e INVENTÁRIOS	MARCELO VIEIRA DA SILVA FILHO	DRH
190	ESTUDO E PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS DO CÂNIL DE LAVRAS - MG: QUARTA FASE	RONALDO FIA	DRH
191	Projeto PMS - Plano de Mobilização Social do PMSB de Lavras-MG	ANDRE GERALDO CORNELIO RIBEIRO	DRH
192	Rodando Dados – um bate papo sobre Meio Ambiente	GILBERTO COELHO	DRH
193	Saúde e Ambiente - Lavras	LUCIENE ALVES BATISTA SINISCALCHI	DRH
194	APOIAR: Acompanhamento em Neurologia e psiquiatria na APAE Lavras	FRANCESCA MARIA MESQUITA	DSA
195	Desenvolvimento de soluções para enfrentamento à pandemia de Covid19	JOZIANA MUNIZ DE PAIVA BARCANTE	DSA
196	EducationAgainstTobacco (EAT - Brazil/UFLA): Prevenção do tabagismo em adolescentes nas escolas de Lavras	VITOR LUIS TENORIO MATI	DSA
197	Entendendo meu Corpo – Programa de Educação Sexual Compreensiva nas escolas da rede pública de Lavras/MG.	DANIELLE CARVALHO SANTANA	DSA
198	O futuro hoje: atenção interdisciplinar à saúde da criança e gestante.	MIRIAM MONTEIRO DE CASTRO GRACIANO	DSA

199	Oficinas de capacitação em suporte básico de vida	GIANCARLA APARECIDA BOTELHO SANTOS	DSA
200	Orientação multidisciplinar sobre hipertensão e diabetes (HIPERDIA) na comunidade	CHRISTIANE MALFITANO	DSA
201	Produção de Modelos Didáticos Tridimensionais para Ensino de Embriologia	JERRY CARVALHO BORGES	DSA
202	Saúde começa pela boca	LUCIANO JOSE PEREIRA	DSA
203	Telessaúde como Ferramenta do Programa Regional de Prevenção e Enfrentamento à Infecção Humana pelo SARS-CoV2 (Covid19)	JOZIANA MUNIZ DE PAIVA BARCANTE	DSA
204	UPA - Unidade de Pronto Alegramento	RODRIGO FERREIRA DE MOURA	DSA
205	Controle zootécnico do rebanho de suínos para o pequeno produtor.	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
206	Extensão e assistência técnica na Fazenda Senhor Bom Jesus (Fazendinha Pe. Israel)	IRAIDES FERREIRA FURUSHO GARCIA	DZO
207	Implementação de manejo reprodutivo em fazendas de pequena produção de leite na região de Lavras-MG	JOSE CAMISAO DE SOUZA	DZO
208	Levantamento e uso das plantas forrageiras adotadas em fazendas comerciais de Lavras e região	MARCIO ANDRE STEFANELLI LARA	DZO
209	Manejo nutricional e melhoramento genético do rebanho leiteiro da UFLA	MARCOS NEVES PEREIRA	DZO
210	O MUNDO ANIMAL NO CEDET	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
211	Perfil dos Criadores e Eficiência Reprodutiva de Equídeos na Região de Lavras, MG.	JOSE CAMISAO DE SOUZA	DZO
212	Produção de ovos em sistema caipira no Setor de Avicultura da Universidade Federal de Lavras	EDISON JOSE FASSANI	DZO
213	Proposta de um modelo UFLA de Maternidade coletiva em cama sobreposta para fêmeas suínas.	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
214	Rede AMO - Acolhimento e Orientação de Mulheres em Situação de Violência	LETICIA GOMES DE MENEZES	REITORIA

ANEXO B – Edital PROEC nº 4/2021, seleção de bolsistas de extensão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
EDITAL PROEC Nº 04/2021

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO E CULTURA

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Lavras torna público este edital e convida os discentes desta instituição a participarem do Programa Institucional de Bolsas de Extensão e em conformidade com o que estabelece este edital e a Resolução CUNI Nº 072, de 13 de setembro de 2018.

1. DOS OBJETIVOS

- 1.1. Institucionalizar ações, visando à difusão das iniciativas acadêmicas que tenham como eixo central a extensão universitária.
- 1.2. Estimular e apoiar a comunidade acadêmica na institucionalização de projetos de extensão.
- 1.3. Contribuir para a formação acadêmica dos estudantes de graduação dos cursos presenciais, por meio da concessão de bolsas de iniciação em extensão.
- 1.4. Selecionar estudantes de graduação para desenvolver ações de extensão universitária vinculadas aos Programas e Projetos de Extensão.
- 1.5. Conceder bolsas de iniciação em extensão universitária a estudantes de graduação para participação no Programa Institucional de Bolsas.

2. DO CRONOGRAMA E DAS INSCRIÇÕES

Este edital ficará aberto para submissão de inscrição de candidatos a bolsas de iniciação em extensão, conforme cronograma estabelecido abaixo:

Cronograma	Prazos
Publicação do Edital pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	22/03/2021
Período de inscrição para estudantes	22/03/2021 a 30/03/2021
Divulgação do resultado preliminar ¹	22/04/2021
Interposição de recursos via e-mail on-line ¹	22 e 23/04/2021
Resultado de recursos ¹	a partir de 27/04/2021
Resultado da primeira chamada ¹	27/04/2021
Confirmação obrigatória de interesse pelo estudante (via SIG) - 1ª chamada	28/04/2021 a 29/04/2021
Resultado da segunda chamada, caso haja.	03/05/2021
Confirmação obrigatória de interesse pelo estudante (via SIG) - 2ª chamada ²	03 a 05/05/2021
Período das atividades do bolsista	01/05/2021 a 31/12/2021

¹ Havendo prorrogação, os prazos poderão ser dilatados por igual período.

² Havendo disponibilidade de bolsas após a 2ª chamada, serão realizadas novas chamadas.

2.1 DOS ESTUDANTES

- 2.1.1 O discente deverá acessar o Sistema Integrado de Gestão (www.sig.ufla.br), efetuar o login, acessar a área de Editais de Bolsas Institucionais, selecionar o Edital, escolher o Projeto e confirmar a inscrição, submetendo os seguintes documentos, **em arquivo único**, na opção "documento":

- a) O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO preenchido. Para facilitar a escolha do candidato por projeto de extensão encontram-se nos anexos (ANEXO 1 e ANEXO 2) deste edital, a lista de projetos cadastrados na PROEC até a data de publicação deste edital.
- b) O PLANO DE TRABALHO a ser executado no âmbito do projeto de extensão ao qual o aluno pretende se vincular. O plano deve atender ao disposto na RESOLUÇÃO CEPE Nº 059, DE 14 DE MAIO DE 2020 e ser flexível de modo a possibilitar a realização das atividades durante a vigência da bolsa, em acordo com as recomendações da equipe de gestão da UFLA, frente à pandemia causada pelo COVID-19.
- c) DECLARAÇÃO de não haver vínculo empregatício ou acúmulo de bolsa.
- d) ACEITE DO ORIENTADOR: será aceito "print" do e-mail institucional do orientador se disponibilizando e concordando com a orientação do candidato.

- 2.1.2. O FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO, o PLANO DE TRABALHO e a DECLARAÇÃO estão disponíveis no site da PROEC (acesse o *link*: <http://proec.ufla.br/programas-e-projetos>). Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, não há necessidade de assinatura nos documentos.
- 2.1.3. O candidato que apresentar inscrição incompleta, ou não atender aos requisitos determinados por este edital será desclassificado. **Os documentos não precisam estar assinados mas é fundamental atender aos quesitos exigidos no tópico 2.1.1 deste edital.**
- 2.1.4. Cada estudante deverá optar por atuar em um projeto e poderá fazer apenas uma inscrição, sob pena de desclassificação.

2.2. DA SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS DE PROJETOS DE EXTENSÃO

- 2.2.1. As propostas de projetos deverão ser devidamente registradas no SIG pelos seus coordenadores, aprovadas pelas instâncias superiores (Colegiado e Chefia) de seus respectivos departamentos ou setores de lotação e aprovadas pela PROEC até o dia 10/04/2021.
- 2.2.2. Mais de um projeto poderá ser proposto por um mesmo coordenador.

3. DAS BOLSAS

- 3.1. Para que haja uma distribuição equânime de bolsistas por orientador, **não será permitido mais de dois bolsistas de extensão por orientador**, excluindo-se bolsistas aprovados em outros editais da PROEC. Casos excepcionais serão avaliados, mediante solicitação por escrito do orientador à PROEC. Não há, contudo, limite para o número de candidatos para um mesmo orientador.
- 3.2. A vigência da bolsa institucional de iniciação em extensão será de oito meses, iniciando-se em 01/05/2021 com término em 31/12/2021.
- 3.3. A bolsa de iniciação em extensão destina-se exclusivamente ao estudante bolsista, sendo vedado seu repasse parcial ou integral para pagamento de outras despesas do projeto.
- 3.4. Serão concedidas bolsas institucionais para iniciação em extensão **EXCLUSIVAMENTE A ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA**, segundo avaliação da PRAEC, devendo ser respeitados os critérios 2.1.1; 3.1 e 4.1 deste edital.
- 3.5. Serão ofertadas um **total de 57 bolsas institucionais de extensão**, sendo:
 - 3.5.1. **Dezoito** bolsas para projetos vinculados aos Programas de Extensão sendo, uma bolsa para cada Programa de Extensão registrado na PROEC no dia da publicação deste edital. A seleção dos discentes a serem contemplados com estas bolsas será realizada internamente pelos Coordenadores dos Programas de Extensão, sempre

atendendo ao quesito 3.4 deste edital. Cabe ao Coordenador do Programa de Extensão realizar a seleção prévia e encaminhar à PROEC (projetos.proec@ufla.br) o nome do discente e selecionado até o dia 22/04/2021 indicando o projeto ao qual o respectivo discente deve ser vinculado.

3.5.2. **Trinta e nove** bolsas serão destinadas aos projetos vinculados ou não, ao Programas de Extensão.

4. DOS REQUISITOS E DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DO BOLSISTA:

- 4.1.1 Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFLA e ter CRA igual ou superior a 45.
- 4.1.2. É recomendável que haja relação entre o curso de graduação do candidato à bolsa e a área de conhecimento abordada no projeto de extensão em que o aluno se candidatou.
- 4.1.3. Desenvolver as atividades previstas no PLANO DE TRABALHO, dedicando pelo menos 12 horas semanais às atividades de iniciação em extensão.
- 4.1.4. Manter atualizados seus dados cadastrais junto à PROEC, quais sejam: endereço eletrônico oficial, endereço postal, telefone fixo, telefone móvel e conta corrente bancária em nome do bolsista (**não será aceita conta poupança**).
- 4.1.5. Participar do Congresso de Extensão da UFLA (CONEX), caso haja, no ano de vigência da bolsa de iniciação em extensão, por meio da apresentação dos resultados pertinentes, na forma definida pela coordenação do congresso.
- 4.1.6. Submeter durante a vigência da bolsa o **Relatório Mensal de Atividades** no SIG.
- 4.1.7. Enviar, junto ao último Relatório Mensal de Atividades, ao término da vigência da bolsa, o **Relatório Final de Atividades e o Certificado de Participação no Congresso de Extensão da UFLA (CONEX), se houver**. Os modelos dos documentos estão disponíveis no site da PROEC.
- 4.1.8. Mencionar a condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas da UFLA nas publicações, trabalhos e eventos dos quais participar.
- 4.1.9. Comunicar imediatamente à PROEC qualquer irregularidade no decorrer da orientação.

4.2 DOS ORIENTADORES

- 4.2.1. Realizar seleção prévia dos candidatos avaliando os requisitos necessários para executar o projeto e **encaminhar ao candidato, via e-mail institucional, o ACEITE DE ORIENTAÇÃO**.
- 4.2.2. Conceder ao estudante no momento da indicação, a **CÓPIA DO PROJETO** e o **PLANO DE TRABALHO**, comprometendo-se formalmente com a orientação do bolsista.
- 4.2.3. Elaborar o **PLANO DE TRABALHO** detalhado do bolsista.
- 4.2.4. Orientar o bolsista no desenvolvimento das atividades do projeto.
- 4.2.5. Orientar o bolsista na elaboração de relatórios e de outros trabalhos técnicos, bem como nas suas apresentações em congressos, seminários ou outros eventos.
- 4.2.6. Avaliar e aprovar o **Relatório Mensal de Atividades** no SIG, no respectivo mês de realização das atividades, durante o todo o período de vigência da bolsa.
- 4.2.7. Requerer e justificar à PROEC, quando for o caso, o desligamento do bolsista.
- 4.2.8. Colaborar com a avaliação de trabalhos no Congresso de Extensão da UFLA (CONEX).
- 4.2.9. Ter **currículo Lattes/CNPq atualizado** em 2021 (<http://www.cnpq.br>).

5. DA SELEÇÃO DOS BOLSISTAS E DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

5.1 Os candidatos que não cumprirem os requerimentos do item 2.1 serão desclassificados.

5.2 Para ser classificado, o candidato à bolsa deverá obter pontuação mínima de 50 pontos (nota final).

5.3. Os candidatos aptos classificados neste edital e não contemplados com bolsa comporão uma lista de espera, podendo ser acionados de acordo com a disponibilidade de vagas no Programa Institucional de Bolsas.

5.4 **Coerência entre projeto e plano de trabalho:** É recomendável que haja coerência entre o projeto, o plano de trabalho e o curso de graduação do candidato, bem como a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

5.5 **Crítérios para avaliação do orientador:** A experiência do orientador em ações de extensão será considerada no processo de classificação do candidato. Serão consideradas ações registradas na PROEC com ocorrência nos últimos cinco anos, pontuadas conforme a Tabela a seguir:

<i>Critério*</i>	<i>Pontuação por unidade</i>	<i>Pontuação máxima</i>
Experiências em Coordenação de projetos de extensão registrados na PROEC	10 pontos por projeto por ano	30
Orientação de entidades de extensão cadastradas na PROEC	5 pontos por entidade por ano	20

* Serão considerados apenas as ações registradas na PROEC e ocorridos nos últimos cinco anos.

Obs.: Pontuação máxima destes critérios: 40 pontos.

5.6 **Crítérios para avaliação do candidato à bolsa:**

5.6.1 **Percentil:** A pontuação dos candidatos será realizada de acordo com o percentil do rendimento acadêmico do candidato em seu curso de graduação. Quanto menor o percentil, mais alto é o rendimento acadêmico de um aluno em relação a seus colegas de curso.

A pontuação do percentil se dará conforme a Tabela a seguir:

<i>Percentil do rendimento acadêmico do candidato em seu curso de graduação (%)</i>	<i>Pontuação</i>
≤ 10	30
10,01 a 20,00	25
20,01 a 30,00	20
30,01 a 40,00	15
maior ou igual a 40,01	10

Obs. Pontuação máxima deste critério: 30 pontos.

5.6.2 **Experiência do candidato em projetos de extensão:** A experiência do candidato em ações de extensão será considerada no processo de classificação. Serão consideradas ações registradas na PROEC com ocorrência nos últimos cinco anos, pontuadas conforme a Tabela a seguir:

<i>Critério*</i>	<i>Pontuação por unidade</i>	<i>Pontuação máxima</i>
Experiências de participação em projeto de extensão na modalidade IER – Iniciação à extensão remunerado (bolsista).	10 pontos por ano	20
Experiências de participação em projeto de extensão na modalidade IEV – Iniciação à extensão voluntário (não bolsista).	10 pontos por projeto por ano	20
Participação em entidades de extensão cadastradas na PROEC	5 pontos por ano	20

* Serão considerados apenas as ações registradas na PROEC e ocorridas nos últimos cinco anos.

Obs. Pontuação máxima deste critério: 30 pontos

6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 6.1 Em caso de empate, será considerado o candidato com maior vulnerabilidade socioeconômica de acordo com os parâmetros estabelecidos pela PRAEC.
- 6.2 Persistindo o empate, após considerado o disposto no item 6.1. deste Edital, será considerado o candidato com menor percentil do rendimento acadêmico em seu curso de graduação.
- 6.3 Persistindo o empate, após considerado o disposto nos itens 6.1 e 6.2 deste Edital, será considerada a coerência do Plano de trabalho apresentado no ato da inscrição.

7. DO RESULTADO

- 7.1. Os resultados serão divulgados nos meios eletrônicos próprios à PROEC, em relação única contendo a ocupação das vagas. É de obrigação do candidato ter acesso a esta relação.

8. DO CANCELAMENTO DA BOLSA

- 8.1. O trancamento geral, o cancelamento geral da matrícula pelo bolsista ou sua desvinculação ao Sistema Integrado de Gestão (SIG) implicará em cancelamento imediato da bolsa.
- 8.2. A bolsa será cancelada se comprovado o acúmulo de bolsas ou o estabelecimento de vínculo empregatício de qualquer natureza ou o exercício de atividade remunerada, incluindo estágio.
- 8.3. A mudança de curso implicará em cancelamento da bolsa.

9. DOS BOLSISTAS APROVADOS

- 9.1. Os candidatos aprovados deverão acessar o Sistema Integrado de Gestão (www.sig.ufla.br), na área de Editais de Bolsas Institucionais e:
 - 9.1.1. **Confirmar o Termo de Compromisso;**
 - 9.1.2. Cadastrar os dados bancários no período da chamada vigente.
- 9.2. Após a manifestação de interesse pela vaga, o discente deverá apresentar-se a seu orientador de bolsa para iniciar os trabalhos, atendendo às recomendações da equipe de gestão da UFLA com relação aos trabalhos remotos no período emergencial em função da pandemia gerada pelo COVID-19.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Em caso de desistência da bolsa, por qualquer motivo, será convocado o próximo candidato seguindo-se a lista de espera da PROEC. Para não haver prejuízo à continuidade do projeto, o orientador poderá incluir discente voluntário à equipe.
- 10.2. Não estão previstos neste edital os aportes de recursos pela UFLA para a cobertura de outras despesas, de qualquer natureza, necessárias à execução do projeto, inclusive as despesas de transporte, alimentação ou hospedagem do bolsista e, ou, voluntário.
- 10.3. Ao se inscrever neste edital, o coordenador e o candidato à bolsa declaram que atendem e aceitam as normas do edital e da Resolução CUNI N° 072, de 13/09/2018.
- 10.4. Casos não previstos neste edital serão avaliados pela PROEC.
- 10.5. Mais informações podem ser encontradas em:
<http://www.proec.ufla.br/site/programas-e-projetos/>

Lavras, 22 de março de 2021.

Ismene Noline
Coordenadora de Programas e Projetos

ATENÇÃO:

Foram incluídos neste edital os projetos que se encontram em fase de renovação para disponibilizar mais opções de seleção e escolha para os discentes candidatos à bolsa de extensão. Solicitamos aos coordenadores dos referidos projetos que participem aos alunos a situação dos seus projetos, no momento de formalizar o ACEITE DE ORIENTAÇÃO.

A data de vigência do projeto pode ser consultada pelo Coordenador do projeto, mediante acesso ao SIG.

ANEXO 1

Projetos **VINCULADOS** a Programas de Extensão cadastrados na PROEC, até a data de lançamento deste edital.

Nº	Programa	Coordenador	Título do Projeto	Coordenador	Setor
1	Prazer escola: Matemática, poesia e xadrez	Nelson Antonio Silva	Olimpiada Lavrense de Matemática	Andreia Da Silva Coutinho	DEX
			Iniciação ao Xadrez para professores: o jogo como ferramenta didático-pedagógica	Julio Silvio De Sousa Bueno Filho	DES
2	Programa de extensão em paradesporto e recreação – prepare	Nathália Maria Resende	Iniciação esportiva de pessoas com deficiência em Jogos Paralímpicos	Nathalia Maria Resende	DEF
			Brincando e Aprendendo	Maria Rachel Vitorino	DEF
3	Conjuntura econômica e mercado	Heloisa Rosa Carvalho	O IPC da UFLA: uma avaliação da planilha da pesquisa de orçamento familiar	Heloisa Rosa Carvalho	DAE
			Índice de Confiança Empresarial – ETAPA 2	Paloma Santana Moreira Pais	DAE
			Índice de Preços de Imóveis anunciados no município de Lavras – IPIA-UFLA	Ednilson Sebastiao DeAvila	DAE
4	Extensão para o desenvolvimento da produção animal	Sarah Laguna Conceição Meirelles	Desenvolvimento e consultoria técnica na seleção de bovinos de corte no sul de Minas Gerais	Sarah Laguna Conceição Meirelles	DZO
			Desenvolvimento e Consultoria técnica no melhoramento genético de bovinos Tabapuã	Sarah Laguna Conceição Meirelles	DZO
			A inseminação artificial na suinocultura da UFLA	Rony Antonio Ferreira	DZO
			Extensão e assistência técnica na comunidade Eterna Misericórdia	Rony Antonio Ferreira	DZO
5	Observatório de políticas públicas	Júlia Moretto Amâncio	Laboratório de monitoramento e avaliação de programas sociais	Gustavo Costa De Souza	DAE
			Ciclos de debates de políticas públicas	Gustavo Costa de Souza	DAE
			Apoio burocrático-legal à estruturação do Sistema Municipal de Cultura em Lavras	Luciana Braga Silveira	DAE
			Assessoria à criação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) de Lavras	Luciana Braga Silveira	DAE
			Educação Política Nas Escolas	Julia Moretto Amâncio	DAE
			Escola da Cidadania	Julia Moretto Amâncio	DAE
			Gestão de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil: o novo Marco Regulatório	Julia Moretto Amâncio	DAE
6	Comunicação pública da ciência na Universidade Federal de Lavras	Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva	Ciência em Prosa – Revista de jornalismo científico da Universidade Federal de Lavras	Ana Eliza Ferreira Alvim da Silva	REI-TORIA
			Minuto do Câmpus	Glaucia da Silva Mendes Moraes	REI-TORIA
7	As Ciências Sociais da UFLA convidam: portas e cabeças abertas ao diálogo com a cidade de Lavras		Repensando os clássicos de interpretação do Brasil	Marcelo Sevybricker Moreira	DCH
			Gênero na Teoria Social	Juliana A. dos Santos	DCH
			A situação da Sociologia no Ensino Médio: diagnóstico de sua integração na grade curricular das escolas de Lavras	Conrado Pires de Castro	DCH
			Diálogos com a cidade	Marcelo S. Moreira	DCH

Nº	Programa	Coordenador	Título do Projeto	Coordenador	Setor
8	Formação integral na educação infantil: articulação de saberes e práticas	Letícia Silva Ferreira	BrincArte: tecendo experiências brincantes no Nedi	Katia Batista Martins	NEDI
			Educação ambiental no Núcleo de Educação da Infância (Nedi): brincando com coisa séria	Apolliane Xavier Moreira dos Santos	NEDI
			Educação Nutricional no Núcleo de Educação da Infância –Nedi	Ana Paula Coelho Silva	NEDI
			Musiquês: linguagem musical no Nedi	Danuzia Roberta Pereira Lima	NEDI
			O movimento no cotidiano da Educação Infantil	Adriana Priscilla Duarte de Melo	NEDI
9	Extensão em patologia veterinária	Angelica Terezinha Barth Wouters	Diagnóstico citológico de doenças de animais de companhia na Região Geográfica Intermediária de Varginha	DjeisonLutier Raymundo	DMV
			Diagnóstico de doenças em animais de produção, companhia e selvagens na Região Geográfica Intermediária de Varginha -Fase II	Angelica Terezinha Barth Wouters	DMV
			Investigação de causas de morte e orientação para prevenção de perdas por doença e morte de bovinos	FlademirWouters	DMV
			Sistematização e conservação do museu de anatomia patológica do Setor de Patologia Veterinária (SPV-DMV/UFLA)	DjeisonLutier Raymundo	DMV
10	Inovação e formação empreendedora na Universidade Federal de Lavras	Paulo Henrique Montagna Vicente Leme	InovaHub – Ampliando as ações do hub de startups da Ufla	Luiz Gonzaga De Castro Junior	DGA
			EmpreendeUFLA– Ações de Inovação e Empreendedorismo na UFLA	Paulo Henrique Montagna Vicente Leme	DGA
11	Centro de inteligência em governos (CIGov)	Denis Renato de Oliveira	Desenvolvimento e análise de indicadores ambientais	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores culturais	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores de segurança pública	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores educacionais	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores em assistência social	Denis Renato de Oliveira	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores em gestão e finanças públicas	Janderson Martins Vaz	DAE
			Desenvolvimento e análise de indicadores em saúde pública	Denis Renato de Oliveira	DAE
12	Matemática em todo lugar	Ana Claudia Pereira	Boletim Lavrensede Divulgação Matemática	Ana Claudia Pereira	DEX
			Matemática para todos	Graziane Sales Teodoro	DEX
13	Currículo, gestão e avaliação – formação dos profissionais da educação e melhoria da qualidade	Paulo Henrique Arcas	Avaliação institucional da escola e o projeto político pedagógico	Paulo Henrique Arcas	DED
			A promoção do desenvolvimento humano integral na formação docente	Marcio Magalhaes da Silva	DED
			Construindo a proposta pedagógica de instituições voltadas para a inclusão escolar do município de Lavras	Paulo Henrique Arcas	DED
			Formação de gestores escolares: revisando o projeto político pedagógico e aperfeiçoando a gestão escolar.	Paulo Henrique Arcas	DED
14	Ações integradas de Educação Alimentar e Nutricional por abordagens pedagógicas dialógicas, problematizadoras e intuitivas para promoção da saúde da população	MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA	A dimensão da espiritualidade na saúde e na alimentação: contribuições para a prática de Educação Alimentar e Nutricional	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Ações de aperfeiçoamento em Educação Alimentar e Nutricional para nutricionistas do município de Lavras – MG e região	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Boletins de Extensão como estratégia de capacitação de profissionais em Educação Alimentar e Nutricional	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Estratégias Educação Alimentar e Nutricional em diferentes grupos e instituições do município de Lavras (MG) e região	Michel Cardoso de Angelis Pereira	DNU
			Método intuitivo como estratégia pedagógica inovadora em Educação Alimentar e Nutricional	Michel Cardoso De Angelis Pereira	DNU
			Orientação nutricional sobre rótulos de alimentos para crianças matriculadas em escolas municipais de Lavras, MG	JucianeDe Abreu Ribeiro Pereira	DNU

Nº	Programa	Coordenador	Título do Projeto	Coordenador	Setor
15	Agroecologia, extensão rural, alimentação saudável e educação ambiental: diálogos entre universidade, agricultores(as), comunidades locais e escolas públicas	Viviane Santos Pereira	Construindo saberes na feira agroecológica na UFLA	Viviane Santos Pereira	DAE
			Articulando grupos, agricultores e experiências para o fortalecimento da agroecologia e mercados institucionais no sul de Minas	Thiago Rodrigo de Paula Assis	DAE
			Segurança alimentar e boas práticas nos serviços de alimentação em escolas estaduais de lavras- processo interdisciplinar	Olga Lucia Mondragon Bernal	DCA
			Comer, unir e transformar: Um diálogo entre a Educação Ambiental Crítica e a Alimentação Escolar	Marina BattistettiFestozo	DBI
			Coletivo mutirão horta pró-nobis: aprimoramento participativo para a transição agroecológica	Luis Claudio Patemo Silveira	DEN
16	Cooperação técnica UFLA – ABC/MRE – Cooperação Sul-Sul	Elisangela Elena Nunes Carvalho	Caminhos do algodão – centro de inovação do algodão de Moçambique	Heloisa Oliveira dos Santos	DAG
			Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África – “Além do Algodão”	Carolina Martins dos Santos Chagas	DNU
			Preservação do potencial produtivo das zonas produtoras de algodão no Mali –Cotton Solos	Joao Jose GranateSáe Melo Marques	DCS
			Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria (Tanzânia-Quênia-Burundi) – Projeto Cotton-Vict	Pedro Castro Neto	DEA
			Cotton Solos: um projeto visando contribuir para o aumento da produtividade no sistema produtivo de algodão no Mali, África	Guilherme Lopes	DCS
17	Programa de música	Daniel Paes De Barros Pinto	Coral Vozes do Campus – 2020 –“Cantando a América Latina”	Daniel Paes De Barros Pinto	PROEC
			Orquestra de Cordas da UFLA – 2020	Daniel Paes De Barros Pinto	PROEC
			Pequenos Grandes Violinistas – UFLA/UFSJ	Daniel Paes De Barros Pinto	PROEC
18	Programa de dança	Maria Cristina Angelico Mendonca	Dança de Salão Inclusiva no Contexto Universitário	Maria Cristina Angelico Mendonca	DGA
			Dança inclusiva no contexto universitário	Maria Cristina Angelico Mendonca	DGA

ANEXO 2

Projetos NÃO VINCULADOS a Programas de Extensão cadastrados na PROEC, até a data de lançamento deste edital.

Nº	Título do Projeto	Coordenador(a)	Setor
1	A avifauna como tema gerador para discussão e reflexão sobre a conservação da biodiversidade	MARCO AURELIO LEITE FONTES	DCF
2	A cultura popular na escola: estudo sobre manifestações populares e sobre os elementos a elas associados.	ANDREA PORTOLOMEOS	DEL
3	A formação em Engenharia Florestal	LUCAS AMARAL DE MELO	DCF
4	A Lei Aldir Blanc e o fomento à participação social no setor cultural na microrregião de Lavras.	LUCIANA BRAGA SILVEIRA	DAE
5	A Política mudou de lugar? Mídia, democracia e políticas públicas no Brasil contemporâneo	CAMILA MARIA RISSO SALES	DAE
6	A Universidade Federal de Lavras como núcleo irradiador do Plano Conservador da Mantiqueira	RAFAEL EDUARDO CHIODI	DAE
7	AAA- Ambulatório de Alergia Alimentar	LUCIANA GIAROLLA DE MATOS	DCS
8	Acessibilidade Digital nos serviços públicos	ANDRE PIMENTA FREIRE	DCC
9	Ações de Educação Alimentar e Nutricional para promoção de práticas alimentares saudáveis em grupo de obesos em Lavras, MG	ISABELA COELHO DE CASTRO	DNU
10	Ações de popularização da Ciência no Museu de História Natural da UFLA.	PAULO RICARDO DA SILVA	DQI
11	Ações educativas na área de farmacologia, toxicologia e terapêutica de medicina veterinária de latino-américa (online)	MARCOS FERRANTE	DMV

12	ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL DE PACIENTES EM TERAPIA NUTRICIONAL DOMICILIAR	LIVIA GARCIA FERREIRA	DNU
13	Agricultura familiar e sistemas seguros de fornecimentos de alimentos para um município mineiro	MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA	DNU
14	ALIMENTA - Ambulatório de Saúde do Adulto e do Idoso	MARCELLA LOBATO DIAS CONSOLI	DNU
15	Alimentando Conhecimentos-Fase II	ELLEN CRISTINA DE SOUZA	DCA
16	Alimentos e Engenharia: Desmistificando o Processamento	ALEXANDRE DE PAULA PERES	DCA
17	Alimentos e Engenharia: Um Enfoque no Processamento	ALEXANDRE DE PAULA PERES	DCA
18	Alternativas para a redução do ganho peso de estudantes ao ingressarem na Universidade Federal de Lavras (UFLA)	ELIZANDRA MILAGRE COUTO	DNU
19	AMAIN - Ambulatório Materno Infantil	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
20	AMAIN - Ambulatório Materno Infantil - fase 2	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
21	Análise de combustíveis dos postos de Lavras/MG	IRINEU PETRI JUNIOR	DEG
22	Análise de Livros Didáticos de Língua Estrangeira, na área de pronúncia.	TUFI NEDER NETO	DEL
23	Aperfeiçoamento em Ultimate Frisbee	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF
24	Aplicação de técnicas relacionadas com a Medicina Veterinária Integrativa	LUIS DAVID SOLIS MURGAS	DMV
25	Aplicações de Técnicas Etológicas Voltadas ao Manejo e Bem-Estar de Animais de Experimentação e Animais Silvestres	SAMANTHA MESQUITA FAVORETTO	HOSPITAL VETERINARIO
26	APOIAR: Acompanhamento em Neurologia e psiquiatria na APAE Lavras	FRANCESCA MARIA MESQUITA	DSA
27	Apoio ao planejamento, desenvolvimento, implementação, manutenção, documentação e sustentação da plataforma tecnológica do SICAR	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
28	APOIO AO SANEAMENTO DESCENTRALIZADO EM COMUNIDADES RURAIS	CAMILA SILVA FRANCO	DRH
29	Apoio Educacional para o ENEM	PEDRO IVO RIBEIRO DINIZ	DIR
30	Apoio técnico jurídico e ambiental a municípios da macro região de Lavras, MG para estruturação legal ambiental	CAMILA SILVA FRANCO	DRH
31	APOIO TÉCNICO NA RECOMPOSIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO EXTREMO SUL DA BAHIA E DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO, EM APOIO DO PROGRAMA AR	LUCAS AMARAL DE MELO	DCF
32	Aquarela Cultural	DEBORA RACY SOARES	DEL
33	Artes Visuais Digitais	LUIS MARCELO TAVARES DE CARVALHO	DCF
34	ASAS – Acessibilidade na Saúde em Atendimento aos Surdos	WANDERSON SAMUEL MORAES DE SOUZA	COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE/PRAEC
35	Assessoria de imprensa para o fortalecimento da divulgação científica	CAMILA DE SOUZA CAETANO	DCOM
36	ATENDIMENTO DE ANIMAIS SILVESTRES DE VIDA LIVRE NA REGIÃO DE LAVRAS/MG	ANTONIO CARLOS CUNHA LACRETA JUNIOR	DMV
37	ATIVIDADE FÍSICA PARA PORTADORES DE CANCER DA CASA DE APOIO LAR E VIDA	SANDRO FERNANDES DA SILVA	DEF
38	Atividades Investigativas no Ensino Médio de Química	RITA DE CASSIA SUART	DQI
39	Atuação de licenciados na gestão: olhares sobre os processos administrativos/pedagógicos em escolas de Lavras e região	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	DED
40	Automação Inteligente Predial da UFLA	FABIO DOMINGUES DE JESUS	DAT
41	Auxílio ao Comitê Especial de Emergência - Coronavírus (COVID19) e outras emergências: vigilância e monitoramento das atividades	CHRISTIANE MARIA BARCELLOS MAGALHAES DA ROCHA	DMV
42	Auxílio na Coordenadoria de Programas e Projetos da PROEC	RONY ANTONIO FERREIRA	PROEC
43	Avaliação das condições de saúde física e psicológica dos indivíduos no período de isolamento social devido à pandemia de COVID-	ANA PAULA PECONICK	DMV
44	Avaliação do consumo nutricional, calórica e de substâncias funcionais pela população do sudeste do Brasil e interv. educativas	MICHEL CARDOSO DE ANGELIS PEREIRA	DNU
45	Avaliação do Ensino-Aprendizagem de Metodologias Inovadoras Aplicadas ao Ensino de Embriologia na Universidade Federal de Lavras	JERRY CARVALHO BORGES	DCS

46	Avaliação do estado nutricional e intervenções de educação nutricional para praticantes de balé no CRAS de Lavras- MG	JUCIANE DE ABREU RIBEIRO PEREIRA	DNU
47	Avaliação do Estresse Ocupacional e seus efeitos na saúde de Gestores de Escolas Públicas Estaduais de Lavras	MARIA ANGELA DO NASCIMENTO GOMES	DAE
48	BATE PAPO SOBRE SAÚDE ÚNICA	CHRISTIANE MARIA BARCELLOS MAGALHAES DA ROCHA	DMV
49	BOLETIM DE NUTRIÇÃO APLICADA AO ESPORTE	ELIZANDRA MILAGRE COUTO	DNU
50	BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÃO DOCENTE COMPROMETIDA COM OS BRINCARES	FRANCINE DE PAULO MARTINS LIMA	DED
51	Capacitação em tecnologia, robótica e automação	VINICIUS MIRANDA PACHECO	DEPARTAMENTO DE AUTOMATICA/ESCOLAENG
52	Capacitação em tecnologia, robótica e automação para estudantes de ensino fundamental e médio.	FELIPE OLIVEIRA E SILVA	DEPARTAMENTO DE AUTOMATICA/ESCOLAENG
53	Capacitação global referente aos processos de estágio	ANDRE CHAGAS FERREIRA DE SOUZA	DCH
54	CAPACITAÇÃO PRÁTICA E TEÓRICA EM ROBÓTICA E MECÂNICA VOLTADA PARA APLICAÇÕES DE MERCADO.	LEONARDO SILVEIRA PAIVA	DEPARTAMENTO DE AUTOMATICA/ESCOLAENG
55	Capacitação técnica de pessoal do mercado de produtos veterinários (online).	MARCOS FERRANTE	DMV
56	Capoeira Angola e Manifestações Culturais Afro-Brasileiras no Município de Lavras – MG	SUZANA MARIA DOS SANTOS COSTA	DBI
57	CARPE DIEM– UMA PROPOSTA HOLÍSTICA PARA O BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	IVINA CATARINA DE OLIVEIRA GUIMARAES	DNU
58	CARTILHAS E PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS SOBRE OS DIREITOS E DEVERES DO NUTRICIONISTA, PACIENTES E ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO	MELISSA GUIMARAES SILVEIRA REZENDE	DNU
59	Cenário da qualidade e produtividade dos Serviços de Saúde Pós-pandemia: Um estudo em Lavras- MG	MARIA ANGELA DO NASCIMENTO GOMES	DAE
60	Ciclo de Leituras em Economia Política e Tributação	DANIELA OLIMPIO DE OLIVEIRA	DIR
61	Ciência em Ação: atividades de popularização da Ciência no MHN e em escolas do município de Lavras e região	JOSE SEBASTIAO ANDRADE DE MELO	PROEC
62	CINE DEBATE MARCAS DA MEMÓRIA	GUSTAVO COSTA DE SOUZA	DAE
63	Clonagem da gameleira (Ficus lagoensis) no contexto histórico da Inconfidência Mineira	GILVANO EBLING BRONDANI	DCF
64	Clonem do Cafeiro	ADRIANO TEODORO BRUZI	DAG
65	Comércio Justo e Universidade – Ações de Extensão para Capacitação de Produtores e Incentivo ao Desenvolvimento Local	PAULO HENRIQUE MONTAGNANA VICENTE LEME	DAE
66	CONFECÇÃO DE BANCO DE DADOS DE COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS	LIVIA GARCIA FERREIRA	DNU
67	Confecção de lâminas histológicas para o estudo da histologia veterinária	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
68	Confecção de Lâminas Histológicas para o Estudo Microscópico do Sistema Digestório de Aves	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
69	Construção e aprimoramento de cabines de desinfecção humana	FILIPE AUGUSTO GAIO DE OLIVEIRA	DEG
70	CONTROLE POPULACIONAL DE CANINOS E FELINOS POR MEIO DA ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA	GABRIELA RODRIGUES SAMPAIO	DMV
71	Controle zootécnico do rebanho de suínos para o pequeno produtor.	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
72	Criação de coleção de animais peçonhentos, ações educativas e de divulgação associadas aos acidentes com estes animais	HUGO SHISEI TOMA	DMV
73	Criação de material didático digital sobre Usinagem por Abrasão	FILIPE AUGUSTO GAIO DE OLIVEIRA	DEG
74	Cultivo dos cogumelos Pleurotusostreatus e P. pulmonarius segundo pacote tecnológico desenvolvido para pequenos produtores e ag:	EUSTAQUIO SOUZA DIAS	DBI
75	DA ESCURIDÃO DAS CAVERNAS À LUZ DO CONHECIMENTO: divulgação de conhecimento em áreas cársticas de Minas Gerais	MARCONI SOUZA SILVA	DBI
76	Desenvolvimento de Documentos de Gerência de Projetos	HEITOR AUGUSTUS XAVIER COSTA	DCC
77	Desenvolvimento de listas de espécies exóticas invasoras, elaboração de base de dados e análise de vias e vetores	RAFAEL DUDEQUE ZENNI	DEC
78	Desenvolvimento de materiais didáticos para o Ensino de Química	PAULO RICARDO DA SILVA	DQI

79	Desenvolvimento de soluções para enfrentamento à pandemia de Covid19	JOZIANA MUNIZ DE PAIVA BARCANTE	DSA
80	Desenvolvimento de uma Lista de Substituição de Preparações - Parte 2	SANDRA BRAGANCA COELHO	DNU
81	Desenvolvimento e Disseminação de Soluções em Automação na UFLA.	BRUNO HENRIQUE GROENNER BARBOSA	DAT
82	Desenvolvimento, avaliação energética e difusão tecnológica de uma miniusina de fundição de latas de alumínio de baixo custo.	CARLOS EDUARDO SILVA VOLPATO	DEG
83	DETERMINAÇÃO DO FATOR DE CORREÇÃO DAS HORTALIÇAS NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS DA UFLA	CAROLINA VALERIANO DE CARVALHO	DNU
84	Diagnóstico das condições de segurança no meio ambiente do trabalho na construção civil no ambiente da UFLA.	GIOVANNI FRANCISCO RABELO	DAT
85	Diagnóstico de compactação do solo em sistema plantio direto	BRUNO MONTOANI SILVA	DCS
86	Diagnóstico de Conscientização da Preservação das Fontes de Água na Serra do Espinhaço	JOSE DE ARIMATEIA DIAS VALADAO	DAE
87	DIAGNÓSTICO E CONTROLE DAS DOENÇAS DE BEZERRAS EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE LEITE DA REGIÃO DE LAVRAS/MG (2006-2011)	ADRIANA DE SOUZA COUTINHO	DMV
88	Diagnóstico e Tratamento das doenças dos ruminantes atendidos em Lavras - MG e região	HUGO SHISEI TOMA	DNMV
89	Diálogos entre ciência e sociedade (tradução e storytelling)	FLAVIA LUCIANA NAVES MAFRA	DAE
90	Dias de campo em unidades demonstrativas com frutíferas de clima temperado no Sul de Minas	RAFAEL PIO	DAG
91	Difusão de tecnologias e de novas variedades de cana-de-açúcar para produção de cachaça para produtores da região de Lavras-MG	GUILHERME VIEIRA PIMENTEL	DAG
92	Direito à Alimentação (Di@): Conhecendo as Dinâmicas Familiares na Perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional	CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS	DNU
93	Educação Alimentar e Nutricional com juventudes: mobilização, redes e cooperação institucional	CAROLINA MARTINS DOS SANTOS CHAGAS	DNU
94	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS EM ESCOLAS DE LAVRAS – parte 2 (Continuação).	MELISSA GUIMARAES SILVEIRA REZENDE	DNU
95	Education Against Tobacco (EAT - Brazil/UFLA): Prevenção do tabagismo em adolescentes nas escolas de Lavras	VITOR LUIS TENORIO MATI	DSA
96	EDUMATIN: Educação Especial na perspectiva da Educação Matemática Inclusiva	ROSANA MARIA MENDES	DMM
97	EFEITO ESTUFA - MECANISMOS, PEGADA DE CARBONO e INVENTÁRIOS	MARCELO VIEIRA DA SILVA FILHO	DRH
98	Efeitos ecossistêmicos derivados do rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão para efeitos de reparação socioambiental	OTAVIO CAMARGO CAMPOE	DCF
99	Elaboração de material didático para o ensino de farmacologia, toxicologia e terapêutica veterinária (online).	MARCOS FERRANTE	DMV
100	Elaboração de projeto arquitetônico do novo prédio do Departamento de Biologia da UFLA.	WISNER COIMBRA DE PAULA	DEG
101	Elaboração de um software para cálculo automatizado de Ficha Técnica de Preparo – Fase 2	MARIANA MIRELLE PEREIRA NATIVIDADE	DNU
102	Empreendedorismo na Escola	DANIELA MEIRELLES ANDRADE	DAE
103	ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL E O BEM-ESTAR DE COELHOS PETS ALOJADOS NO SETOR DE CUNICULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	LUCIANA DE PAULA NAVES	DZO
104	Ensino de Línguas Adicionais para Fins Específicos	TANIA REGINA DE SOUZA ROMERO	DEL
105	ENSINO DE PRIMEIROS SOCORROS NA PANDEMIA	GIANCARLA APARECIDA BOTELHO SANTOS	DCS
106	Ensino de Programação de Jogos para Dispositivos Móveis	ANA PAULA PIOVESAN MELCHIORI	DCC
107	Ensino de Programação Utilizando Arduino	RENATO RAMOS DA SILVA	DCC
108	Ensino de Programação Utilizando Arduino	RENATO RAMOS DA SILVA	DCC
109	Entendendo meu Corpo – Programa de Educação Sexual Compreensiva nas escolas da rede pública de Lavras/MG.	DANIELLE CARVALHO SANTANA	DSA
110	Equipes de Cheerleading	LUIZ HENRIQUE REZENDE MACIEL	DEF
111	Escalada Esportiva	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF

112	Escola de Esportes UFLA	MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA	DEF
113	ESCOLA DE FAMÍLIAS: SABERES ESCOLARES E PRÁTICAS FAMILIARES, UMA RELAÇÃO POSSÍVEL	ANA PAULA COELHO SILVA	NEDI
114	Escola de Governo da UFLA	JOSE ROBERTO PEREIRA	DAE
115	Estabelecendo relações dialógicas entre Universidade, Sistemas de ensino e escolas: o estágio no curso de Pedagogia	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	DED
116	ESTUDO E PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS DO CANIL DE LAVRAS - MG: QUARTA FASE	RONALDO FIA	DRH
117	Estudo sobre eficiência energética e automação em veículos	DANTON DIEGO FERREIRA	DAT
118	Estudos de Casos no ensino de química da Educação Básica	MARIANNA MEIRELLES JUNQUEIRA	DQI
119	Extensão e assistência técnica na Fazenda Senhor Bom Jesus (Fazendinha Pe. Israel)	IRAIDES FERREIRA FURUSHO GARCIA	DZO
120	Extensão Universitária na UFLA: as entidades de extensão e o papel da PROEC	ELISANGELA ELENA NUNES CARVALHO	DAE
121	Festa das Estrelas	KAREN LUZ BURGOA ROSSO	DFI
122	Física Divertida	KAREN LUZ BURGOA ROSSO	DFI
123	Fisioterapia Veterinária nos animais atendidos no Hospital Veterinário de Grandes Animais da UFLA	MARCOS RODRIGUES DE MATTOS	DMV
124	FLUTUANDO NA ENGENHARIA	MIRLEIA APARECIDA DE CARVALHO	DEG
125	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS	ILSA DO CARMO VIEIRA GOULART	DED
126	Formação para a Docência no Ensino Superior na Pós-Graduação: Atividades Didático-pedagógicas para Formação Inicial	CLERIA DONIZETE DA SILVA LOURENCO	DAE
127	Formação técnica e pedagógica em TDICs para profissionais da educação básica no contexto do estudo remoto emergencial (ERE)	SAYONARA RIBEIRO MARCELINO CRUZ	DADE
128	Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil nos desafios da formação docente: possibilidades para atividades remotas	CAROLINA FARIA ALVARENGA	DED
129	Fotografias - Imagens de Satélite - Mapas: análise espaço temporal do campus da UFLA de 1964 a 2020	ELIZABETH FERREIRA	DEG
130	FUNGOS NATIVOS E MICROBIOTA TERROIR EM ALIMENTOS ARTESANAIS	LUIS ROBERTO BATISTA	DCA
131	FUTSAL PARA SERVIDORES	CARLOS MAGNO ALVARENGA	DEF
132	Gestão da Fazenda Palmital	MARINA DE ARRUDA CAMARGO DANES	DZO
133	Gestão financeira de pequenos empreendimentos: conceitos e aplicações	JOSE WILLER DO PRADO	DAE
134	Ginástica Aeróbica: Equipe de Alto Rendimento	LUIZ HENRIQUE REZENDE MACIEL	DEF
135	Ginástica na UFLA	LUIZ HENRIQUE REZENDE MACIEL	DEF
136	GRUPO UNIVERSITARIO DE TEATRO - GUT	LUIS MARCELO TAVARES DE CARVALHO	DCF
137	HORTA COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DO FUNIL – MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG	RAQUEL MARIA DE OLIVEIRA PIRES	DAG
138	Imagem-pensamento: filosofia e cinema na UFLA	LUIZ ROBERTO TAKAYAMA	DCH
139	Implantação de horta comunitária na Comunidade Bethania – Lavras/MG	HELOISA OLIVEIRA DOS SANTOS	DAG
140	Implantação de horta educacional infantil na Universidade Federal de Lavras (UFLA): Plantando sementes para a Educação Ambiental	VALTER CARVALHO DE ANDRADE JUNIOR	DAG
141	IMPLANTAÇÃO DE PARÂMETROS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS E OPERACIONAIS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS	ERIC FERNANDES DE MELLO ARAUJO	DCC
142	Implantação de sistema de produção de suínos em Nepomuceno: projeto ARACNE organics the best quality of swine meat.	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
143	Implementação de horta medicinal na Instituição de Acolhimento e Recuperação Eterna Misericórdia	SUZAN KELLY VILELA BERTOLUCCI	DAG
144	Implementação de manejo reprodutivo em fazendas de pequena produção de leite na região de Lavras-MG	JOSE CAMISAO DE SOUZA	DZO

145	IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: ESTUDO DE CASO NA CULTURA DA SOJA NA UFLA	BRUNO HENRIQUE SARDINHA DE SOUZA	DEN
146	IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: ESTUDO DE CASO NA CULTURA DO FEJÓEIRO NA UFLA	BRUNO HENRIQUE SARDINHA DE SOUZA	DEN
147	IMPLEMENTAÇÃO DO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS: ESTUDO DE CASO NA CULTURA DO MILHO NA UFLA	BRUNO HENRIQUE SARDINHA DE SOUZA	DEN
148	Inclusão Digital na APAE/Lavras	HEITOR AUGUSTUS XAVIER COSTA	DCC
149	INCLUSÃO SOCIAL – APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS	CLEITON LOURENCO DE OLIVEIRA	DAG
150	INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES MATERIAIS RECICLÁVEIS	JOSE ROBERTO PEREIRA	DAE
151	ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS (IPP) – UMA ANÁLISE MENSAL DO CUSTO DE PRODUÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS	RENATO ELIAS FONTES	DGA
152	ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS (IPR) – UMA ANÁLISE MENSAL DA RECEITA DOS PRODUTORES RURAIS NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS	RENATO ELIAS FONTES	DGA
153	Inserção de Atividades de Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Lavras, MG	SABRINA SOARES DA SILVA	DAE
154	Inserção de Temas de Física Moderna e Contemporânea no Ensino Médio: estudo de possibilidades e elaboração de atividades	IRAZIET DA CUNHA CHARRET	DMM
155	Interação entre engenharia e música por meio de instrumentos de cordas - Continuação	RICARDO RODRIGUES MAGALHAES	DAT
156	Interfaces Lúdicas entre Educação Ambiental e Prevenção de Doenças Infectoparasitárias: Somar para Crescer (Fase II)	SIDNEY DE ALMEIDA FERREIRA	DCS
157	Judô Universitário: da base a Competição	MARCO ANTONIO GOMES BARBOSA	DEF
158	LABORATÓRIO DE DIDÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE	FRANCINE DE PAULO MARTINS LIMA	DED
159	Laboratório de Mobilidade Terrestre	DANILO ALVES DE LIMA	DAT
160	LEITURA LITERÁRIA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NAS ESCOLAS	ILSA DO CARMO VIEIRA GOULART	DED
161	Levantamento e uso das plantas forrageiras adotadas em fazendas comerciais de Lavras e região	MARCIO ANDRE STEFANELLI LARA	DZO
162	Lideranças na Cafeicultura: Organizações Âncora e Satélite a Partir de Modelo de Assistência Técnica da Fundação Hanns R. Neuman	PAULO HENRIQUE MONTAGNANA VICENTE LEME	DAE
163	Manejo e eficiência reprodutiva em gado de leite	NADJA GOMES ALVES	DZO
164	Manejo Nutricional e Alimentar de Fauna Silvestre e Exótica Cativa	CARLOS EDUARDO DO PRADO SAAD	DZO
165	Manejo nutricional e melhoramento genético do rebanho leiteiro da UFLA	MARCOS NEVES PEREIRA	DZO
166	Mapa territorial de associações socioeconômicas	STEFANIA BECATTINI VACCARO	DIR
167	Mapeamento da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais	FAUSTO WEIMAR ACERBI JUNIOR	DCF
168	Maracatu como prática educativa	LARISSA FIGUEIREDO SALMEN SEIXLACK BULHOES	DED
169	MariArte	JOSE DE ARIMATEIA DIAS VALADAO	DAP
170	Materiais recicláveis e a escola II: trabalhando a Educação Ambiental por meio da linguagem artística	ANTONIO FERNANDES NASCIMENTO JUNIOR	DBI
171	MATERIAL PARA ESCLARECIMENTO SOBRE O ESTUDO REMOTO EMERGENCIAL	MIRLEIA APARECIDA DE CARVALHO	DEG
172	MELHOR AMIGO	GABRIELA RODRIGUES SAMPAIO	DMV
173	Meninas nas Exatas	AMANDA CASTRO OLIVEIRA	DMM
174	MESAS REDONDAS ABORDANDO TEMAS ESSENCIAIS À BOA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL	MIRLEIA APARECIDA DE CARVALHO	DEG
175	MUSEOLOGIA NA PRÁTICA: potencialização das ações de preservação e comunicação do patrimônio cultural da UFLA	PATRICIA MUNIZ MENDES	PROEC
176	Negócios Mirins	DANIELA MEIRELLES ANDRADE	DAE
177	NIARA	JOSE DE ARIMATEIA DIAS VALADAO	DAP
178	Níveis tecnológicos na produção de café e frutas nas principais regiões produtoras do Brasil	LUIZ GONZAGA DE CASTRO JUNIOR	DGA
179	Nutrição de Animais Silvestres e Exóticos	SAMANTHA MESQUITA FAVORETTO	DMV

180	O Acervo do Maestro Pompeu: Fontes para Historia Cultural da Educação e da Música no Sul de Minas Gerais.	JOSUE HUMBERTO BARBOSA	DED
181	O desenvolvimento da Pronúncia de Língua Inglesa no processo de internacionalização da Ufla	TUFI NEDER NETO	DEL
182	O futuro hoje: atenção interdisciplinar à saúde da criança e gestante.	MIRIAM MONTEIRO DE CASTRO GRACIANO	DSA
183	O Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) e o processo de ensinar e aprender Matemática.	MARIO HENRIQUE ANDRADE CLAUDIO	DMM
184	O MUNDO ANIMAL NO CEDET	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
185	O trabalho com o gênero videoanimação em sala de aula	HELENA MARIA FERREIRA	DEL
186	Oficina de textos: leitura e produção	HELENA MARIA FERREIRA	DEL
187	Oficina do Esporte Escolar	FABIO PINTO GONCALVES DOS REIS	DEF
188	Oficinas de capacitação em suporte básico de vida	GIANCARLA APARECIDA BOTELHO SANTOS	DSA
189	Oficinas sobre alimentação e nutrição - Projeto Boa Horta	IVINA CATARINA DE OLIVEIRA GUIMARAES	DNU
190	Orientação multidisciplinar sobre hipertensão e diabetes (HIPERDIA) na comunidade	CHRISTIANE MALFITANO	DSA
191	ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO DE CAMPO BELO, LAVRAS, VARGINHA E POUSO ALEGRE REFERENTE À PREVENÇÃO CONTRA A COVID-19	GLAUCIA FRASNELLI MIAN	DMV
192	Painéis de Debates "Justiça Tributária, Democracia e Desenvolvimento"	DANIELA OLIMPIO DE OLIVEIRA	DIR
193	Perfil dos Criadores e Eficiência Reprodutiva de Equídeos na Região de Lavras, MG.	JOSE CAMISAO DE SOUZA	DZO
194	PETMV: Promoção de Saúde	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
195	PEX Engenharia Florestal	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
196	Planetário da Universidade Federal de Lavras como recurso para divulgação e ensino de ciências	JOSE SEBASTIAO ANDRADE DE MELO	PROEC
197	Podcast: Pergunte aos Universitários	ELAINE MARIA SELES DORNELES	DMV
198	Pomar doméstico: uma alternativa sustentável para agricultura familiar no município de Lavras-MG	ANA CLAUDIA COSTA	DAG
199	Potencialidades das Trilhas da Universidade Federal de Lavras Para Educação Ambiental e Práticas Esportivas na Natureza	ROSANGELA ALVES TRISTAO BOREM	DBI
200	Pratica recreativa com o Slackline	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF
201	PRECISAMOS FALAR SOBRE ABUSO SEXUAL INFANTIL	RICARDO AUGUSTO DE ARAUJO TEIXEIRA	DIR
202	PROAMA - Programa de promoção do Aleitamento Materno - fase 2	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
203	Produção de Modelos Didáticos Tridimensionais para Ensino de Embriologia	JERRY CARVALHO BORGES	DSA
204	Produção de ovos em sistema caipira no Setor de Avicultura da Universidade Federal de Lavras	EDISON JOSE FASSANI	DZO
205	Produção Sustentável e Agroecologia na região Sul de Minas Gerais: fortalecendo atores e parcerias para o Desenvolvimento Rural	THIAGO RODRIGO DE PAULA ASSIS	DAE
206	PROEC: Auxílio na Comissão para monitoramento de egressos da UFLA	RONY ANTONIO FERREIRA	PROEC
207	Programa de apoio pré-universitário - PRÉ-UNI	GIOVANNA RODRIGUES CABRAL	DED
208	Programação para crianças e jovens talentosas	JOAQUIM QUINTEIRO UCHOA	DCC
209	Projeto Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Três Pontas	MARCO AURELIO LEITE FONTES	DCF
210	Projeto de Conservação de Energia Elétrica nas bases de tratamento de água do SAAE do sul de Minas Gerais.	FABIO DOMINGUES DE JESUS	DAT
211	PROJETO DE EXTENSÃO PERMANÊNCIA E ENGAJAMENTO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	NATHALIA DE FATIMA JOAQUIM	DAE
212	Projeto de Futebol e Futsal "Busca do Talento"	CARLOS MAGNO ALVARENGA	DEF
213	PROJETO E CONSTRUÇÃO DE UM VEÍCULO OFF-ROAD, BAJA-UFLA, PARA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ACADÊMICAS	FABIO LUCIO SANTOS	DEG

214	Projeto Educação Ambiental Crítica – Produção, Consumo e Fauna	SAMANTHA MESQUITA FAVORETTO	DMV
215	PROJETO ESPAÇO LAB UFLA	RONEI XIMENES MARTINS	DED
216	Projeto Olho D'água	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
217	Projeto Olho D'água - Fase 2 (Projeto ConCervo)	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
218	Projeto Planeta Azul: meio ambiente em questão	SABRINA SOARES DA SILVA	DAE
219	Projeto PMS - Plano de Mobilização Social do PMSB de Lavras-MG	ANDRE GERALDO CORNELIO RIBEIRO	DRH
220	Projeto Rondon - Operação Acre 2019	GISELLE BORGES DE MOURA	DEG
221	Projeto Sangue Bom	MARCELO AUGUSTO ARAUJO ASSUNCAO	DCS
222	Projeto Voleibol nas Escolas	MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA	DEF
223	Projeto What's Up?	PRISCILA CARNEIRO VALIM ROGATTO	DEF
224	PROMOÇÃO DA SAÚDE ÚNICA: MEDICINA VETERINÁRIA NOS NÚCLEOS DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA	SUELY DE FATIMA COSTA	DMV
225	Promoção do Aleitamento Materno – PROAMA	LILIAN GONCALVES TEIXEIRA	DNU
226	Proposta de um modelo UFLA de Maternidade coletiva em cama sobreposta para fêmeas suínas.	RONY ANTONIO FERREIRA	DZO
227	Realização de atividades específicas de suporte à elaboração do Cadastro Ambiental Rural dos Assentamentos de Reforma Agrária	LUIS ANTONIO COIMBRA BORGES	DCF
228	Rede AMO - Acolhimento e Orientação de Mulheres em Situação de Violência	LETICIA GOMES DE MENEZES	REITORIA
229	Robótica Educacional para Inclusão Social	RICARDO RODRIGUES MAGALHAES	DAT
230	Rodando Dados – um bate papo sobre Meio Ambiente	GILBERTO COELHO	DRH
231	Saúde começa pela boca	LUCIANO JOSE PEREIRA	DSA
232	Saúde e Ambiente - Lavras	LUCIENE ALVES BATISTA SINISCALCHI	DRH
233	Sistema de aptidão para determinação de áreas prioritárias a instalação de dispositivos de aterramento de resíduos sólidos no mu	MICHELE DUARTE DE MENEZES	DCS
234	Sustentabilidade e geração de resíduos em uma unidade de alimentação e nutrição de uma Universidade de Minas Gerais	CAROLINA VALERIANO DE CARVALHO	DNU
235	Tabela Nutricional Digital do Álbum Fotográfico Digital de Porções de Alimentos para Avaliação do Consumo Alimentar Parte 2	SANDRA BRAGANCA COELHO	DNU
236	Tecnologias e Práticas Digitais: ensino-aprendizagem de línguas mediado pelas tecnologias digitais	PATRICIA VASCONCELOS ALMEIDA	DEL
237	Telessaúde como Ferramenta do Programa Regional de Prevenção e Enfrentamento à Infecção Humana pelo SARS-CoV2 (Covid19)	JOZIANA MUNIZ DE PAIVA BARCANTE	DSA
238	TEMAS DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA CONDUTA ÉTICA E DA CIDADANIA.	CARLOS BETLINSKI	DED
239	Triagem nutricional de pacientes internados em unidades hospitalares de Lavras-MG	LIVIA GARCIA FERREIRA	DNU
240	UFLA com Vivência Cultural	LUIS MARCELO TAVARES DE CARVALHO	DCF
241	UFLA de porteiros Abertas: Agricultura familiar, desenvolvimento solidário e saúde única	JOAO BOSCO BARRETO FILHO	DMV
242	UFLA FreeRunners	RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO	DEF
243	UFLA+Leite: apoiando quem produz	MARINA DE ARRUDA CAMARGO DANES	DZO
244	Um dedo de verso, um pé de prosa	RODRIGO GARCIA BARBOSA	DEL
245	UPA - Unidade de Pronto Alegramento	RODRIGO FERREIRA DE MOURA	DSA
246	Uso da comunicação digital para implementação do conceito de "One Health", através de informações de saúde intestinal de suínos	VINICIUS DE SOUZA CANTARELLI	DZO
247	Utilizando as mídias sociais para divulgar estudos e saberes da Ciência da Nutrição Parte 2	SANDRA BRAGANCA COELHO	DNU
248	Veterinário aprendiz voluntário: ações de cuidados e diagnósticos	ANTONIO CARLOS CUNHA LACRETA JUNIOR	DMV

249	Vídeos educativos sobre Ciência do Solo	SERGIO HENRIQUE GODINHO SILVA	DCS
250	VIVAVÔLEI	MARCELO DE CASTRO TEIXEIRA	DEF
251	Você sabia?: Divulgação da Tecnologia de Cosmético através do instagram	JULIANA MESQUITA FREIRE	DQU
252	Yoga e qualidade de vida	VIVIANE SANTOS PEREIRA	DAE